



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

ANA EUGÊNIA DE VASCONCELOS VILLAR

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: concepções e ações
na UFRN sob a temática direitos humanos e justiça no
período de 2008 a 2010**

**NATAL/RN
2011**

ANA EUGÊNIA DE VASCONCELOS VILLAR

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: concepções e ações na UFRN sob a
temática direitos humanos e justiça no período de 2008 a 2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Denise Câmara de Carvalho.

**NATAL/RN
2011**

Seção de Informação e Referência

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Villar, Ana Eugênia de Vasconcelos.

Extensão universitária: concepções e ações na UFRN sob a temática direitos humanos e justiça no período 2008 a 2010 /Ana Eugênia de Vasconcelos Villar. – Natal, RN, 2011.

137 f; il.

Orientador: Denise Câmara de Carvalho.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

1. Extensão universitária – Dissertação. 2. Direitos humanos. – Dissertação. 3. Sociedade – Dissertação. 4. Universidade – Dissertação. 5. Formação acadêmica cidadã. – Dissertação. I Carvalho, Denise Câmara. II. Universidade

Dedico este trabalho às pessoas que contribuíram para que eu alcançasse mais este objetivo em minha vida:

Os docentes, discentes e pessoas da comunidade externa que concordaram em dedicar um tempo de suas vidas ao processo de elaboração deste trabalho;

Os meus pais, Gileno e Josefina, pelos exemplos de vidas e pelo apoio e incentivo às minhas decisões

e

Os meus filhos João Gabriel, Luís Felipe e Luiz Eugênio, que me provocam e me enchem de forças, para continuar na busca de ser cada dia uma pessoa melhor.

AGRADECIMENTOS

Ao final deste estudo sentimos a necessidade de fazer alguns agradecimentos àqueles que, de uma maneira ou de outra, se fizeram presentes durante esse processo, contribuindo no aspecto acadêmico, institucional ou afetivo, colaborando para a concretização deste trabalho.

Ao criador, pela sabedoria e luz que me inspiram, materializadas nas conquistas concretas vivenciadas na caminhada da minha vida, que, apesar de árdua é gratificante;

Aos meus pais, Gileno Fernandes Villar e Maria Josefina de Vasconcelos Villar, pela dedicação, compreensão, apoio e tolerância nas minhas escolhas no dia a dia das nossas existências;

Aos meus irmãos que sempre estiveram presentes nas horas que precisei, e particularmente, ao meu irmão Gileno José, que muito colaborou com a formatação dos gráficos e ilustrações desta pesquisa;

À minha orientadora, mestre e amiga, Profa. Denise Carvalho Câmara, primeiro pela oportunidade de conhecê-la mais de perto, a minha admiração e satisfação por sua dedicação, paciência, escuta e sábios ensinamentos durante a trajetória deste aprendizado;

Às professoras Íris Maria de Oliveira e Geovânia da Silva Toscano, que sem medir esforços deram suas contribuições para o aprofundamento deste trabalho. A Professora Eliana Costa Guerra, por ter aceito participar como suplente nas bancas de qualificação e defesa desta dissertação;

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN, na pessoa da Professora Dra. Rita de Lourdes de Lima, pelo apoio prestado;

A todos os meus professores do mestrado, pelos amplos ensinamentos e colaboração com a minha formação, que contribuíram para que eu me tornasse ainda mais consciente das minhas responsabilidades no mundo em que vivemos;

A todos os docentes, discentes e comunidade externa envolvidos em ações de extensão selecionados para participar desta pesquisa, mais uma vez, muito obrigada;

A todas as colegas do Curso de Mestrado em Serviço Social, turma 2009.1, por todas as experiências vivenciadas dentro e fora da sala de aula, que tanto contribuem para o nosso desenvolvimento pessoal e profissional;

Aos servidores técnico-administrativos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e do Departamento de Serviço Social, representados nas pessoas de Maria Lúcia da Silva

(Secretária da Pós-Graduação) e Priscila (Secretária do Departamento), respectivamente, aos quais tantas vezes solicitei ajuda ou informações;

Ao meu chefe, educador e orientador, professor Cipriano Maia de Vasconcelos, pelo domínio sobre o objeto de estudo deste trabalho e pelos livros que me emprestou, bibliografia imprescindível ao presente estudo e, sobretudo, pela compreensão como gestor da minha necessidade de dedicação a este trabalho. Os meus mais sinceros agradecimentos por tudo isso;

Aos meus amigos de trabalho Nely Ferreira dos Santos e Veridiano Maia, que durante o período de elaboração deste trabalho ouviram as minhas preocupações em dar conta das atividades do funcionalismo público e desta qualificação profissional, simultaneamente, sendo os dois sempre solidários e otimistas, muito obrigada;

À revisora deste trabalho, Andreia Braz, pela sua dedicação e compromisso;

Enfim, e não menos importante, aos meus amados filhos João Gabriel, Luís Felipe e Luiz Eugênio, que me enchem de carinho e amor, o que cada vez mais me impulsiona a uma vida feliz, autêntica e de realizações. Orgulhos e razões do meu viver. Que Deus lhes abençoe. Muito obrigada, meus filhos;

A todos serei sempre grata.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo realizar um estudo sobre a Extensão Universitária, tomando como referência para a pesquisa as ações extensionistas desenvolvidas no período de 2008 a 2010 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN sob a área temática direitos humanos e justiça. Para tanto, investigou as concepções de extensão no Brasil a partir da década de 1970 até os anos 2000. Neste estudo foi considerado o contexto neoliberal em que está inserida a Universidade, numa conjuntura de políticas educacionais centrada na hegemonia das ideias liberais sobre a sociedade, como reflexo do grande avanço do capital sobre a organização dos trabalhadores nas últimas décadas, intensificado nos anos 1990. Dentre as motivações para a realização desta pesquisa, destacamos o ensejo de apreender como se estabelece o compromisso das instituições públicas de ensino superior com as camadas menos favorecidas da sociedade e/ou qual o papel da Extensão Universitária como espaço de compromisso social da universidade pública na sociedade. Para o presente estudo delimitou-se como objetivo geral identificar no âmbito da Universidade qual o significado da Extensão Universitária para os que praticam ações extensionistas e quais os resultados para a sociedade e para a formação acadêmica cidadã dos futuros profissionais na atual conjuntura neoliberal. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem analítico-crítica com base em dados quanti-qualitativos, utilizando as técnicas de observação e entrevista semiestruturada. Buscou-se investigar e conhecer na realidade social o objeto central deste trabalho, com vistas a apreender a necessidade de um novo processo de ensino-aprendizagem, de uma nova prática universitária com a finalidade de promover, efetivamente, uma formação acadêmica cidadã. Para tanto, foram realizadas entrevistas com docentes, discentes e comunidade externa envolvidos em ações extensionistas (no período delimitado pelo trabalho – 2008 a 2010), onde foi observado que a atividade acadêmica de Extensão Universitária é imprescindível para a formação cidadã, bem como teve seu reconhecimento como espaço privilegiado para que a Universidade pudesse cumprir seu compromisso social junto à sociedade, uma vez que une o saber científico e o popular na perspectiva da construção de um novo conhecimento e da transformação social.

Palavras-chave: Sociedade. Universidade. Extensão Universitária. Formação Acadêmica Cidadã.

ABSTRACT

This paper concerns a study on the University Extension, by reference to the research extension activities under the theme human rights and justice, developed in the period 2008 to 2010 in UFRN. To do so, it tried to learn the concepts of extension in Brazil from the 1970s until the 2000s in contemporary times. This study considered the neoliberal social context of the University, dominated by educational policies focusing on the hegemony of liberal ideas about society, reflecting the great advances of capital on the organization of workers in the last decades and intensified in the 1990s. This research was guided by two great motivations: the opportunity to apprehend a way to enforce the commitment of public institutions of higher education to the disadvantaged sections of society and what role the university extension space plays as a socially committed public university. The general aim of this study is to identify inside the university extension education what does it mean for practitioners and extension activities and what results it produces to society and to the academic training of future professional citizens in the current neoliberal context. The research has been developed from an analytical and critical approach based on quantitative and qualitative data, using observation techniques and semi-structured interviews. We sought to investigate and understand the social reality, the main object of this work, with an interest in identifying the need for a new teaching/learning process and for a new university practice, in order to effectively improve an advanced academic formation. For this, some interviews have been conducted with teachers, students and the external community involved in extension actions in the period defined by the work, i.e., from 2008 to 2010. In this stage, it was observed that the academic work of university extension is essential to civic education. It was recognized too as a privileged space where university fulfills its social commitment towards society, as long as it joins scientific and popular knowledge having in view a new science and a new social order.

Key-words: Society. University. University Extension. Civil Academic Formation.

LISTA DE ABREVIATURAS

CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CERES – Centro Regional do Seridó
CISO – Departamento de Ciências Sociais
CRUTAC – Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária
CT – Centro de Tecnologia
CTUR – Curso de Turismo
DARQ – Departamento de Arquitetura.
DCSH – Departamento de Ciências Sociais e Humanas
DESE – Departamento de Estudos Sociais e Educacionais
DESSO – Departamento de Serviço Social
DFIL – Departamento de Filosofia
DPP – Departamento de Políticas Públicas
DPR – Departamento de Direito Privado
DPU – Departamento de Direito Público
EMUF FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária
FACISA – Faculdade de Ciências do Semi-Árido
FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária
GEO – Departamento de Geografia
HIST – Departamento de História
HOSPED – Hospital de Pediatria
MCC – Museu Câmara Cascudo
PNEU – Plano Nacional de Extensão Universitária
PPGCC– Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis.
PPGD – Programa de Pós-Graduação em Direito
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão Universitária
PSIC – Departamento de Psicologia
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

LISTA DE FOTOS

Foto 1	- Projeto de Extensão Universitária Trilhas Urbanas - UFRN/2005, em Mãe Luiza - Natal/RN. Discentes da UFRN com Crianças e Adolescentes da Comunidade de Mãe Luiza.....	14
Foto 2	- Projeto de Extensão Universitária Trilhas Urbanas - UFRN/2005, em Mãe Luiza - Natal/RN. Atividade de Esporte com Adolescentes.....	33
Foto 3	- Projeto de Extensão Universitária Trilhas Urbanas - UFRN/2005, em Mãe Luiza - Natal/RN. Atividade de Esporte com Adolescentes.....	42
Foto 4	- Projeto de Extensão Universitária Trilhas Urbanas - UFRN/2005, em Mãe Luiza - Natal/RN. Atividade de Dança com Adolescentes.....	60
Foto 5	- Projeto de Extensão Universitária Trilhas Urbanas - UFRN/2005, em Mãe Luiza - Natal/RN. Atividades de Desenho com Crianças e Adolescentes.....	60
Foto 6	- Projeto de Extensão Universitária Trilhas Urbanas - UFRN/2005, em Mãe Luiza - Natal/RN. Oficina de Confecção de Máscaras com Adolescentes.....	60
Foto 7	- Projeto de Extensão Universitária Trilhas Urbanas - UFRN/2005, em Mãe Luiza - Natal/RN. Atividade Esportiva com Crianças.....	60
Foto 8	- Projeto de Extensão Universitária Trilhas Urbanas - UFRN/2005, em Mãe Luiza - Natal/RN. Oficina de Desenho em nanquim com Adolescentes.....	73
Foto 9	- Projeto de Extensão Universitária Trilhas Urbanas - UFRN/2005, em Mãe Luiza - Natal/RN. Participante do Projeto Expondo Atividade.....	121
Foto 10	- Projeto de Extensão Universitária Trilhas Urbanas - UFRN/2005, em Mãe Luiza - Natal/RN. Registro das Crianças e Adolescentes no Projeto.....	121
Foto 11	- Projeto de Extensão Universitária Trilhas Urbanas - UFRN/2005, em Mãe Luiza - Natal/RN. Atividade de Dança HIP-HOP com Crianças e Adolescentes.....	121

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Ações de Extensão – 2008.....	74
Gráfico 2	- Equipe Responsável – 2008.....	75
Gráfico 3	- Ações de Extensão – 2009.....	77
Gráfico 4	- Equipe Responsável – 2009.....	78
Gráfico 5	- Ações de Extensão – 2010.....	80
Gráfico 6	- Equipe Responsável – 2010.....	81
Gráfico 7	- Ações de Extensão – 2008, 2009 e 2010.....	83
Gráfico 8	- Equipe Responsável – 2008, 2009 e 2010.....	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
2 UNIVERSIDADE: DA ORIGEM AO SÉCULO XXI.....	33
2.1 UMA SÍNTESE SOBRE A ORIGEM DA UNIVERSIDADE	34
2.2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL NO CONTEXTO NEOLIBERAL	36
3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL	42
3.1 ASPECTOS LEGAIS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	45
3.2 OS CONCEITOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL AO LONGO DO TEMPO.....	48
3.3. NOVA CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL	55
3.4 CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DAS CONCEPÇÕES DO EXTENSIONISMO UNIVERSITÁRIO.....	58
4 UNIVERSIDADE X SOCIEDADE: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	60
4.1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ATUALIDADE.....	63
4.2 RELAÇÃO ENTRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	64
4.3 A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	67
4.4 A NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO ENSINO SUPERIOR.....	70
5 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFRN: uma análise das práticas extensionistas na área temática direitos humanos e justiça.	73
5.1 CARACTERIZANDO AS AÇÕES DE EXTENSÃO NO PERÍODO DE 2008, 2009 E 2010	74
5.2 A VISÃO DOS COORDENADORES DAS AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E GESTORES	84
5.3 A VISÃO DOS ALUNOS ENVOLVIDOS NAS AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DA COMUNIDADE EXTERNA.....	104
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS.....	127
APÊNDICES	133
APÊNDICE A.....	134
APÊNDICE B.....	136
ANEXO	137

INTRODUÇÃO

Foto 1 - Projeto de Extensão Universitária Trilhas Urbanas - UFRN/2005, em Mãe Luiza - Natal/RN. Discentes da UFRN com Crianças e Adolescentes da Comunidade de Mãe Luiza.



Fonte: Acervo PROEX/UFRN

Este estudo sobre Extensão Universitária¹ foi desenvolvido tomando como base uma análise do percurso histórico do conceito de extensão, buscando apreender como é vista a Extensão Universitária na UFRN, sendo avaliada a importância dessa atividade para a formação acadêmica cidadã e como espaço de compromisso social junto à sociedade, através da observação das ações realizadas pelo corpo docente, discente e técnico-administrativo da instituição e da comunidade externa na área temática direitos humanos e justiça.

A Universidade está inserida numa conjuntura de políticas educacionais centradas na hegemonia das ideias neoliberais sobre a sociedade, reflexo do avanço do capital sobre a organização dos trabalhadores nos anos 1990. A dependência do governo brasileiro em relação ao FMI e ao Banco Central, aliada a sua subserviência à economia mundial, reflete de forma direta ou indireta na educação em geral. Porém, a crise do capitalismo em nível mundial, em especial do pensamento neoliberal, revela cada vez mais as contradições e os limites da estrutura dominante. A estratégia liberal continua a mesma: apontar a educação como prioridade, apresentando-a como alternativa de “ascensão social” e de “democratização das oportunidades”.

Por outro lado, a Universidade aqui entendida como um espaço de reflexão crítica da realidade, no desempenho do seu papel pode influenciar na cultura das pessoas, o que nos leva a acreditar que o ato educativo pode contribuir para uma acumulação de forças subjetivas contrárias à dominação, a despeito dos processos exclusivos e do descaso com as políticas públicas das esferas governamentais.

Para o desenvolvimento desta pesquisa destacou-se como referência as ações de extensão na área temática direitos humanos e justiça, desenvolvidas na UFRN nos anos de 2008, 2009 e 2010 registradas no Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Durante a investigação foram levantadas quais as concepções de extensão presentes e as experiências extensionistas vivenciadas pelos docentes - coordenadores das ações, alunos e populações envolvidas nessas ações, analisando a necessidade e a importância da Extensão Universitária para a formação acadêmica cidadã. Com este estudo pretendeu-se desvendar como se efetiva a Extensão Universitária e como esta poderá ser direcionada para a

¹ A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade (Plano Nacional de Extensão Universitária, 2000/2001. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/ MEC).

elaboração de políticas sociais (públicas) que contribuam para a efetivação do exercício da cidadania com vistas à construção de uma sociedade mais justa e humana.

A escolha do estudo sobre Extensão Universitária, apesar de ser um tema já bastante discutido, considerando autores como Ullmann e Bohnen in Faria (apud ROCHA, 2001, p. 14), quando afirmam que “as práticas extensionistas historicamente existem desde a origem das universidades da Europa, como exemplo a universidade de Bolonha²”, justifica-se por ser ainda polêmico atualmente no âmbito das universidades e que cujo debate vem se tornando mais frequente a partir da década de 1980. Assim sendo, corroboramos com Sousa (apud FARIA, 2001, p. 108), quando diz:

Concordo que devemos manter esta discussão, pois a concepção de nosso objeto de trabalho – a Extensão Universitária – é uma construção permanente, e que não a devemos considerar acabada, finalizada e imutável. E mesmo, correndo o risco de ser repetitiva e enfadonha, coloco-me ao lado daqueles que, a todo momento, querem aproveitar as possibilidades para, de novo, discutir, “o que é Extensão Universitária?”.

De acordo com este autor, a origem da extensão se confunde com a origem das universidades europeias. Bohnen e Ullmann in Rocha (apud FARIA, 2001, p. 14), em análise sobre a Universidade de Bolonha, afirmam:

Sem sermos benignos, logremos sem dúvida afirmar que, por ser influxo na sociedade, a alma *mater* medieval desempenhou igualmente um papel de Extensão, porque irradiou a cultura para fora de seus muros mediante os profissionais que trabalhavam nos diversos segmentos da sociedade.

Para Linhares (apud ROCHA, 2001, p. 14), a Extensão nasceu no Mosteiro de Alcobaça - Portugal, por volta do ano de 1269, e foi adotada por colégios religiosos, incluindo os criados pelos jesuítas na América Latina já no período colonial. Na América Latina, a história da Extensão Universitária tem seu ponto mais marcante a partir do Movimento Estudantil de Córdoba, Argentina, em 1918.

As motivações deste estudo estão centradas nos seguintes fatos: 1- a origem da Extensão, que historicamente surgiu no século XIII, nas escolas de ensino médio com as atividades desenvolvidas pelos Jesuítas junto às comunidades, e na Europa, pela Universidade

² UNIVERSIDADE DE BOLONHA: Segundo Reinhold Ullmann e Aloysio Bohnen, em seu livro *A Universidade, das origens à renascença*, a Universidade de Bolonha é a mais antiga da Europa, tendo sido reconhecida oficialmente em 1158 por Frederico Barbarosa. (Ullmann e Bohnen, 1994:91).

de Bolonha. No século XXI, porém, é comum se ouvir na universidade que a Extensão Universitária é uma atividade recente; 2- pela forma inadequada de como é considerada a Extensão Universitária no âmbito da universidade pelos seus segmentos docentes, discentes e técnicos; e 3- pela nossa aproximação com o objeto de estudo, por ser Assistente Social da Pró-Reitoria de Extensão desde o ano de 2003, exercendo função na Assessoria Técnica.

Dentre as motivações deste estudo também estava o ensejo de apreender qual e/ou como se estabelece o compromisso das instituições públicas de ensino superior com as camadas menos favorecidas da sociedade. Segundo Nogueira (2000, p. 57), “a Extensão é resgatada como meio pelo qual a Universidade vai cumprir sua função social”.

É nessa perspectiva que se entende a Extensão na Universidade como formadora de novas ideias na construção de bases mais consistentes que possibilitem os almejados avanços no processo de inserção para o cumprimento de sua função social, pois do contrário ficamos alheios, longe estaremos das perspectivas de efetivar possíveis transformações sociais e culturais.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte desenvolve suas atividades de extensão através da Pró-Reitoria de Extensão - PROEX, criada em 02 de junho de 1971, pela Resolução nº 21/71 do Conselho Universitário e foi concebida como o conjunto de ações encarregadas de estabelecer a relação entre a universidade e a sociedade. É importante que a Extensão Universitária desenvolva predominantemente no âmbito da instituição uma relação dialógica com as comunidades.

Dessa forma, as atividades de extensão de uma universidade não podem ser vistas como função de um determinado setor, ou de uma determinada Pró-Reitoria. Elas devem ser objeto de ações institucionais, cujo êxito só será alcançado através do compromisso conjunto de integração dessas ações, concebidas numa visão de totalidade, necessária à relevante missão³ social da universidade.

Conforme o Plano de Gestão de 2007 a 2011 da UFRN, referente à Pró-Reitoria de Extensão Universitária, foram estabelecidas cinco grandes metas que definem a política de Extensão Universitária na contemporaneidade, a seguir:

1- Expansão, dinamização e qualificação das ações de extensão, com o aumento da participação da comunidade universitária e da sociedade;

³ A missão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como instituição pública, é educar, produzir e disseminar o saber universal, preservar e difundir as artes e a Cultura, e contribuir para o desenvolvimento humano, comprometendo-se com a justiça social, a sustentabilidade socioambiental, a democracia e a cidadania.

2- Fortalecimento e ampliação da interface da UFRN com movimentos sociais, organizações produtivas e instituições públicas, articulando-se à implementação de políticas públicas, considerando as áreas temáticas da extensão;

3- Inserção das ações de extensão nos Cursos da UFRN, qualificando o processo de formação profissional;

4- Ampliação e articulação das ações de produção artístico-cultural de divulgação acadêmico-científica e de comunicação para a formação da cidadania;

5- Aprimoramento dos processos de Gestão da Extensão na UFRN.

No âmbito da instituição, o desenvolvimento da Extensão Universitária está fundamentado nos seguintes institutos normativos:

- O Estatuto da Universidade – que define os objetivos da Extensão no âmbito da Instituição; e prevê recursos para a realização das ações de extensão voltados para a execução desses objetivos;
- O Regimento Geral – que discorre sobre os diversos tipos de atividades de extensão, a forma de encaminhamento das propostas e a criação do Fundo de Apoio à Extensão;
- A Resolução nº 053/2008 – CONSEPE, de 21/04/2008, que dispõe sobre as normas que regulamentam todas as ações de extensão na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, assim como as formas de encaminhamento de propostas e avaliação;
- Os Editais anuais – que estabelecem as regras para o financiamento de atividades pelo Fundo de Apoio à Extensão;
- A Resolução nº 169/2008 – CONSEPE, de 02/12/08 que trata da concessão de bolsas de extensão.

As normas que regulamentam a extensão na UFRN foram elaboradas consoante o Plano Nacional de Extensão, formulado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras que, dentre outros aspectos, redefine a extensão considerando-a como atividade acadêmica que articula o ensino e a pesquisa. São consideradas atividades de extensão aquelas que envolvem professores, alunos, servidores técnico-administrativos, a comunidade externa e que se enquadram em uma das modalidades a seguir: Programas, Projetos, Cursos, Eventos, Produtos e Prestação de Serviços, conforme definidas na norma vigente.

Para prosseguirmos neste estudo, uma breve contextualização da sociedade capitalista, faz-se imprescindível. Desse modo, considerar-se-á historicamente o desenvolvimento da sociedade capitalista que aponta para significativas transformações no âmbito social, político e econômico, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, as quais acarretaram mudanças nas relações entre capital-trabalho e estado-sociedade, que afetaram diretamente os modos de produção e as exigências no mundo do trabalho. Nesse contexto, observa-se o afastamento do Estado de suas funções sociais, transferindo para a sociedade civil a responsabilidade pela solução das problemáticas sociais, pela via da privatização de alguns serviços públicos, inclusive da Educação.

É fato que o sistema neoliberal provocou a adoção de políticas ineficientes por parte de vários governos que resultaram no descrédito de empresas estatais, contribuindo para a privatização dos serviços públicos, garantindo a existência de um Estado mínimo para a sociedade e um Estado máximo para o capital.

Como uma instituição presente no contexto neoliberal, a universidade também vivencia essas transformações, sendo influenciada pelas mudanças efetuadas na sociedade, as quais exigem novas demandas e novos desafios.

Diante das novas exigências do mundo do trabalho pela maximização da produtividade, nas últimas décadas do século XX nasce um novo projeto de universidade que busca atender às demandas do capital e que precisa está articulado com o projeto de reforma do Estado e de implantação de políticas neoliberais. Como nos aponta Jezine (apud FARIA, 2001, p. 127):

Nesse contexto, as Universidades também se modificam, abandonam o padrão teológico-jurídico-filosófico e se abrem para as ciências na perspectiva iluminista, do Renascimento e para os princípios políticos e sociais da Revolução Francesa, de modo que se expande pelas Universidades dos diferentes países um movimento científico experimental e se constrói uma nova relação com o Estado [...].

Essa realidade demonstra a mudança radical de concepção de uma universidade que tem como missão o combate às desigualdades e injustiças sociais, para outra financiada pelo Estado e pressionada para ser uma universidade da multiversidade de funções, sem princípios claros e tendo que responder aos mais diferentes interesses econômicos, sociais, políticos e culturais, tornando-a vulnerável e colocando em risco inclusive sua autonomia.

Nesse contexto, temos a observar que a universidade por ser uma instituição socialmente construída, sofre modificações de acordo com cada momento histórico, definindo e redefinindo seu papel e suas políticas, seus saberes e práticas sociais. Em tempos de crises e da hegemonia neoliberal observa-se uma fragmentação das políticas sociais, como se vê em Raichelis (2010, s/p), quando afirma que:

A questão da fragmentação das políticas sociais tem sido um tema recorrente, tanto nas análises dos estudiosos quanto na prática dos seus operadores, as políticas sociais obedecem à lógica da setorização, que recorta o social em partes estanques sem comunicação e articulação, torna os problemas sociais autônomos em relação às causas estruturais que os produzem, segmentando o atendimento das necessidades sociais em consequência, traz sérias dificuldades para a ação pública dirigida à implementação de políticas redistributivas que tenham impacto na qualidade de vida e no alargamento dos direitos de cidadania.

Portanto, nesse contexto a universidade foi demandada no sentido de cumprir com o seu compromisso social, frente ao crescimento das problemáticas sociais decorrentes do sistema social vigente, levando-a muitas vezes a enfrentar essas questões com escassos recursos financeiros.

Vale ressaltar que a crise pela qual passa a universidade do século XXI, em época de hegemonia neoliberal, tem afetado a sua estrutura, objetivos, funções, isto é, o seu fazer, caracterizando-se pela busca de novas identidades e caminhos, a partir da redefinição das suas funções, tendo na Extensão Universitária na década de 1970 uma alternativa concreta que atualmente na Universidade brasileira é formulada, na perspectiva governamental, como um instrumento para a viabilização de políticas assistencialistas.

Já na academia, a extensão é percebida como mecanismo de alcance de seu compromisso social, sendo considerada como elemento articulador da relação ensino e pesquisa, ou seja, da universidade *versus* sociedade. É possível admitir que a Extensão Universitária constitua uma das expressões mais concretas da crise da Universidade brasileira, tendo sido, aliás, nos últimos vinte anos, um elemento de debate entre gestores universitários e governamentais. Vale ressaltar que a Extensão Universitária tem como finalidade efetivar a comunicação da universidade com a sociedade, relação essa que se encontra ainda muito precária, dificultando o cumprimento da missão da universidade pública. Por isso, acreditamos ser importante a construção de um novo olhar do ensino superior público para a Extensão Universitária.

A Extensão Universitária compreendida no âmbito das instituições de ensino superior como um dos pilares da universidade junto ao ensino e à pesquisa, não tem sido, entretanto, considerada no âmbito da universidade como imprescindível para a formação acadêmica dos seus alunos. Esse fato é preocupante, uma vez que as atividades-fins da Universidade estão compostas pelos três pilares formados pelo ensino, a pesquisa e a extensão, que apesar das distintas funções, são indissociáveis e visam o alcance de um objetivo comum.

Como nos indica Sbardeline (2008, s/p):

Esta tríplice diferenciação deve-se apenas a uma divisão operacional, pois os três pés possuem o mesmo grau de importância, devendo funcionar articuladamente como apenas uma peça. O ensino depende tanto da pesquisa e da extensão quanto estas daquele. É fundamental para o desenvolvimento acadêmico e social a produção de pesquisas em todas as áreas do saber. Desenvolvendo pesquisas com afinco e produzindo conhecimento, haveria crescimento e não estagnação, causada pela reprodução do saber. Os alunos, absorvendo estes conhecimentos e contribuindo para sua aquisição, estariam mais capacitados a compreender e atender às necessidades sociais. A extensão seria o elo que ligaria o conhecimento à sociedade, pois dá alcance social à produção de conhecimento, que, aplicado em pesquisa, estaria sendo disponibilizado para todos os segmentos sociais. A sociedade, por ser o objeto direta ou indiretamente da pesquisa, ganharia soluções e alternativas para pequenos e grandes problemas.

Segundo Zainko (1998, s/p), a instituição deve se preocupar com o seu desenvolvimento como um todo, delegando à Graduação a função de garantir uma formação básica de qualidade e sólida; à Pós-Graduação e Pesquisa, a contínua produção e estudos especializados nas diversas áreas do conhecimento e à Extensão, a responsabilidade de realizar o diálogo com as diversas comunidades, através da troca de experiências entre o saber científico e o saber popular, bem como disseminar o conhecimento produzido internamente na sociedade.

De acordo com Bueno (2008, s/p):

O tripé básico em que se apoia uma universidade – pesquisa, ensino e extensão – deve definitivamente contemplar a sociedade e nela os segmentos menos favorecidos. Uma universidade que atenda a este compromisso será, certamente, uma universidade socialmente responsável.

Com o aumento das ações extensionistas realizadas pelas instituições de ensino superior nas comunidades e os impactos causados por essas atividades, tem-se observado um movimento de reconhecimento da Extensão Universitária na formação acadêmica dos alunos, porque é através dessas ações que o aluno vivencia experiências no contexto social no qual poderá inserir-se como profissional. Essa prática social possibilita uma formação cidadã, gerando um perfil para os futuros profissionais com consciência crítica para atuar e dar respostas adequadas às problemáticas da sociedade.

Segundo Faria (2001), se a Universidade, realmente deseja desvendar o verdadeiro conhecimento da realidade social na qual se insere, dando respostas adequadas às suas demandas, especialmente na formação dos seus cidadãos, bem como na produção científica, cultural, artística e tecnológica, cumpra-lhe captar essa realidade no lugar de sua produção, de suas ações, de sua vida cotidiana, de suas contradições, considerando-o nele mesmo e não em seus efeitos.

Essa reflexão nos leva a observar que, por meio da Extensão Universitária o aluno tem a possibilidade de apropriar-se de conhecimentos sobre a realidade social, qualificando a sua formação acadêmica, uma vez que articula a teoria e a prática no processo de ensino-aprendizagem.

É necessário destacar que a Extensão Universitária na UFRN, regulamentada pela Resolução N°. 053/2008, aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/ CONSEPE, em 15 de abril de 2008, se materializa em inúmeras ações, que são realizadas pelos alunos, docentes e técnico-administrativos vinculados às unidades acadêmicas.

Essas ações se traduzem no compromisso social da Universidade, manifestado na prática extensionista e numa atuação conjunta com entidades governamentais e da sociedade civil, na busca de um fazer acadêmico mais integrado à realidade social. Assim, corrobora-se com Lima Sousa (in FARIA, 2001, p. 121) quando afirma:

A Extensão Universitária surge como instrumento a ser utilizado pela Universidade para a efetivação do seu compromisso social e também como articuladora das suas relações. Ela vai receber, desde o seu início, a responsabilidade de efetivar este compromisso com as comunidades. Esse papel articulador não deve, necessariamente, ser visto como a substituição para falhas no Ensino e na Pesquisa. Trata-se de um momento de construção em que Extensão Universitária é uma ferramenta necessária e útil para tornar os produtos da Universidade mais próximos da sociedade. Uma pesquisa alienada e um ensino alienante como mencionados por Botomé (1996), não serão redimidos por ações redencionistas da Extensão. Não é este o papel desta ação acadêmica. A pesquisa integrada às necessidades identificadas por meio das relações com os problemas com que a sociedade se defronta

estará produzindo o conhecimento útil. E, nessa situação, idealizada, a Extensão é parte integrante e inerente. Assim, podemos falar na sua própria superação, quando nos defrontamos com a produção integrada socialmente. Seria a Universidade atuando dentro dos “limites das possibilidades reais”, atuando sobre o possível, dentro do socialmente justo, na construção de uma cultura própria.

Nessa perspectiva, observa-se que a Extensão Universitária apresenta algumas características que, se bem exploradas podem vir a contribuir para uma mudança no processo de ensino-aprendizagem, por ter um arsenal metodológico diferenciado, uma vez que a Extensão Universitária é feita de encontros entre estudantes, docentes, técnico-administrativos e comunidades, havendo a possibilidade, nesses momentos, de incorporar novos saberes e conhecimentos e de ampliar a capacidade de reflexão sobre as práticas sociais e acadêmicas, onde se desenvolvem tais experiências.

É oportuno esclarecer que o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX, em 1998 criou as oito áreas temáticas da Extensão Universitária: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho, “com o objetivo de expressar e dar visibilidade às ações das universidades em temas de interesse coletivo, tendo como meta facilitar o diálogo com a sociedade, discussão e implementação das políticas públicas” (Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras: estudo comparativo 1993/2004, p. 22).

Ressalta-se, ainda, que a Extensão Universitária, pelas ações desenvolvidas através dos seus projetos, tem possibilidade de se concretizar como uma prática acadêmica essencial, colocando-se como um espaço estratégico para promover práticas integradas entre diversas áreas do conhecimento. Para isso, é necessário criar mecanismos que favoreçam a aproximação de diferentes sujeitos, favorecendo a interdisciplinaridade. Além de potencializar, pela união dos vários sujeitos, o desenvolvimento de uma consciência humana cidadã e uma formação de sujeitos capazes de se colocarem no mundo com uma postura mais ativa e crítica, trabalhando, assim, a Extensão Universitária na perspectiva da transformação social.

É verdade, para nós, que a extensão não é mais importante do que, o ensino e a pesquisa, mas no contexto atual, acredita-se que é através da Extensão Universitária que existe a possibilidade de se mudar as práticas acadêmicas da universidade. E como nos indica a Profa. Ana Lúcia (UFMG), “a qualificação acadêmica e a relevância social são indissociáveis”.

Com base nessa noção de indissociabilidade da qualificação acadêmica e da vida social, observamos que esse entendimento supera a compreensão da Extensão Universitária como função isolada do ensino e da pesquisa, e como atividade secundária para a formação acadêmica cidadã. Na mesma linha, rompe também com o entendimento da Extensão como mera atividade assistencialista, prestadora de serviços, difusora cultural e apenas transmissora de conhecimentos. Elimina a concepção do tripé da universidade, que analisa as funções do ensino, da pesquisa e da extensão de forma fragmentada e isolada, quando muito complementares.

Numa nova concepção, a Extensão Universitária passa a ser vista como parte efetiva do processo acadêmico de ensino-aprendizagem, que de fato deve ser “um processo orgânico e contínuo produzido coletivamente” (NOGUEIRA, 2000, p. 69). Compreendida dessa maneira, pode-se imaginar a Extensão Universitária como atividade acadêmica que perpassa o ensino e a pesquisa, efetivando a construção do conhecimento (científico e popular) de forma coletiva.

Assim, sendo a Extensão Universitária uma parte desse complexo processo educativo, tem início na produção e sistematização do conhecimento indo até a sua transmissão e resultados no âmbito acadêmico e social. Dessa forma, considera-se a Extensão Universitária como atividade acadêmica que integra o ensino e a pesquisa, viabilizando a indissociabilidade das funções da universidade, facilitando a interdisciplinaridade das atividades acadêmicas em sua totalidade. Além disso, a Extensão Universitária proporciona uma relação dialógica entre a universidade e a sociedade, através da troca de saberes entre o conhecimento comum (popular) e o conhecimento científico (acadêmico), materializando o confronto do conhecimento científico, tecnológico e filosófico produzido na academia com as experiências concretas vividas na realidade social.

Por isso, corroboramos com Santos quando afirma:

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e ensino (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – Edição Atualizada, 2000/2001, p. 1).

Apesar da inserção da Extensão Universitária nas atividades de formação mostrar-se diferenciada para os diversos Cursos da UFRN em função das suas especificidades, das

iniciativas de formação junto aos serviços e dos Projetos Político-Pedagógicos, faz-se necessária no universo dos Cursos da UFRN pela sua finalidade de dialogar com a sociedade, com vistas à descoberta de alternativas de solução para as problemáticas sociais contemporâneas. Um exemplo disso são as experiências da disciplina “Saúde e Cidadania”, oferecida aos alunos da área de saúde e afins, desenvolvida junto a algumas comunidades de Natal/RN; do Projeto “Lições de Cidadania”, desenvolvido por docentes e alunos do Curso de Direito, em municípios da grande Natal, e do Programa “Conexões de Saberes”, desenvolvido por alunos de diversos Cursos em comunidades periféricas, também em Natal, dentre outras, as quais têm se mostrado exitosas na abordagem da realidade social como meio para a formação acadêmica cidadã.

Nessa perspectiva, o estudo e a pesquisa sobre as potencialidades e possibilidades da Universidade através da Extensão Universitária, na busca da melhoria da qualidade de vida da população, são imprescindíveis à sua expansão e qualificação. Por isso a Extensão Universitária deve participar do cotidiano universitário de forma institucionalizada, como atividade acadêmica imprescindível à formação cidadã profissional.

Outra questão considerada relevante para este estudo diz respeito à violação aos direitos humanos no atual contexto social, principalmente das pessoas oriundas das camadas populares da sociedade, o que requer uma investigação sobre as determinações dos altos índices de inclusão precarizada, como nos fala Martins (1997, p. 20), desemprego, violência, enfim das desigualdades e discriminações sociais existentes no nosso cotidiano.

Para Freire (1996, p. 128-129),

Há um século e meio Marx e Engels gritavam em favor da união das classes trabalhadoras do mundo contra sua espoliação. Agora, necessária e urgente se fazem a união e a rebelião das gentes contra a ameaça que nos atinge, a da negação de nós mesmos como seres humanos submetidos à “fereza” da ética do mercado. Prefiro ser criticado como idealista e sonhador inveterado por continuar, sem relutar, a apostar no ser humano, a me bater por uma legislação que o defenda contra as arrancadas agressivas e injustas de quem transgride a própria ética. A liberdade do comércio não pode estar acima da liberdade do ser humano. A liberdade de comércio sem limite é licenciosidade do lucro. Vira privilégio de uns poucos que, em condições favoráveis, robustece seu poder contra os direitos de muitos, inclusive o direito de sobreviver.

Diante dessa realidade, observa-se a necessidade de criação de um espaço destinado à produção científica na área dos Direitos Humanos na UFRN, um espaço

destinado, sobretudo, à implantação de uma cultura de Educação em Direitos Humanos, tão necessária neste século XXI.

Para Schwab e Bega (2008, p. 53):

A relação entre processos sociais, formação cidadã e a questão de Direitos Humanos constitui uma ampla área de pesquisa, de discussão e construção de proposições. Neste contexto, a universidade como entidade formadora tem papel fundamental, uma vez que suas ações emanam da sociedade e nela se refletem. Como ponto inicial da reflexão e avaliação sobre a necessidade de educar em direitos humanos, analisa-se a questão de legitimação do desrespeito aos Direitos Humanos tendo em vista uma situação de descontrole social, a da violência no Brasil.

A universidade, sendo uma instituição pública comprometida com a justiça social deve contribuir com a defesa e promoção dos direitos humanos em sua totalidade, adotando práticas que efetivamente provoquem as “transformações societárias” (NETTO, 1996) necessárias à construção de uma sociedade onde os direitos individuais e sociais sejam iguais para todos.

Nesse contexto, vale ressaltar iniciativas de entidades de classes como do Conselho Federal de Serviço Social, Gestão 2008/2011 – Atitude crítica para avançar na luta, quanto ao apoio manifestado em nota pública ao III Programa Nacional de Direitos Humanos e de comprometimento com a questão da garantia universal dos direitos humanos:

Persiste na sociedade brasileira a violação cotidiana dos direitos humanos. Violação que se materializa nas ruas das grandes e pequenas cidades e no campo e vem sendo traduzida através da criminalização dos pobres e da pobreza, da criminalização dos movimentos sociais e da violência indiscriminada que sofre a população brasileira. Homens e mulheres são usurpados de seus direitos mais elementares, condenados sumariamente e submetidos a diferentes formas de dominação, exploração e opressão que são reveladoras da barbárie da sociabilidade capitalista (CFESS, 2008/2011).

Portanto, reforça-se a necessidade de se ter na UFRN um espaço acadêmico aglutinador e integrador de todas as iniciativas já existentes na área de direitos humanos na instituição, como se vê em outras universidades, por exemplo, a Universidade Federal da Paraíba – UFPB, de modo a permitir uma maior visibilidade das ações desenvolvidas, bem como melhores condições para a pesquisa sobre os assuntos relacionados à referida temática.

A preocupação com a busca de alternativas que respondam às problemáticas sociais é função imprescindível em qualquer sociedade que pretende ser democrática, e o

compromisso das instituições públicas nessa direção é necessário e urgente. A universidade pública é uma instituição que incorpora, em sua razão de existir, um conjunto de funções econômicas e sociais.

Como bem público, ela é financiada com recursos provenientes da sociedade, devendo, por isso, ter clareza da função social suposta em suas ações. Mas a natureza pública da universidade não deve se realizar somente na gratuidade do ensino nela ministrado, mas sobretudo na possibilidade de participação dos diferentes grupos da sociedade, no usufruto, direto e indireto, dos resultados produzidos pela atividade acadêmica em suas várias dimensões.

Nesse sentido, os gestores institucionais têm refletido acerca do compromisso da Universidade com a construção de uma sociedade melhor, isto é, justa, solidária e democrática.

Diante do contexto neoliberal em que se vive, que exclui e gera desemprego, fome e miséria, a universidade tem uma função social a cumprir, com significativa contribuição a prestar. Portanto, desenvolver uma educação superior que vise à justiça social, a inclusão, a cidadania, o respeito à dignidade humana, estimulando relações mais equilibradas entre os seres humanos, e ainda, proporcionando uma formação profissional cidadã e crítica diante do mundo em que se vive, é uma exigência do presente momento histórico.

Com o propósito de formular uma compreensão sobre cidadania entre os alunos, na dimensão da condição humana, sintetizamos o que para nós são palavras-chave no processo de redefinição da cidadania, proposta por Santos (2003) e por Vieira (2001) na contemporaneidade: refletir, questionar, compreender, respeitar, contribuir, humanizar, comprometer-se, transformar. Coadunando com os autores citados, Morin (2001), nos sugere pensar numa educação que nos ensine a assumir a condição humana e a viver para colaborar na formação do cidadão responsável e solidário pela sua pátria (TOSCANO, 2006, p. 223).

Sabe-se que a Extensão Universitária historicamente tem contribuído com as lutas sociais da humanidade e nessa posição deve perpetuar-se. É importante desenvolver o extensionismo universitário voltado tanto para formação-cidadã dos alunos como para formação da população como sujeitos de direitos ativos do processo de construção de uma sociedade mais justa e emancipada, revolução que o mundo atual necessita.

A razão de aprofundar os estudos sobre o presente tema justifica-se a cada momento pelo fato de a universidade ser uma instituição pública e ter como finalidade formar cidadãos capazes de encontrar alternativas para as problemáticas sociais.

Frente ao que foi exposto, acreditamos que por meio da Extensão Universitária, a universidade tem possibilidades de desenvolver uma relação dialógica com a sociedade, qualificando a formação acadêmica, uma vez que prioriza a relação teoria e prática.

Nesse sentido, a Extensão Universitária deve ser imprescindível para a formação acadêmica cidadã, por ser o meio pelo qual o aluno vivencia uma prática social, e nessas experiências concretas podem desvendar as determinações dos problemas sociais do contexto em que se insere, propondo alternativas adequadas para as situações-problemas da sociedade.

Muitas são as inquietações manifestadas a partir da reflexão sobre a universidade e a Extensão Universitária, quanto aos seus papéis no contexto de uma sociedade capitalista.

Neste estudo tentou-se responder aos seguintes questionamentos: Qual a importância dada pelos segmentos da universidade à Extensão Universitária? Qual o papel da Extensão Universitária na formação acadêmica cidadã dos alunos? Qual a relevância social e os resultados alcançados pelas atividades de Extensão Universitária nas comunidades populares? Qual o papel da Extensão Universitária no combate às desigualdades sociais, no fortalecimento da democracia, na defesa da cidadania e justiça social?

Em meio a essa discussão, objetivamos identificar, no âmbito da Universidade, qual o significado da Extensão Universitária para os que praticam ações extensionistas e quais os resultados para a sociedade e para a formação acadêmica cidadã dos futuros profissionais. Para tanto, delimitamos nosso objetivo geral e objetivos específicos: Analisar na dinâmica da universidade as ações de Extensão Universitária, observando as concepções e as ações dos sujeitos que atuam na perspectiva da formação cidadã na conjuntura neoliberal. Buscou-se apreender o papel da Extensão Universitária como espaço de compromisso social da universidade pública na sociedade, identificando as ações realizadas pela Extensão Universitária da UFRN, na temática direitos humanos e justiça no período de 2008 a 2010, registradas no SIGAA, observando qual a concepção de extensão dos sujeitos envolvidos e sua contribuição para a formação acadêmica cidadã.

É importante ressaltar o modo como se dá a organização de uma sociedade, isto é, como se concebe o mundo e qual a direção moral e intelectual da população. Na teoria de Marx, essas formas de compreensão se materializam através das instituições que consolidam e asseguram determinada ideologia.

No caso da sociedade capitalista, configurada pela divisão das classes sociais antagônicas, as instituições, pelas suas determinações históricas encontram-se comprometidas com os interesses dominantes, os quais detêm os poderes político, econômico e cultural, de modo a manter e reproduzir o *status quo*, com medidas consensuais e legitimadas.

No entanto, pelo fato dessas instituições resultarem de uma sociedade de interesses antagônicos, contraditórios e de muitas crises socioeconômicas, nos impulsiona a acreditar numa mudança na sociedade, mesmo considerando toda a estrutura estabelecida pela ordem vigente, com seus órgãos de controle e manutenção da ideologia dominante.

Nesse contexto, a universidade representa um desses instrumentos, e sua forma de relacionar-se com a sociedade reflete a correlação de forças em determinado contexto histórico.

Entendida a Extensão Universitária como dimensão social da universidade, ela reflete as lutas de classes existentes na sociedade e apresenta diversas concepções, práticas e políticas de acordo com os vários momentos históricos vivenciados no país. Portanto, para que se faça uma reflexão sobre a Extensão Universitária, é interessante partir de questionamentos como: De qual extensão está se falando? Em qual concepção de universidade ela se concretiza? Tais preocupações impulsionam a presente pesquisa.

Portanto, essa foi a direção trilhada, do ponto de vista teórico-metodológico, de nosso estudo e análise da realidade da Extensão Universitária que nos permitiu visualizar além do compromisso da universidade com a sociedade, a necessidade de sua institucionalização para formação acadêmica cidadã.

Para o desenvolvimento deste estudo foi feita uma revisão da literatura sobre a Extensão Universitária no âmbito das universidades públicas e da sua luta pela democratização, promoção, proteção, defesa e combate à violação dos direitos humanos.

Para tanto, buscou-se ter como base teórica o material bibliográfico elaborado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão e de autores que pesquisam sobre os temas de interesse deste trabalho, bem como dissertações e teses que tratam do tema desta pesquisa.

A construção do conhecimento é fundamental para o desenvolvimento da humanidade e por isso a sua produção científica é uma construção que busca dar respostas às diversas demandas da sociedade, por meio dos diferentes atores sociais e dos interesses existentes no cotidiano das relações de poder.

Nesta pesquisa foram analisadas, sob uma abordagem crítica, as ações desenvolvidas pela Extensão Universitária da UFRN, na área temática direitos humanos e justiça, nos anos de 2008, 2009 e 2010, para aproximação da realidade e identificação da

necessidade de continuidade dessas práticas sociais na formação cidadã dos alunos e na perspectiva de preparação para o enfrentamento das problemáticas sociais e da violência presentes na sociedade.

A opção pela pesquisa de campo legitimou-se pela razão de possibilitar a apreensão do real e das suas determinações históricas. Com base na fundamentação de como foram desenvolvidos os projetos de Extensão e seus resultados, buscando desvendar quais as motivações das práticas extensionistas desenvolvidas pelos professores e estudantes, acredita-se que a pesquisa de campo possibilitou apreender quais as práticas efetivamente desenvolvidas pelos sujeitos desta pesquisa no cotidiano.

Quanto à operacionalização do projeto, a pesquisa de campo compreendeu-se de entrevista semiestruturada, tendo em vista a aplicação de levantamento das ações de extensão e pesquisa documental referentes à temática direitos humanos e justiça.

No total foram realizadas 21 (vinte e uma) entrevistas, sendo com 1 (um) gestor de Extensão Universitária, 9 (nove) docentes coordenadores de ações de extensão e 10 (dez) alunos envolvidos em práticas extensionistas dos Cursos de Direito, Psicologia, Arquitetura e Serviço Social, e 01 (um) comunitário participante de ações de Extensão Universitária, na área temática direitos humanos e justiça, realizadas nos anos de 2008, 2009 e 2010, registradas no Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), a fim de apreender a atuação da universidade por meio da Extensão Universitária junto à sociedade e como as atividades de extensão contribuíram para a formação acadêmica cidadã.

Buscou-se observar qual o entendimento dos coordenadores de ações extensionistas e dos estudantes sobre a Extensão Universitária como espaço de compromisso social da universidade com a sociedade e como os mesmos apreendem os impactos das ações junto às comunidades envolvidas. As entrevistas foram aplicadas de acordo com a disponibilidade dos investigados, em dias agendados. Foram entrevistadas pessoas da comunidade que participaram das atividades de Extensão Universitária na perspectiva de observar como se situam a partir do envolvimento delas nessas ações.

Após a sistematização dessas informações, realizou-se uma entrevista com o Pró-reitor de Extensão Universitária da UFRN, com indagações mais detalhadas e questões relacionadas ao objeto de estudo desta pesquisa. No diálogo com o supracitado Pró-reitor, Professor Cipriano Maia de Vasconcelos, ele expressou o seguinte entendimento sobre o significado da Extensão Universitária para a UFRN:

Eu acho que a UFRN tem uma tradição de destaque para extensão universitária, desde o seu nascedouro com a experiência do CRUTAC, que foi, digamos assim, iniciado aqui e depois com vários outros projetos bem-sucedidos. Mas, eu diria que no presente este significado tem que ser atualizado, porque o que nós defendemos hoje na universidade é a ideia de superação de uma visão meramente assistencialista ou disfuncionista, para uma visão mais dialógica, onde a universidade ao fazer algum tipo de atuação, de intervenção, de prestação de serviços na comunidade, sempre incorpore essa dimensão educativa do aluno. E essa dimensão dialógica de troca de saberes com as comunidades, sem aquela ideia de levar e difundir um saber pronto. E com isso a gente também aprender na interação com a comunidade e fazer com que esse vínculo realmente contribua para inclusão da comunidade. Que esse diálogo com a comunidade, facilite as vias de acesso à universidade, por parte dos movimentos sociais, das organizações da sociedade, numa interação mais profícua, mais produtiva para ambos, para a universidade que qualifica sua agenda de pesquisa, qualifica seu ensino, suas ações de extensão e para comunidade também que deve ter um aprendizado e uma qualificação desse processo. Agora, nós temos já experiências que contemplam essa perspectiva, mas também temos uma diversidade de experiências que ainda seguem um pouco o modelo tradicional de extensão, muito presa ainda à difusão ou prestação de serviço (PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO DA UFRN, 2010).

O universo da pesquisa foi delimitado a partir do levantamento das ações de Extensão Universitária que foram desenvolvidas no período de 2008 a 2010, que tiveram como eixo temático a discussão dos direitos humanos, tendo como recorte o enfrentamento da violação de direitos – questões pertinentes às conquistas sociais, culturais do ser social, no processo de construção da sua cidadania. A escolha, portanto, se deu com base em uma amostra intencional, das pessoas envolvidas nas ações de extensão (Programas, Projetos, Cursos, Eventos ou Produtos) – coordenadores e alunos, pró-reitores e participantes da comunidade.

Além dos autores supracitados, nosso estudo teve como fundamentação teórica os estudos realizados pelo pesquisador Michel Thiollent, que desenvolveu uma técnica de pesquisa numa perspectiva crítica, articulando o plano social e o plano do conhecimento, na qual vislumbramos ter como fito dar a conhecer as determinações das ações de Extensão Universitária enquanto parte do processo de formação acadêmica e enquanto inserção na sociedade.

Esta dissertação compreende uma introdução, considerada primeira seção, onde se aborda a perspectiva teórico-metodológica adotada, e quatro seções. Na segunda seção faz-se uma discussão sobre a origem da universidade e do ensino superior no contexto neoliberal; na terceira seção trata-se de uma reflexão sobre as concepções de Extensão Universitária no Brasil; na quarta, situamos a Extensão Universitária e as Políticas Públicas – tendo como

recorte os direitos humanos e a prática extensionista, na quinta seção apresentamos a caracterização das ações de extensão e os resultados da nossa pesquisa junto aos sujeitos envolvidos nas ações extensionistas. Nas considerações finais, trazemos as aproximações de análise, síntese dos resultados da pesquisa e a nossa contribuição em torno da temática estudada.

2 UNIVERSIDADE: DA ORIGEM AO SÉCULO XXI

Foto 2 - Projeto de Extensão Universitária Trilhas Urbanas - UFRN/2005, em Mãe Luiza - Natal/RN. Atividade de Esporte com Adolescentes



Fonte: Acervo PROEX/UFRN

2.1 UMA SÍNTESE SOBRE A ORIGEM DA UNIVERSIDADE

As primeiras cidades, surgidas em meados do século VI até o século X, “tinham o formato de vilas” (PONCE, 1989, p. 97), onde moravam alguns artesãos e empregados domésticos que trabalhavam nas casas grandes dos senhores feudais, subordinados esses às mesmas normas dos escravos. Nesse período, pode-se observar que a cidade medieval ampliava os seus domínios.

Para atender às demandas monetárias e comerciais dos senhores feudais, surge no século XI o processo de circulação das mercadorias (compra e venda), substituindo o sistema de troca de produtos praticado pelos artesãos, nascendo daí o comércio e a circulação do dinheiro, provocando profundas transformações nas cidades, fazendo emergir a burguesia, uma nova classe que almejava uma vida urbana bem diferente da vivida pela nobreza rural da época.

As transformações ocorridas na economia desse período interferiram fortemente na educação. Com essas mudanças na sociedade do século XI, sob a influência da nova burguesia que exige sua participação no processo de instrução, passa a escola catedralícia⁴ deste século a dar origem à universidade.

Segundo Ponce (1989, p. 99) “Sob a influência da nova burguesia, que exigia sua parte na instrução, a escola catedralícia foi, no século XI, o germe da universidade. No domínio intelectual a fundação das universidades equivaleu outorga de uma nova carta de franquia à burguesia”.

Nessa época, a universidade, chamada *universitates*, significava qualquer associação corporativa, podendo ser uma corporação de carpinteiros, um grupo de artesãos ou uma corporação de mestres e alunos, que segundo Manacorda (1989, p. 149):

À semelhança de outras corporações de artes e ofícios, associações juridicamente reconhecidas de todos (*universi*) os scholares; e se dividiram em geral em *nationes*, organizando-se para a assistência aos seus membros e para a tutela dos interesses comuns tanto dos *doutores* como da cidade hospedeira.

Nesse contexto, “a universidade era em sua origem a reunião livre de homens que tinham como objetivo o cultivo das ciências” (PONCE, 1989, p. 99). Não se pode negar que

⁴ As escolas catedralícias, da igreja na Idade Média, do século XI até a primeira metade do século XII, foram encarregadas pelo ensino, no período de ascensão da burguesia.

esse fato se deu através da expansão do comércio e da necessidade e compreensão da burguesia em aprimorar os seus conhecimentos de forma mais adequada aos seus interesses.

Inicialmente, porém, a universidade resistiu a esse movimento mercantil e direcionou-se no sentido de aprofundar e avançar nos estudos científicos, como em Bolonha, no norte da Itália, na área jurídica; em Salerno, no sul da Itália, na prática médica; e em Paris, na teologia e na filosofia. A consolidação da universidade na Europa tem seu marco como uma instituição de caráter social, fundada no reconhecimento público e legitimada institucionalmente como de ação social. Assim, o seu surgimento foi marcado pelas ideias de reflexão, criação e crítica.

No entanto, apesar das conquistas de direitos sociais nas áreas da educação e da cultura nos dois últimos séculos, através das lutas sociais e políticas, a universidade chega ao século XXI, em particular no Brasil, refém da mercantilização produzida pelo neoliberalismo tornando-se não mais uma instituição social, mas sim dependente e preocupada em atender às demandas do mercado, isto é, do capital.

Segundo Netto (2000, p. 28),

[...] A subordinação dos objetivos universitários às demandas do mercado passa a ser uma das referências da vida acadêmica porque passa a legitimar a eficácia universitária. A prova cabal disso é o provão; não se trata de recusar qualquer sistema de avaliação, trata-se de mencionar que o provão opera a partir das demandas de mercado e não serve, portanto para nada em termos acadêmicos. Essa subordinação às demandas de mercado é a clara subjunção da atividade acadêmica à lógica do capital.

Ainda sobre essa questão, discorre Pablo Gentili (Encarte CLACSO, VIII)

Discutir o tipo de “excelência” que deve guiar as políticas universitárias de governos que aspiram reverter a herança de exclusões e discriminação deixadas pelo neoliberalismo, parece não ser um tema menor. Hoje, mais do que nunca, devemos enfatizar que um projeto de universidade que constrói sua excelência sobre a base da omissão ou da indiferença diante das condições de vida de milhões de seres humanos e de sua incapacidade, declarada ou não, para lutar contra a opressão e contra a persistência das desigualdades produzidas todos os dias pela tirania do mercado, costuma ser um projeto de universidade no qual a “excelência” acaba sendo o álibi, o pretexto, talvez mais eficaz para justificar o seu cinismo e sua petulância intelectual. Há noventa anos, o *Manifesto Liminar* da Reforma de Córdoba nos alertava: “[nossas universidades se transformaram no] lugar onde todas as formas de tirania e insensibilidade encontraram a cátedra que as ditasse”.

Dessa forma, as universidades não devem se deixar levar por essa onda mercadológica, mas retomar à sua verdadeira função social, materializando-se em espaço democrático de produção e difusão dos conhecimentos socialmente necessários à apropriação e à transformação do contexto social em que vivemos.

2.2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Para se analisar a educação superior do Brasil na atualidade, é imprescindível uma contextualização que leve em consideração as mudanças estruturais no capitalismo e seus impactos nas políticas educacionais.

Nesse contexto, se focaliza a universidade dentro da reatualização das esferas do público e do privado, onde a função da educação é tida como assistencialista, deixando de ser responsabilidade do Estado, sendo transferida para a sociedade civil, abrindo possibilidades para a privatização, ou seja, a mercantilização da educação, quando esta, conforme a Constituição Federal do Brasil, em seu capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 6º, deveria ser um direito social assegurado a todos os cidadãos.

Essa realidade se configura com a reforma institucional, que visa incluir na esfera social, por meio de acordos de interesses sociais, a racionalidade do capital e da esfera privada, que nada mais significa do que a diminuição do compromisso do poder público com a sociedade, frente ao avanço do poder das forças privadas do país. Isto posto, fica caracterizada a expansão do setor privado de forma pragmática na educação brasileira na contemporaneidade em detrimento de uma educação emancipadora onde todos tenham acesso.

A situação atual da educação brasileira está diretamente relacionada às transformações ocorridas no sistema capitalista nas últimas décadas do século XX (o enfraquecimento das ideias social-democratas e a hegemonia neoliberal) que afetam profundamente o Estado brasileiro. Essas transformações provocam mudanças significativas no processo produtivo através do crescimento científico, além da globalização da economia, onde o mercado passa da esfera micro para macro, com a redefinição dos papéis da esfera pública e da esfera privada. Nessa direção, o capital internacional domina o mercado mundial, e na lógica neoliberal passa a assumir responsabilidades de assistência social, as quais, na social-democracia seriam promovidas pelo Estado. Frente ao exposto, fica claro que as forças hegemônicas capitalistas do século XX influenciam e predominam nas ciências, na tecnologia e na informação.

No século XXI, verifica-se que no Brasil a educação tornou-se um meio de fortalecer essas forças hegemônicas, e por isso é tão valorizada nos discursos dos educadores, políticos e gestores públicos, atraindo a classe trabalhadora pela mensagem da empregabilidade qualificada. Assim nos diz Selingardi (apud SILVA, 2006, p. 156): “Destarte, a educação consiste em uma espécie de ‘porta de entrada’ para o mercado de trabalho, formando ‘[...] o cidadão do século XXI: produtivo, útil, só e mudo [...]’”.

Por isso, observa-se nas universidades brasileiras privadas do século XXI uma grande parcela de alunos oriundos de famílias da classe trabalhadora, que cursam ensino superior no setor privado, que apresenta baixa qualidade. Essa situação ocorre devido à realidade da educação superior no Brasil, onde não há investimento público suficiente nesse setor, provocando o crescimento do setor privado da educação superior.

Vejamos o que diz Chaui (2001, p. 36):

Os alunos de primeiro e segundo graus das escolas públicas, quando conseguem ir até o final desse ciclo, porque por suposto estariam “naturalmente” destinados à entrada imediata no mercado de trabalho, não devem dispor de condições para enfrentar os vestibulares das universidades públicas, pois não estão destinados a elas. A maioria deles é forçada ou a desistir da formação universitária ou fazê-la em universidades particulares que, para lucrar com sua vinda, oferecem um ensino de baixíssima qualidade.

De acordo com Iamamoto (2000, p. 41), no período de 1986 a 1996 o ensino superior no Brasil cresceu 34,8% no que diz respeito ao setor privado, enquanto no setor público, apenas 19,4%. Esses dados retratam a deficiência de investimentos no setor da educação superior pública no Brasil.

Nesse sentido, pode-se observar que nos anos 1990, e em meados do século XXI, houve um forte processo de mercantilização e pulverização do ensino superior brasileiro, com o apoio do governo de Fernando Henrique Cardoso e outros, com o argumento de que a educação é um “bem público” e por isso deve ser oferecida por instituições públicas e privadas à população. Portanto, cabe ao Estado fazer a distribuição dos recursos públicos, com os setores privados, bem como estimular o financiamento privado para as instituições de ensino superior públicas, abolindo todas as diferenças entre os entes públicos e privados⁵.

Dessa forma, faz-se marcante a inserção do setor privado na educação superior com significativa quantidade de instituições, como se vê nos dados obtidos pelo INEP/MEC:

⁵ Análise de Lima (2007) e Neves (2002).

o Censo da Educação Superior de 2007 informa a existência de 2.281 IES, sendo 89% de natureza privada. Quanto à organização acadêmica, há uma predominância de instituições não universitárias, isto é, instituições que não precisam realizar pesquisa, somente transferir conhecimento: 86,7% das IES encontram-se registradas como faculdades, enquanto as universidades⁶ e centros universitários respondem por 8% e 5,3%. Cabe salientar que os centros universitários também não são obrigados a realizar pesquisa, o que faz as IES não universitárias representarem mais de 90% do total das IES existentes no país (BRASIL, 2009a).

Ainda sobre a organização acadêmica, é clara a preferência do setor privado por atividades menos custosas e, logo, mais lucrativas: o censo de 2007 mostra que “[...] o maior número de faculdades (92,5%) e de centros universitários (96,7%) está vinculado ao setor privado, enquanto as universidades estão distribuídas em proporção aproximada entre o setor público e o privado, 52,5% e 47,5%, respectivamente” (BRASIL, 2009a).

Outro dado que ratifica o processo de expansão do setor privado diz respeito às matrículas nas IES: o Censo da Educação Superior de 2004 indicava que 71,7% das matrículas registradas pertenciam ao setor privado (BRASIL, 2005). O censo de 2007 destaca que a maior parte das matrículas, 74,6% (3,7 milhões) pertence às instituições privadas, que registraram aumento de 5% em relação ao ano anterior. As demais matrículas estão computadas nas IES federais, estaduais e municipais, correspondendo a 12,6%, 9,9% e 2,9% do total, respectivamente.

Além disso, conforme dados da SECAD sobre a população brasileira por raça/cor e faixa etária entre 18 e 24 anos, no período de 1997 a 2007, verificou-se que numa população aproximadamente de 24 milhões de jovens nessa faixa etária, apenas 6 milhões conseguem ter acesso ao ensino superior.

Considerando o número de matrículas efetivadas nas IES, de acordo com os dados do censo da educação superior do INEP/MEC, verifica-se que desse universo de mais ou menos 6 milhões de alunos, 4,43 milhões estão na rede privada e 1,52 milhões na rede pública das instituições de ensino superior.

Diante dessa questão, observa-se que a educação superior brasileira está direcionada para atender às demandas mercadológicas, preocupada em formar cidadãos

⁶ De acordo com a legislação vigente, as universidades devem realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão, contar com 1/3 de doutores e mestres em seu quadro docente e com 1/3 de seus professores contratados em regime de tempo integral (BRASIL, 1996, art. 52).

produtivos, capazes de aumentar os resultados da produção, ao invés de cidadãos emancipados, capazes de construir a sua própria história.

A presente reflexão sobre a educação no Brasil a partir da década de 1990 procura apreender as transformações ocorridas no sistema educacional ocasionadas pelas exigências do sistema econômico do país, objetivando uma visão crítica da realidade dos fatos.

Para uma melhor compreensão dessa realidade, toma-se como base a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, março de 1990, da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como parte dos documentos que orientaram na última década do século XX as reformas educacionais. Em seu artigo primeiro, esse documento faz referência à aprendizagem e não à educação no Brasil, como ferramenta essencial, com conteúdos que formam conhecimentos, valores, atitudes e habilidades fundamentais à subsistência do homem.

Assim, de acordo com a interpretação de Silva Júnior (apud SELINGARDI, 2006, p. 157),

A educação tem por objetivo, com base no modelo proposto pelas agências multilaterais, a sobrevivência do ser humano, por meio da adaptação à realidade social, ou seja, forma o indivíduo para o desenvolvimento de habilidades e percepção e não para o conhecimento dessa realidade e das transformações sociais e culturais.

No âmbito das práticas escolares, visualizamos essa tendência a uma formação educacional voltada para o mercado, reforçada com a transferência da responsabilidade do Estado pela educação para a sociedade civil.

Nesse contexto, verifica-se que as reformas educacionais ocorridas no Brasil nos anos 1990 sofrem influência dessa lógica mercadológica e são realizadas conforme os interesses do capital internacional, configurando-se também na reforma universitária.

Para Leher (2010, s/p),

[...] Está sendo erigido um falso consenso que poderá redefinir profundamente a universidade brasileira e quiçá de diversos países latino-americanos, representando a vitória de um projeto asperamente combatido por sindicatos, estudantes, reitores, entidades científicas, fóruns de educadores e partidos, no curso da última década: a conexão com o mercado e, mais amplamente, a conversão da educação em um mercado [...].

Com as Universidades não poderia ser diferente, no atual quadro de expansão do mercado que atinge todas as áreas profissionais, tem-se o fortalecimento da esfera privada em detrimento da esfera pública, assiste-se à desestatização e à privatização do Estado. Nessa conjuntura, temos ainda a mercantilização dos espaços sociais, inclusive o da educação. Dessa forma, visualiza-se o surgimento de uma nova cultura universitária, a qual se pode chamar de cultura mercantil. Nesse sentido, a função da universidade de desenvolver uma consciência crítica voltada para atuação, e transformação, do contexto sócio-histórico em que está inserida, fica prejudicada, dando lugar a uma instituição prestadora de serviço ao mercado, preocupada em atender às exigências do capital.

Ainda com base na resenha de Selingardi (2006, p. 160), vemos que:

[...] Da educação brasileira (principalmente em seu nível superior): seu papel de formadora de cidadãos críticos e consciente de sua realidade política e social cede espaço à função preparar indivíduos a serviço das forças centrais do capitalismo atual: a ciência, a tecnologia e a informação, atendendo os interesses do sistema capitalista globalizado.

Diante do trágico quadro em que se encontra a educação pública no Brasil, especificamente o ensino superior, torna-se necessária a criação de espaços democráticos por parte dos dirigentes universitários, estudantes, professores, técnico-administrativos, sindicatos, sociedade civil e movimentos sociais, para discutir e debater uma efetiva agenda para uma verdadeira reforma da universidade brasileira, onde se questione sobre: universalidade da educação, democracia, controle social das universidades públicas e privadas, autonomia, articulação ensino-pesquisa-extensão, financiamentos, condições de trabalho dos operadores da educação, assistência estudantil, entre outros de interesses da sociedade em geral.

Finalizando a explanação acerca da contextualização do ensino superior no Brasil, corroboramos, mais uma vez, com Leher (2010, s/p) quando diz:

Toda experiência de coalizão dos setores devotados à causa do ensino público, notadamente do Fórum Nacional em defesa da Escola Pública, terá de ousar novos patamares organizativos para que a educação possa se fazer presente, de forma massiva, no espaço público – nas praças, nas ruas, nas escolas, e universidades. A privatização não passará, apesar do banco Mundial e de seus velhos e novos aliados!

Apesar da dramática situação em que se encontra a educação brasileira no século XXI, em particular o ensino superior, nessa conjuntura neoliberal que exige das universidades a produção e a reprodução da lógica perversa do capital, tornado-a uma instituição a serviço das demandas do mercado ao invés de uma instituição comprometida com as questões e problemáticas sociais, não se pode sucumbir, mas buscar forças no sentido de superar e construir um novo projeto societário onde a educação e os demais direitos da pessoa humana sejam respeitados, de modo assegurar a emancipação na totalidade dos sujeitos sociais.

3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

Foto 3 - Projeto de Extensão Universitária Trilhas Urbanas - UFRN/2005, em Mãe Luiza - Natal/RN. Atividade de Esporte com Adolescentes



Fonte: Acervo PROEX/UFRN

Para desenvolvermos nossa pesquisa tendo como eixo de análise a Extensão Universitária, necessário se faz produzir mais informações sobre a história da universidade.

No Ocidente, a universidade surgiu em meados do Século XII, com a organização dos estudantes em corporações. Nessa época, apesar do pouco envolvimento da universidade com a sociedade, pois sua atividade era exclusivamente relacionada ao ensino, já havia participação nos acontecimentos históricos.

Com o advento da Revolução Industrial no Século XVIII, a Universidade Medieval, com as pressões sofridas na época, cedeu espaço para a Universidade Moderna, que tinha como objetivo responder às novas demandas comerciais.

Para Jezine (apud FARIA 2001, p. 130) a gênese da Extensão Universitária remonta ao século XIX, com as Universidades Populares e o modelo norte-americano de Extensão rural. Segundo Rocha (apud FARIA 2001, p. 16), a Extensão Universitária teve sua primeira experiência na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, em 1867, com uma visão de educação continuada para adultos da sociedade em geral que não cursavam o ensino superior.

Em seguida, se irradiou para os Estados Unidos, onde foram criadas verdadeiras Escolas de Extensão, os *Land Grant Colleges*, experiências do extensionismo cooperativo ou rural que deram origem às Escolas Superiores Rurais ou Universidades Rurais, onde eram desenvolvidas ações extensionistas na modalidade de prestação de serviços técnicos, cursos profissionalizantes, educação a distância, cursos noturnos, entre outras, utilizando diversas metodologias e tecnologias. Para Gurgel (1996, apud TAVARES, 1997, p. 30):

A extensão universitária desenvolvida no Brasil a partir do começo do século XX foi influenciada por essas duas correntes: a europeia, através de cursos de extensão ministrados nas universidades populares, resultantes do esforço autônomo dos intelectuais, objetivando aproximar-se da população na intenção de ilustrá-la, numa ênfase culturalista; e a americana, veiculada em instituições oficiais, mais voltada para utilização do conhecimento numa perspectiva de desenvolvimento de comunidades, caracterizada pela ideia da prestação de serviços.

As experiências pioneiras de Extensão Universitária no Brasil foram marcadas pela influência destes dois países – Inglaterra e Estados Unidos. Segundo Tavares (1997, p. 35), “a primeira Instituição a oferecer experiências de Extensão Universitária no Brasil, foi a Universidade de São Paulo, fundada em 1911 e inaugurada em 1912 por meio de sua Universidade Popular que, sem constituir uma unidade com corpo docente e discente

próprios, promovia conferências semanais (provavelmente nas noites de segunda-feira) gratuitas, abertas a quem quisessem” (CUNHA, 1986, p. 204), ou seja, para a população em geral.

Na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa/MG e na Escola Agrícola de Lavras/MG⁷, “registram-se atividades de extensão voltadas para a prestação de serviços na área rural, ainda na década de 20, levando assistência técnica aos agricultores”, Nogueira (apud FARIA, 2001, p. 58), prática existente até hoje.

A busca pelo reconhecimento da Extensão Universitária como atividade acadêmica significa considerar a sua importância no mesmo nível do Ensino e da Pesquisa para a formação acadêmica. A produção e a difusão do saber científico como meio de democratização do conhecimento transmitido pela universidade, deve atender as demandas mais urgentes das populações. A ação extensionista possibilita à Universidade efetivar uma avaliação, ao mesmo tempo que permite que a instituição seja avaliada pela sociedade, através do conhecimento produzido e das vivências na realidade social em situações concretas.

Diante dessas reflexões, pode-se observar que a Extensão Universitária ao longo da sua trajetória vem se transformando desde o período medieval, adequando-se a cada contexto sociopolítico e econômico.

A maior expressão da Extensão Universitária durante esse período foi materializada no Movimento Estudantil de Córdoba, considerada como uma das bandeiras de luta desse movimento, período em que os estudantes assumiram o poder na Universidade Católica Tradicional da Argentina, momento em que reivindicaram através de uma carta, outras questões, conforme Augusto Salazar Bondy (apud ROCHA 2001, p. 18) propunham: “[...] vehicular la universidad con el pueblo y la vida de la nación, de donde la publicidad de los actos universitarios, la extensión cultural, las universidades populares y la colaboración obrero-estudantil”.

Vale ressaltar que as preocupações e os ideais que alimentavam o Movimento dos Estudantes de Córdoba, em 1918, persistem até hoje Rocha (apud FARIA, 2001, p. 27) e obrigam à reflexão de docentes, discentes e técnico-administrativos que vivenciam as ações de Extensão Universitária, como se pode ver em trecho da Carta Liminar de Córdoba (1918): “[...] los dolores que nos quedan, son las libertades que nos faltan. Creemos nos equivocarnos, las resonancias del corazón nos lo advierten: estamos pisando sobre una revolución, estamos viviendo una hora americana”.

⁷ Atualmente Universidade Federal de Viçosa e Universidade Federal de Lavras, respectivamente.

Nessa direção, corroborando com Rocha (2001), é preciso acreditar no sonho, não desprezar a utopia, nessa sociedade neoliberal que provoca situações desumanas para as camadas populares. A Extensão Universitária deve ser reinventada, sendo capaz de transformar os estudantes e a população em sujeitos emancipados e construtores de uma sociedade mais justa, digna e feliz, que tanto se deseja na contemporaneidade.

Nessa perspectiva, considera-se que a Extensão Universitária é uma atividade acadêmica imprescindível a qualquer instituição de ensino, principalmente as de ensino superior, uma vez que estas são as responsáveis pela formação dos atores sociais.

3.1 ASPECTOS LEGAIS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Neste item buscaremos contextualizar a Extensão Universitária no Brasil sob o prisma da legislação, como segue:

1º) Estatuto das Universidades Brasileiras, Decreto nº. 19.851, de 11 de abril de 1931. Concepção de Extensão, segundo o decreto do Ministro Francisco Campos, enviado ao Presidente da República em exposição de motivos, a seguir:

A Extensão Universitária se destina a dilatar os benefícios da atmosfera universitária àqueles que não se encontravam diretamente associados à vida da universidade, dando assim maior amplitude e mais longa ressonância às atividades universitárias que concorrerão de modo eficaz para elevar o nível cultural geral do povo [...].

Apesar de a supracitada legislação visar o desenvolvimento cultural da população em geral e buscar beneficiar os que não tinham assento nos bancos universitários, pela oferta de cursos e eventos, no intuito de contribuir com a busca de solução para algumas problemáticas sociais, na verdade, o que aconteceu nesse período com o resultado das práticas extensionistas, foi um reforço na formação dos acadêmicos e uma atualização dos egressos, privilegiando os que já participavam do ensino superior público, deixando excluídas as camadas populares com baixo poder econômico e político.

2º) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 4.024 de 1961, art. 69: Cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do

respectivo instituto de ensino, abertos a candidatos com preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos.

Apesar de institucionalizadas as ações de extensão universitária para comunidades externas, essa legislação continua atendendo aos que cursam a universidade pública ou já frequentaram.

Vale ressaltar que no período de 1960/64, os estudantes universitários desenvolveram ações de extensão independente das universidades, através da União Nacional dos Estudantes (UNE), que tinha como proposta levar os estudantes às comunidades populares, facilitando assim a troca de experiências entre estudantes de áreas profissionais afins por meio de ações realizadas junto às populações das comunidades urbanas e rurais. O mais relevante aspecto dessa iniciativa foi a possibilidade de se refletir sobre as atividades desenvolvidas.

A UNE desejava uma universidade comprometida com as classes populares urbanas e rurais, onde a Extensão Universitária assumia função acadêmica no âmbito da formação continuada de propostas de estágio curriculares e de Assistência Social voltadas para populações consideradas carentes, junto aos órgãos governamentais.

No período da ditadura militar, após o ano de 1964, objetivando uma inserção no meio rural, as Universidades de certa forma inspiradas nas propostas dos estudantes, criaram projetos de intervenção nas comunidades rurais, como o CRUTAC⁸, tendo sido criado, logo em seguida, pelo Governo Federal o Projeto RONDON⁹, que tinha como prioridade o desenvolvimento econômico e a segurança nacional, bem como o controle e a fiscalização das atividades estudantis universitárias nos municípios.

O CRUTAC, programa criado na década de 1960 pela UFRN, teve como objetivo levar os estudantes universitários para atuar em comunidades rurais. No início participavam apenas alunos dos Cursos da área da saúde, sendo em seguida expandido para outras áreas, com o envolvimento de docentes e técnico-administrativos, passando a ser estágio obrigatório dos Cursos de Medicina, Enfermagem, Nutrição, Serviço Social e Direito.

Pela sua atuação, o CRUTAC mostrou-se bastante eficiente, o que nesse período de ditadura era bem aceito pelo governo militar. Os resultados favoráveis alcançados junto às comunidades populares rurais eram considerados importantes, uma vez que o governo tinha interesse em mostrar à sociedade sua preocupação com a população pobre do país. Por isso,

⁸ CRUTAC – Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária, criado em 1966, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

⁹ Projeto RONDON – Criado por Decreto em 1968 pelo Presidente da República.

foi criada uma Comissão de Incentivo aos CRUTAC, com o lema, “a Promoção do Homem ao Desenvolvimento Econômico-Social do País e à Segurança Nacional” (BRASIL, 1969).

A Experiência do projeto RONDON, conforme Sousa (apud FARIA, 2001, p. 115) surgiu a partir da ideia do Professor Wilson Choeri, tendo sido instituída em caráter permanente pelo Decreto nº 62.927, de julho de 1968. Em 06 de novembro de 1970, pelo Decreto nº 67.505, o Projeto RONDON passou a funcionar como órgão autônomo da Administração Direta ligado ao Ministério do Interior, onde seus dirigentes considerava a educação como área de segurança nacional, principalmente o ensino superior.

Vinculado ao Ministério do Interior, esse Projeto, com apoio das Forças Armadas, contava com estudantes de todas as regiões do país, com a finalidade de mostrar aos acadêmicos a realidade brasileira, no intuito de sensibilizá-los e envolvê-los na participação pelo desenvolvimento nacional e comunitário.

Porém, em relação ao RONDON, havia total distanciamento desse Projeto com a universidade, provocando uma crítica por parte dos próprios estudantes ao projeto, após as experiências pioneiras, pela sua desarticulação com a universidade e falta de continuidade dessas ações nas comunidades. Além disso, no retorno desses estudantes para a universidade surgiam alguns conflitos, uma vez que as problemáticas sociais conhecidas nas regiões atendidas não estavam articuladas com os ensinamentos de sala de aula, pelo desconhecimento do professor das situações concretas vivenciadas na realidade social pelos estudantes nas suas ações extensionistas. Naquele período, a concepção de extensão era marcada pelo imediatismo e assistencialismo, não existindo a preocupação com as determinações das problemáticas apresentadas no contexto social vigente.

Para Sousa (apud FARIA, 2001, p. 115), referindo-se ao Projeto RONDON:

É perfeitamente compreensível e sintomático o fato de assistirmos ao Projeto acontecendo fora do terreno da educação e pretendendo influenciá-la. Nesse momento político, cuidar da educação do País era um assunto de segurança nacional. Os promotores do Projeto, ao discutirem sobre sua implantação, seus objetivos e sua filosofia, decidiram que o melhor abrigo seria encontrado nas Forças armadas, pois desta forma poder-se-ia conseguir que ele assumisse uma dimensão nacional.

3º) Lei Básica da Reforma Universitária – Lei nº. 5.540 de 28 de novembro de 1968. Em seu artigo 32, alínea “a”, traz uma nova concepção de universidade, legalizando a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa. Quanto à Extensão Universitária, faz referência, ainda que sutilmente, nos seguintes, artigos:

Art. 20 – [...] As universidades e as Instituições de Ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos, serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados de pesquisa que lhe são inerentes [...] (BRASIL, 1968).

Art. 40 – As instituições de Ensino superior: a) por meio de suas atividades de extensão proporcionarão aos seus corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento; b) assegurarão ao corpo discente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos [...] (BRASIL, 1968).

Com base na análise desses dois preceitos legais, observa-se que a Extensão Universitária brasileira do início do século XX sofreu grande influência da extensão europeia, pela ênfase dada na realização de cursos e da extensão norte-americana com a predominância de ações voltadas para a prestação de serviços.

Ressalta-se, com base em Sousa (apud FARIA, 2001, p. 114), que:

Esta Lei tornou a Extensão Universitária obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino do terceiro grau. No entanto, deve-se perceber que não houve alteração alguma quanto à concepção da Extensão. Permanecia a ideia de se vincular a prática extensionista à prestação de serviços. A Universidade seria cobrada a executar seu papel social por meio da Extensão, do Ensino e da Pesquisa, de modo a promover o bem-estar da comunidade. Desta forma, estaria servindo à sociedade e também se servindo desta para o treinamento dos estudantes. Trata-se da Universidade cumprindo uma missão social, a serviço do Estado. A Extensão, mais uma vez, é apresentada sob duas formas: cursos e serviços. Os cursos serviam para estender o Ensino, e os serviços, para estender a Pesquisa.

Diante do exposto, podemos perceber que a Extensão Universitária continua sendo considerada de forma desarticulada do ensino e da pesquisa, ou seja, isolada das demais atividades acadêmicas.

3.2 OS CONCEITOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL AO LONGO DO TEMPO

A partir de 1911, através da Universidade Popular, vinculada à antiga Universidade de São Paulo, tiveram início as ações de extensão. Nesse período, a concepção de extensão era restrita, uma vez que limitava a extensão à realização de cursos e conferências.

Com a Reforma do Ensino Superior da República, em 1931, amplia-se a concepção de extensão que considera que os cursos devem divulgar, para a população em geral, a atividade técnica e científica das universidades, além da difusão de conhecimentos artísticos, literários e filosóficos. Percebe-se que essa legislação permite uma expansão da extensão, por incentivar ações voltadas para o coletivo, inclusive para os que não têm assento nos bancos universitários, com vistas à elevação cultural da sociedade em geral.

A Escola Agrícola de Lavras e a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa desenvolveram suas atividades dentro de uma concepção de extensão como mera prestadora de serviços.

Essas duas concepções de extensão são contempladas pela Lei nº 5.540/68, que sugere a realização de atividades de ensino e divulgação dos resultados das pesquisas pela universidade junto à população em geral, através da oferta de cursos e prestação de serviços especializados. Nessa legislação, é permitido que as atividades de extensão dos estudantes sejam realizadas sem envolvimento dos docentes e totalmente desarticuladas das atividades curriculares e dos departamentos, dando-lhe um caráter secundário e de atividade opcional, por ser desvinculada das demais atividades acadêmicas.

Essa concepção de extensão prejudica o alcance da sua função acadêmica, uma vez que é realizada de forma isolada do ensino e da pesquisa e das atividades institucionais.

O avanço da concepção de extensão teve sua marca maior no Movimento Estudantil dos anos 1960, que defendia uma concepção de Universidade aberta para a sociedade, e comprometida com as camadas populares.

O Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB promoveu, na década de 1970, um Seminário em Fortaleza/CE que teve como objetivo sensibilizar os gestores universitários a respeito da importância da Extensão Universitária. Os Reitores defendiam a indissociabilidade dos três pilares da universidade, o ensino, a pesquisa e a extensão. A extensão era considerada uma função acadêmica como as demais, formando essas, articuladamente, o todo da universidade.

No ano de 1975, o MEC desenvolve sua primeira política de Extensão, através da elaboração do Plano de Trabalho da Extensão Universitária, apesar do momento de controle e censura que passava o país, conseguindo efetivamente avançar no conceito de Extensão. Naquele período existia uma disputa de poder entre os ministérios, porque além do MEC, outros órgãos governamentais também coordenavam Programas de Extensão envolvendo estudantes universitários e que realizavam as ações extensionistas independentes do MEC e das universidades, tornando-se necessária uma definição de espaço para tais atuações.

Como exemplo dessa estruturação da Extensão Universitária, tem-se a integração dos Programas CRUTAC e Projeto RONDON, os quais envolviam o Ministério da Educação e o Ministério do Interior. Por isso, surge a necessidade da criação de uma Comissão Interministerial MEC/MINTER, com a finalidade de elaborar uma proposta de integração. Essa comissão sofreu grande influência do governo militar, referindo-se aos citados programas como “instrumentos de Extensão Universitária para o desenvolvimento”, deixando transparecer os ideais de desenvolvimento e segurança nacional, considerando a Educação como área de desenvolvimento e controle, vinculando a Extensão Universitária às diretrizes desenvolvimentistas do governo autoritário daquele período.

Elaborado em 1975, o primeiro Plano de Trabalho da Extensão Universitária apresenta uma nova definição da mesma, sendo considerado um marco no Brasil, uma vez que supera as concepções registradas nas legislações anteriores, como se lê:

[...] um subsistema componente do Sistema Universitário, através do qual a Instituição de Ensino Superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o Ensino e a Pesquisa. A Extensão da Universidade se processa sob a forma de cursos, serviços, difusão de resultados de Pesquisas e outras formas de atuação exigidas pela realidade da área onde a Instituição se encontra inserida ou exigência de ordem estratégica (BRASIL, MEC/DAU, 1975, p. 1).

Essa definição possibilita algumas observações. Primeiro, exclui a população historicamente atendida pelos cursos de extensão; segundo, a relação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, possibilita repensar as outras duas; e terceiro, a relação de comunicação da universidade com a sociedade, não numa forma de imposição de conhecimentos, mas em uma relação dialógica entre o saber popular e o saber científico, tendo como resultado a elaboração de um novo conhecimento confrontado com a realidade.

Para Sousa (apud FARIA, 2001, p. 116),

Este Plano referia-se especificamente à operacionalização das ações extensionistas, refletindo, assim, o momento de fortalecimento da institucionalização da Extensão Universitária. As atividades consideradas extensionistas presentes na época deste plano eram basicamente: o Projeto Rondon, o Campus Avançado, o CRUTAC, os projetos de integração das Universidades nas comunidades e de integração escola-empresa-Governo, contando com a cooperação do Instituto Euvaldo Lodi. Podemos, olhando

para estas práticas, identificar qual o modelo ou a concepção de Extensão vigente naquele momento.

O Plano de 1975 permite novas formas de atuação da extensão, ampliando suas ações e impactos na sociedade. Dessa forma, supera as diretrizes para extensão da lei 5.540/68, avançando especialmente no que diz respeito ao envolvimento também dos docentes em suas ações.

Ainda, para Sousa (apud FARIA, 2001, p. 116):

Na verdade, este Plano não traduz avanço algum em relação à concepção da Extensão Universitária. Ele se limita a fazer um levantamento das atividades já existentes e a propor formas de coordená-las, em uma tentativa de articular as diversas experiências em nível nacional, eliminando estruturas paralelas aos mecanismos de organização geral da Extensão. Algumas de suas propostas serão o desenvolvimento de um sistema de bolsas, projetos que integrem escola-empresa-Governo, reformulação de currículos, integração das Universidades nas comunidades, implantação gradativa de cursos de curta duração e novas metodologias do Ensino Superior.

Diante dessas mudanças, a reflexão sobre a Extensão Universitária, e o debate sobre as políticas nessa área voltadas para as universidades públicas, ficaram, a partir de 1980, sob a responsabilidade da Coordenação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que tinha como ponto central a relação da universidade com a sociedade. Na década de 1980, entre outras propostas dos estudantes, destacam-se o compromisso social da universidade; a articulação entre o ensino e a extensão, através do estágio curricular e a interdisciplinaridade das ações extensionistas.

Durante os encontros regionais do Fórum Nacional, os seus membros chegaram a um consenso de ideias e registraram em documento, como conclusões de tais encontros os seguintes tópicos: 1- a indissociabilidade das funções da universidade, o ensino, a pesquisa e a extensão; 2- a valorização do saber popular através da relação dialógica entre o conhecimento comum e o conhecimento acadêmico, considerando de fundamental importância o encontro desses dois saberes para a construção de um novo conhecimento; 3- o caráter interdisciplinar das ações de Extensão Universitária; 4- o reconhecimento da Extensão como espaço de compromisso social da universidade na busca de soluções para as problemáticas sociais existentes, principalmente nas camadas populares; e 5- a necessidade de financiamento pelo Governo Federal das ações extensionistas. Como observa Sousa (apud FARIA, 2001, p. 117)

O movimento docente travava uma discussão contínua sobre o compromisso social da Universidade como uma instituição social de interesse público. Discutia-se a necessidade de sair dos próprios muros, de sair dos gabinetes, de renegar o academicismo estanque e a produção de um conhecimento compartimentado ao extremo. Será justamente nesse período que vamos assistir à criação de vários fóruns e, entre eles, o de extensão.

Esse Fórum foi criado em 1987 em virtude da necessidade de institucionalização da Extensão. No âmbito do Ensino Superior, o ensino de graduação e pós-graduação e a pesquisa já tinham políticas governamentais com representação nos Ministérios da Educação e de Ciência e Tecnologia. Quanto à Extensão, suas atividades aconteciam de forma bem diversificada entre as universidades, sendo necessária uma orientação comum no sentido de sua institucionalização a nível nacional. Nesse contexto, surge o Fórum de Pró-Reitores de Extensão com o objetivo de propor ao MEC políticas de extensão, bem como uma representação nos Ministérios, da mesma forma das outras funções acadêmicas, inclusive com programas específicos de financiamento, com reflexos e contribuição para a política universitária em geral. Situação essa verificada por Sousa (apud FARIA, 2001, p. 117)

Para o movimento docente, a relação da Universidade com a sociedade não deveria ser um apêndice, algo eventual, mas sim uma relação que teria de se estabelecer de forma orgânica, vinculada àquilo que a Universidade faz – Ensino e Pesquisa. Foi essa discussão que culminou na criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, em 1987. Este Fórum deveria ter a característica de começar a discutir nova concepção e nova dimensão da Extensão. As discussões que o movimento docente desenvolveu durante esse período estariam, mais tarde, influenciando a concepção de Extensão que o Fórum assumiria.

Atuando desde 1987, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras vem traçando diretrizes nos aspectos políticos e conceituais no que tange à Extensão Universitária para as universidades brasileiras, registradas em seus arquivos. Com base nessas diretrizes estão fundamentadas as políticas de extensão elaboradas pelo Fórum, que conta com o envolvimento da Secretaria de Ensino Superior – SESu do MEC: O Plano Nacional de Extensão Universitária e o Programa de Fomento à Extensão Universitária.

O conceito de Extensão Universitária vigente é o mesmo produzido no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras, promovido pelo Fórum em 1987, que diz:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado – acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2000/2001).

Observa-se que o conceito acima reflete os debates travados desde os anos 1970 pelos três segmentos da universidade, ou seja, docentes, discentes e técnico-administrativos, além dos reitores e representantes do MEC. Esse conceito busca materializar as propostas do Movimento Estudantil de 1960 e do Plano de Trabalho da Extensão Universitária de 1975.

Nessa perspectiva, esse conceito supera a compreensão da Extensão Universitária como função isolada do Ensino e da Pesquisa, e como atividade secundária para a formação acadêmica cidadã do aluno. Na mesma linha, rompe também com o entendimento da Extensão como mera atividade assistencialista, prestadora de serviços, difusora cultural e apenas transmissora de conhecimentos. Elimina a concepção do tripé da Universidade, que analisa as funções do ensino, da pesquisa e da extensão de forma fragmentada e isolada, quando muito como complementares.

Em outras palavras: a extensão é o próprio ensino e pesquisa desenvolvidos dentro de uma concepção político-metodológica que privilegia as necessidades da maioria da população, numa perspectiva do movimento – ação – reflexão – ação, em que a concepção de ensino se constitui na elaboração, ela mesma, do conhecimento pelos alunos, resultante do confronto com a realidade concreta e a pesquisa da sistematização dessa prática. A ideia do “tripé” – consagrado inclusive na recente Constituição Brasileira – sobre o qual se estruturam os objetivos finalísticos da universidade – ensino, pesquisa e extensão – não se enquadra nessa nova concepção por continuar a perceber a extensão como outra função independente do ensino e da pesquisa, o que não parece ser a concepção hegemônica assumida pelo Fórum (TAVARES, 1997, p. 15).

Com essa nova concepção, a Extensão Universitária passa a ser vista como parte efetiva do processo acadêmico de ensino-aprendizagem, que de fato deve ser “um processo orgânico e contínuo produzido coletivamente” (NOGUEIRA, 2001, p. 69). Sendo a Extensão Universitária uma parte desse complexo processo educativo, ela tem início na produção e sistematização do conhecimento, indo até à transmissão e resultados no âmbito acadêmico e social. Dessa forma, considera-se a Extensão Universitária como atividade acadêmica que articula o ensino e a pesquisa, viabilizando a indissociabilidade das funções da universidade, facilitando a interdisciplinaridade das atividades acadêmicas em sua totalidade. Além disso, a Extensão Universitária proporciona uma relação dialógica entre a universidade e a sociedade, através da troca de saberes entre o conhecimento comum (popular) e o conhecimento científico (acadêmico), materializando o confronto do conhecimento científico, tecnológico e filosófico produzido na academia com as experiências concretas vividas na realidade social.

Nessa visão, a Extensão Universitária deve participar do cotidiano universitário com garantida institucionalização das suas ações acadêmicas.

Nesse debate sobre a Extensão Universitária, encontramos nos anos 2000 diversas opiniões sobre os seus efetivos avanços, por exemplo, em Faria (2001, p. 119), onde se pronuncia Botomé (1996, p. 34): “o conceito de Extensão não tem evoluído e está tal qual foi apresentado pela primeira vez em 1912, quando se tem relato das primeiras experiências extensionistas”.

Sob o ponto de vista governamental, predomina, nos anos 2000, a concepção de Extensão do início do século XX, que era considerada de duas maneiras: como prestadora de serviços, com foco assistencialista e como produtora de cursos para comunidade interna e externa da universidade, onde parte desse público podia pagar por eles, fortalecendo a ideia da captação de recursos para manutenção das universidades públicas federais, principalmente nas áreas em que o governo vem se distanciando cada vez mais. No entanto, segundo Tavares (1997, p. 16),

Apesar das críticas e das reações contrárias ao caráter assistencialista e substituto da extensão universitária, não há como negar o avanço da institucionalização da extensão universitária nos últimos anos. Presente na Constituição Federal de 1988, a extensão se vincula, de forma equiparada e articulada, à autonomia da universidade e ao princípio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, conforme dispositivo contido no artigo 207: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

3.3. NOVA CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

No Brasil, a Extensão Universitária tem seu surgimento influenciado pelos ideais das universidades populares de levar o conhecimento ao povo, mas se consolida a partir da prática universitária da multiversidade, mediante à oferta de cursos de extensão que devem transmitir o saber técnico aos “desinformados”, constituindo-se em uma prestação de serviços realizada por discentes, docentes e técnicos à comunidade.

O debate acerca da universidade de serviços tem encontrado espaço entre educadores brasileiros, sem perder de vista o contexto histórico, econômico e político no qual estão inseridas as universidades públicas brasileiras e a dualidade da Extensão Universitária em busca da sua institucionalização, ora na perspectiva de serviços prestados à sociedade, nas pegadas do modelo americano, ou com o caráter acadêmico, situada no mesmo nível do ensino e da pesquisa com a perspectiva da socialização do conhecimento.

Nota-se que autores como Pucci (1991), Oliva (1995), Melo Neto (1996) comungam e defendem um conceito de Extensão Universitária como atividade de integração do ensino e pesquisa e da relação universidade-sociedade, indicando que a extensão precisa ir além da relação universidade-trabalho e perseguir uma hegemonia que possibilite direção moral, cultural e ideológica na articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Os referidos autores assinalam o compromisso social da extensão universitária como um fator de equidade social que atualmente ganha e ultrapassa a lógica curricular, sendo um instrumento articulador que produz transformações intra e extramuros da universidade, como ressaltam Lima Souza (2001) e Serrano (2001), para quem a extensão como função social constitui-se a essência da própria universidade pública.

A concepção de Extensão Universitária como função social da universidade é criticada por outro grupo de estudiosos do assunto, que defendem a universidade do conhecimento e as atividades extensionistas incorporadas ao ensino e à pesquisa.

Paiva (1997) considera uma utopia a universidade estar a serviço das classes populares, pois a universidade, como toda instituição social, não se encontra fora da sociedade real, nela convergindo o “movimento” das relações sociais. Botomé (1996) parte da ideia de que é um equívoco afirmar que os objetivos ou as funções sociais da universidade são o ensino, a pesquisa e a extensão. Com base nessa reflexão, questiona-se: o que delimita a identidade da universidade enquanto uma instituição entre tantas outras na sociedade?

O autor alerta para o fato de que as atividades de rotina tendem a ser sacralizadas como definidoras da instituição, de modo que se confundem atividades com objetivos, rotinas com normas orientadoras, descaracterizando a instituição, pois os meios são comuns a múltiplas instituições.

Nesse sentido, Botomé (1996) considera a universidade parte e também reflexo da sociedade, não cabendo a sua extinção, mas a superação dos equívocos que estão na gênese e no destino da pesquisa e do ensino superior. Desse modo, a extensão não deve constituir-se como uma função à parte da universidade, ao contrário, deve incorporar-se à pesquisa e ao ensino, sendo elemento de comunicação da produção do conhecimento propositora da crítica.

Além dessas abordagens, em virtude das mudanças introduzidas pelo avanço das tecnologias de base eletrônica, a abertura do mercado no mundo globalizado, as privatizações de grandes estatais, os cortes de verbas das universidades e a falta de incentivos financeiros para o ensino e à pesquisa, surge uma nova discussão acerca da extensão universitária, expressa sob a forma de captação de recursos junto aos diversos setores da sociedade civil por intermédio da venda de serviços e realização de parcerias entre universidade e empresa, para atender as demandas dos mercados produtivo e de trabalho. Essa nova abordagem de extensão se apresenta conduzindo a consolidação da universidade dentro da ótica da multiversidade, voltada para os serviços, para as necessidades do mercado, chamada por Ianni (1993) de universidade “mercadológica”.

Em Santos (1996), essa relação tem suscitado conflitos em relação à própria missão da universidade. Como garantir a autonomia e o rigor da cultura científica, sintonizados com a problemática presente e futura do conhecimento e da sociedade e atender ao pragmatismo e utilitarismo das empresas? Esses conflitos geram crise de hegemonia, quanto aos seus objetivos enquanto instituição produtora e socializadora do conhecimento, a serem redefinidos para atender aos interesses da sociedade em geral e em particular aos do mercado e/ou de empresas; engendra também a crise de legitimidade na medida em que não mais existe o consenso a respeito das suas funções e da sua atribuição na resolução de problemas sociais.

O debate sobre o compromisso social da universidade a partir da extensão é um exemplo. E, ainda a crise institucional, desde que se questiona a sua existência social e, portanto a sua sustentação como instituição estatal. O corte de verbas das universidades e o estímulo à adoção de novos modelos de captação de recursos financeiros e de gestão administrativa são exemplos a assinalar. Assim, além da dinâmica interna das próprias

instituições, essas crises se relacionam também com as mudanças na estrutura econômica, política e social do Estado.

A universidade e a Extensão Universitária têm-se constituído como espaço que favorece a venda de serviços e a captação de recursos também a partir de demandas explícitas advindas do setor privado e governamental, além do comunitário.

Nessa perspectiva, identifica-se uma nova abordagem de Extensão Universitária que tem se esboçado na lógica da necessidade de captação de recursos e de prestação de serviços, que passam de assistenciais a comerciais, transformando, assim, o compromisso social da Universidade e a finalidade da Extensão Universitária.

Dessa forma, inserida no contexto da luta hegemônica, a Universidade tem modificado os seus objetivos e finalidades, afetando, assim, sua relação com a sociedade. Nascida no seio de “corporações do saber”, com a ideia de autonomia e liberdade de ensinar, foi sufocada pelas disputas do poder religioso e cooptada pela nobreza. Na modernidade, a ideia de produção autônoma do conhecimento obteve apoio político, embora sob o controle financeiro do Estado. Atualmente, essa ideia é contraposta às necessidades de formação profissional e de inovação, para o atendimento das necessidades sociais e do mercado. Desse modo, as crises de hegemonia, legitimidade e institucionalidade assinaladas por Santos (1996) não são frutos apenas da pós-modernidade.

Essas crises permeiam a própria história dessa instituição marcada pela luta para garantir liberdade e autonomia do pensar e do fazer. Santos (2008), fazendo a leitura de vários autores identifica diferentes funções para a universidade. É possível identificar uma multiplicidade de funções e objetivos para a universidade que chegam a ser contraditórios.

Considerando a universidade como uma instituição social, inserida num contexto político, cultural e socioeconômico, observa-se que sempre esteve comprometida com determinado setor. Nesse sentido, universidade e sociedade se desenvolvem paralelamente de modo recíproco e dialético. Portanto, o que interessa saber é a quem tem servido e com quem tem se comprometido através da sua Extensão Universitária, bem como, qual população tem se beneficiado com esse compromisso e quem tem se privilegiado com essa atenção?

É bem verdade que ao longo da história, a universidade como instituição social, produtora de conhecimentos, foi constantemente alvo de disputas ideológicas e teve mesmo colocada em xeque a sua natureza e função social. No entanto, foi capaz de enfrentar novos desafios como uma instituição social que é movida pelo contínuo pensar e agir. Desse modo, parece pouco provável que a universidade brasileira se renda à lógica racionalista empresarial ou transforme a Extensão Universitária em um mero balcão de serviços negociáveis. Assim

sendo, acredita-se que a universidade, por constituir um bem público da humanidade, continuará a promover o desenvolvimento do conhecimento e preservar a cultura, resguardando sua natureza e autonomia.

Dessa forma, a Extensão Universitária deve ser o caminho da interação e articulação da universidade com a sociedade, comprometida com a emancipação humana e melhoria da vida em coletividade, sobretudo das camadas populares, contribuindo para a construção de um conhecimento confrontado com a realidade concreta e sua difusão no meio social. Como bem expressa o novo conceito de Extensão Universitária elaborado pelo FORPROEX em 2010:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade.

Levantados os aspectos que constituem parte da historicidade da Extensão Universitária, no contexto intramuros e extramuros da universidade, podemos observar desde o início do século XXI que, sob o ponto de vista governamental, é a concepção de Extensão do início do século XX que predomina, considerada como prestadora de serviços, com foco assistencialista e como produtora de cursos para a comunidade interna e externa da universidade, onde parte desse público pode pagar por eles, fortalecendo a ideia da captação de recursos para manutenção das universidades públicas federais, principalmente em determinadas áreas onde o governo distancia-se significativamente.

3.4 CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DAS CONCEPÇÕES DO EXTENSIONISMO UNIVERSITÁRIO

Durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, a União das Universidades da América Latina promoveu muitos debates sobre a Extensão Universitária, inclusive eventos internacionais onde se analisava o conceito de Extensão como componente de um processo de mudança social e de difusão cultural. Esses eventos tiveram a participação de intelectuais como Leopoldo Zéa, Pablo Gonzáles Casanova, Darcy Ribeiro, entre outros. A Extensão era vista como missão social.

Esses eventos contaram, também, com a contribuição de Paulo Freire na construção e reconstrução do conceito de Extensão Universitária. Para Freire, a extensão teria um caráter domesticador, persuasivo, onde de um lado estão pessoas que sabem muito, donos do conhecimento, no caso os extensionistas e do outro lado a população, que julga que nada sabe. Portanto, a partir dos estudos de Freire, a extensão passa a ter um novo significado, passando a ser considerada como uma relação dialógica entre o saber científico e o saber popular, sendo uma ponte entre a universidade e a sociedade.

Paulo Freire ainda prestou grande contribuição através da criação de um método para alfabetizar adultos, o qual posteriormente recebeu o seu próprio nome, sendo chamado “Método Paulo Freire”. Esse método foi desenvolvido inicialmente no campo da alfabetização rural, na cidade de Angicos no Rio Grande do Norte, que também foi aplicado nas áreas urbanas, sendo considerado como revolucionário.

Além de participar do Governo de Veloso Alvorado, no Peru, Paulo Freire, quando lá se encontrava exilado, propôs a Extensão Cultural não apenas como um processo inerente ao Ensino Superior, mas também uma ação exercida por docentes e discentes dos Ensinos Fundamental e Médio. No Brasil, pelos seus ensinamentos, Freire era tido como uma referência central pelo Ministério da Educação, sobretudo pelo grupo que nessa época assumia a Coordenação de Atividades de Extensão – CODAE, desse órgão.

Vale ressaltar que, frente a essas iniciativas da extensão, na década de 1970, o extensionismo passa a ser considerado de forma mais clara, como instrumento de **Política Social** não somente pelos programas e projetos existentes, mas pela elaboração de estruturas coordenadoras a nível nacional.

4 UNIVERSIDADE X SOCIEDADE: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Foto 4 - Projeto de Extensão Universitária Trilhas Urbanas - UFRN/2005, em Mãe Luiza - Natal/RN. Atividade de Dança com Adolescentes



Fonte: Acervo PROEX/UFRN

Foto 5 - Projeto de Extensão Universitária Trilhas Urbanas - UFRN/2005, em Mãe Luiza - Natal/RN. Atividade de Desenho com Crianças e Adolescentes



Fonte: Acervo PROEX/UFRN

Foto 6 - Projeto de Extensão Universitária Trilhas Urbanas - UFRN/2005, em Mãe Luiza - Natal/RN. Oficina de Confeção de Máscaras com Adolescentes



Fonte: Acervo PROEX/UFRN

Foto 7 - Projeto de Extensão Universitária Trilhas Urbanas - UFRN/2005, em Mãe Luiza - Natal/RN. Atividade Esportiva com Crianças



Fonte: Acervo PROEX/UFRN

O ponto-chave da análise da relação entre universidade, sociedade, Extensão Universitária e as políticas públicas ocorre a partir da discussão no plano das mudanças sobre a concepção da extensão. Embora ainda prevaleça a concepção assistencialista em alguns projetos de extensão, como destaca Jezine (apud CARNEIRO e SOUZA, 2004), observa-se no panorama das atividades extensionistas das universidades uma mudança de concepção que se expressa em uma nova postura para a Extensão Universitária. Assim, pauta-se pelo princípio educativo entendido por Gramsci (1989, p.130) “como sendo a relação teórico-prática proporcionando um novo pensar e fazer capaz de desenvolver uma concepção histórica de sujeito e sociedade”.

Com essa concepção, a extensão é entendida como um processo educativo contínuo de difusão e socialização do saber, com vistas à transformação social e ao processo de construção da cidadania, em direção a uma extensão emancipadora. Assim, passa a ser considerada imprescindível para a formação acadêmica cidadã, numa universidade comprometida politicamente com as problemáticas sociais existentes e suas possíveis soluções, através da aplicação de pesquisas e descoberta de novos conhecimentos, realimentando o processo de ensino-aprendizagem. Entendemos que a extensão emancipadora caracteriza-se como ponto central da práxis enquanto articuladora da teoria e da prática, que permite desvendar os determinantes da realidade social em sua totalidade, como nos fala Thiollent (2002, p. 08):

Como tema psicossociológico, a emancipação pode ser aprofundada graças ao estudo de trajetórias sociais com base em biografias ou autobiografias de pessoas que conseguiram evitar os obstáculos sociais e entrar em universos culturais mais amplos, a caminho de uma profissionalização de nível superior, ou de alto prestígio. Entretanto, não se trata de qualquer tipo de ascensão social, pois, em certos casos, a ascensão é de tipo conservador e não requer uma cultura emancipatória, apenas adesão aos valores vigentes e esperteza em situação de competição com os outros.

Apesar da realidade contraditória em que se vive e dos interesses antagônicos da sociedade de classes onde se encontra a Universidade, acredita-se na efetivação da extensão emancipadora, onde suas ações permitam que as pessoas de camadas populares superarem, “os obstáculos e limitações que encontram em sua vida social, cultural ou profissional” (THIOLLENT, 2002, p. 9).

Em alguns pronunciamentos realizados, os Pró-Reitores de Extensão Universitária deixam entrever a crise de hegemonia enfrentada pelas universidades brasileiras. Estas deixam

de serem consideradas necessárias, únicas e exclusivas (SANTOS, 1996) no seu *que fazer*, gerando contradições entre conhecimentos clássicos (teóricos) e conhecimentos funcionais (práticos), pois os avanços do capitalismo e das tecnologias passam a exigir das universidades conhecimentos técnicos e postura mercantilista, características que não fazem parte da sua dinâmica.

Para Santos (1996, p. 199-211), as raízes da contradição entre teoria e prática advêm da marca ideológica da autonomia na busca da verdade que, ao se confrontar com as exigências da sociedade pós-moderna, gera a crise de legitimidade, que “é em grande medida o resultado do êxito das lutas pelos direitos sociais e econômicos, os direitos humanos da segunda geração, entre os quais pontifica o direito à educação”.

Isso posto, a política governamental do neoliberalismo desencadeia, além dessas crises, a de institucionalidade, que tem tomado grandes dimensões na sociedade brasileira, por questionar a natureza pública da universidade, como instituição social e produtora de conhecimentos científicos.

Diante desse quadro, é preciso que a universidade tome uma atitude utilizando-se da extensão como mediadora dessa ação, iniciando internamente e ultrapassando os seus muros. Suas atividades acadêmicas de produção e disseminação do conhecimento já consolidadas e reconhecidas pela sociedade precisam ser oxigenadas por uma práxis revolucionária. Não pode perder a sua visão política e a missão de contribuir para a transformação da atual situação de exploração em que vive grande parte da população brasileira. Conforme nos fala Sousa (apud FARIA 2001, p. 123):

A práxis revolucionária é o fundamento e a finalidade do conhecimento; um conhecimento que o homem produz ao produzir as condições necessárias à sua existência por meio do trabalho. O ponto de partida, portanto, para elaboração do conhecimento, são os homens, em sua atividade, em seu trabalho, no interior das relações sociais que eles geram. E a Universidade não pode pensar em si mesma como instituição formadora se ignora o ambiente social na formação dos profissionais.

Nessa perspectiva, o grande desafio que cabe às universidades é administrar as novas perspectivas impostas pela conjuntura sem perder a natureza e a autonomia do seu papel formador, tendo uma Extensão Universitária como práxis revolucionária, instrumento de transformação da realidade, sem esquecer que “o próprio educador tem de ser educado” (MARX e ENGELS, 1984, p. 108).

4.1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ATUALIDADE

Nas últimas décadas, os extensionistas (teóricos, professores e estudantes) vêm tentando consolidar uma nova concepção da Extensão Universitária no âmbito da universidade, no sentido de reconhecê-la como atividade acadêmica fundamental ao processo ensino/aprendizagem na formação acadêmica cidadã.

Para tanto, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária tem promovido diversos eventos, com o objetivo de debater sobre a extensão, suas diretrizes e políticas, contribuindo significativamente para a superação da antiga concepção da Extensão Universitária, caracterizada como assistencialista e mera prestadora de serviços.

Outros fatos decisivos para a consolidação desse novo entendimento sobre a Extensão Universitária é a luta constante pela indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa; a compreensão de que ações que exijam maior abrangência e qualificação requerem uma atuação interdisciplinar; e a realização das ações extensionistas com relevância social e acadêmica, preocupada com os impactos na comunidade. A política de extensão definida pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, também prioriza as ações que consideram o compromisso social e o papel da universidade frente às problemáticas sociais.

Para Nogueira (2000), A universidade e de modo em especial, as Pró-Reitorias de Extensão devem incentivar a realização de programas e projetos que visem enfrentar os problemas específicos acarretados pela situação de exclusão e marginalidade.

Além dessa nova forma de compreender a Extensão Universitária como espaço de compromisso social da universidade com a sociedade, numa relação dialógica, considerada um avanço em relação às antigas concepções assistencialistas e “mercadológicas”, observa-se na atualidade uma nova visão sobre a extensão, onde, na práxis acadêmica estaria incorporada ao ensino e à pesquisa, os quais teriam as mesmas motivações da extensão, sendo nesse contexto a extensão considerada “desnecessária”, uma vez que as duas funções acadêmicas supracitadas teriam como base para sua atuação a realidade social. Essa concepção pode ser observada, mais uma vez, em Santos (1996, p. 225):

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assentam em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão,

se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino.

4.2 RELAÇÃO ENTRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A reflexão sobre políticas públicas nos remete a pensar na responsabilidade do Estado sobre as suas funções sociais, como: trabalho, habitação, saúde, saneamento básico, educação, transporte, previdência, meio ambiente etc. No entanto, para que sejam implementadas políticas públicas nessas áreas, é fundamental compreender e conhecer a estrutura organizacional, burocrática e política do Estado, bem como seu sistema de gestão e financiamento.

Na perspectiva de que as políticas públicas têm apenas caráter administrativo ou técnico, observa-se um equívoco, uma vez que elas estão diretamente relacionadas ao processo decisório, porque é o Estado quem define e escolhe em que área vai atuar, muitas vezes atendendo interesses de determinados grupos sociais. Outras vezes representam conquistas no âmbito dos direitos e suas garantias, defendidos pela sociedade. Assim, o Estado assume o papel de mediador e negociador dos diversos interesses sociais, com vistas a definir critérios de justiça social, com discernimento político das suas funções sociais e quais os seus resultados.

Souza (2006) diz que as políticas públicas, na sua essência, estão ligadas fortemente ao Estado e este é quem determina como os recursos são usados para o benefício de seus cidadãos. A autora faz uma síntese dos principais teóricos que trabalham o tema das políticas públicas relacionadas às instituições que dão a última ordem de como o dinheiro sob forma de impostos deve ser acumulado e de como esse deve ser investido, e como deve ser a prestação de contas do dinheiro público gasto em favor da sociedade.

Uma visão mais próxima de Souza (2006) e Fernandes (2007) em seu artigo “Políticas públicas: definição, evolução e o caso brasileiro na política social” defendem a ideia de que as políticas públicas se manifestam através de duas dimensões que se complementam entre si, que é o administrativo técnico e o aspecto político como pode ser observado nos dizeres de Fernandes (2007, p. 203):

[...] Costuma-se pensar o campo das políticas públicas unicamente caracterizadas como administrativo ou técnico, e assim livre, portanto do aspecto “político” propriamente dito, que é mais evidenciado na atividade partidária eleitoral. Este é uma meia verdade, dado que apesar de se tratar de

uma área técnico-administrativa, a esfera das políticas públicas também possui uma dimensão política uma vez que está relacionada ao processo decisório.

Já Verza (2000) faz uma discussão diferente sobre política pública, pois os rumos que a sociedade pós-morderna está tomando é algo inevitável. A globalização é um fenômeno que está predominando em todo mundo, é um caminho que não tem volta. No entanto, a forma como se manifesta é excludente e gera vários tipos de violência e hoje o maior desafio da globalização é criar uma política de solidariedade humana geral.

Aprofundando essa questão acerca das Políticas Sociais, Behring e Boschetti (2007) nos mostram que:

[...] As políticas sociais não podem ser interpretadas como fatos em si, mas sim como partes estruturais da sociedade em sua totalidade. Dizem ainda, se a política social é uma conquista civilizatória e a luta em sua defesa permanece fundamental, podendo ganhar em países como o Brasil uma radicalidade interessante, ela não é a via da solução da desigualdade que é intrínseca a este mundo globalizado, baseado na exploração do capital sobre o trabalho, no fetichismo da mercadoria, na escassez e na miséria em meio à abundância. O último período da história da humanidade tratou de desfazer a ilusão de Marshall, para quem as conquistas da cidadania poderiam sobrepor-se à desigualdade. O neoliberalismo e a sua atual saída belicista mostram que houve uma espécie de revanche da desigualdade sobre a cidadania. O que paradoxalmente atribui uma radicalidade inusitada à luta em defesa da cidadania, na qual se incluem os direitos sociais e humanos.

Acompanhamos o pensamento das autoras, bem como o de Meksenas, que em seus estudos também trabalha essa temática.

No entendimento de Meksenas (2002, p. 7) as políticas públicas não são um mecanismo utilizado pelo Estado para ajudar os mais excluídos a ascender socialmente, mas um modo usado pelo capital para se manter no poder sem a reclamação da parte periférica da sociedade.

O conceito de políticas públicas aparece vinculado ao desenvolvimento do Estado capitalista e esse às relações de classe. No século XX, as políticas públicas são definidas como um mecanismo contraditório que visa à garantia da reprodução da força de trabalho. Tal aspecto da organização do Estado nas sociedades industriais, não traduz um equilíbrio nas relações entre o capital e o trabalho (MEKSENAS, 2002, p. 7).

Em seus estudos, esse autor identifica que a população em geral é excluída das decisões do Estado, o qual muitas vezes, usa os recursos públicos para investir nas grandes empresas multinacionais, excluindo a maioria da população, que deveria ser os primeiros e maiores beneficiários dos recursos públicos:

Outro aspecto das contradições presente nas relações políticas do Estado implica a exclusão das classes trabalhadoras nas instâncias de decisão e gerenciamento das políticas públicas e, ao mesmo tempo no apelo para a incorporação das demandas dessas classes na extensão dos direitos sociais. Tal aspecto integra o receituário de medidas que garantem a legitimidade das condições de governabilidade presentes no Estado frente ao conjunto da sociedade. Assim a intervenção estatal que ocorre por meio das políticas públicas emerge numa complexa disputa pelo poder relacionado às contradições econômicas e políticas (MEKSENAS, 2002, p. 77-78).

Meksenas (2002) mostra como as políticas públicas, desde suas origens, estão ligadas ao capital e como esse o utiliza como forma de aumentar mais seu domínio e manter o seu controle sobre os mais excluídos, mantendo uma ilusão de que esses podem ascender socialmente, algo que não vai ocorrer.

Outro ponto é o de que a qualidade do processo político é que vai determinar o desempenho da administração pública, sendo ela dependente do comportamento dos participantes das esferas de decisão política.

Para Fernandes (2007), se na gestão de um determinado bem ou serviço público, os grupos que compõem a esfera decisória estabelecem relações onde predominam a irresponsabilidade na alocação de recursos e na prestação de contas, o clientelismo e o favor individual, ao invés da responsabilidade fiscal e financeira dos recursos, da universalidade de procedimentos e da eficiência administrativa, a qualidade de funcionamento do bem ou serviço público oferecido estará comprometida e vai trazer, a longo prazo, efeitos negativos para o conjunto da nação, e, sobretudo naquela área específica onde a política pública atua.

Para se definir políticas sociais, é necessário compreender o sistema de produção desenvolvido pelo Estado de bens e serviços que geram bem-estar à população de uma sociedade. Para tanto, deverão ser envolvidas diversas áreas do saber (educação, saúde, tecnologia, meio ambiente, dentre outras), numa ação interdisciplinar onde a dimensão política se faz onipresente, uma vez que o processo de tomada de decisões é negociado socialmente.

A partir do Século XX é que surge um consenso universal no sentido de que os estados nacionais deveriam elaborar as diversas políticas públicas promovendo bem-estar e justiça social para todos. Porém, nas décadas de 1980 e 1990, foram verificadas algumas mudanças na definição de padrões de gestão e financiamento de políticas públicas devido à crise fiscal e financeira pela qual passava o Estado.

As abordagens aqui manifestadas pretendem provocar uma reflexão sobre a definição de políticas públicas voltadas para a formação do cidadão crítico consciente dos seus direitos, corresponsável pela sua comunidade e atento às necessidades da mesma. Não basta ter um lugar para depositar pessoas, é preciso construir um espaço de socialização que comunica um determinado valor, onde as pessoas fazem parte do espaço e se sentem acolhidas independente da sua condição socioeconômica, e têm oportunidade de realizar ações nas áreas da arte, cultura, esporte, entre outras, tendo a oportunidade de fazer novos amigos, experimentando e praticando o convívio, qualificando a sua educação e cidadania.

Por fim, pensar em políticas públicas é também pensar na participação do cidadão na sua comunidade, pois sabendo solucionar pequenos problemas de sua rua/local de convivência, poderá reivindicar mudanças na sociedade, por ter consciência da importância da sua participação na esfera pública que é o bem do coletivo.

4.3 A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Fazendo uma reflexão e pressupondo o papel do extensionista como executor de políticas públicas, é imprescindível que este tenha o domínio técnico e o conhecimento sobre as várias políticas nas diferentes áreas, sob pena de que a ação extensionista venha a colaborar na desconstrução de um projeto de política pública.

Como exemplo, tem-se a política da Assistência Social, que tem procedido à longa e árdua trajetória no sentido de desconstruir o assistencialismo, a filantropia, a benevolência e o paternalismo.

A Constituição Federal de 1988 assegura a Assistência Social como um dever do Estado e um direito dos cidadãos, constituindo-a enquanto política pública. Assim, os atores da política de Assistência Social têm lutado para construir e consolidar com os cidadãos a ideia de uma cidadania comprometida com o direito, construindo a ideia de que a política de

assistência social é um direito do cidadão e não uma concessão benevolente de uns poucos privilegiados para os desassistidos.

Se existe alguma doação esta não é favor, mas, na realidade, uma total inversão da cidadania, em sua concepção mais corriqueira e abrangente. Em suma, essa “nova” concepção da assistência pressupõe que este cidadão deveria ter recursos para adquirir o que ele necessita para sua reprodução social, e que, na verdade, em muitas e variadas situações, a ausência do Estado enquanto um efetivo e eficiente executor e indutor de política pública (de assistência, de saúde, de habitação etc.) pontua essa situação pautada pela não cidadania.

Fazendo uma comparação com as ações extensionistas, observamos que em alguns casos as atividades são desenvolvidas numa perspectiva assistencialista, estando os docentes e estudantes sensibilizados com a problemática do local de atuação. Essas ações estão, no mínimo, descontextualizadas das discussões da Assistência Social enquanto política pública. É necessário deixar claro que qualquer pessoa faria uma doação – e que as determinadas atividades assistencialistas são importantes para essas populações enquanto estratégia de sobrevivência – a questão é *como encaminhar* essas doações dentro do paradigma da assistência social e não do assistencialismo.

E quanto às demais políticas públicas, que inserções a Universidade está realizando? Nessa mesma direção, vale questionar ainda: qual face da Universidade está sendo vista por essas comunidades e qual face se quer mostrar?

A Universidade está tentando suavizar a questão da pobreza, considerando que há uma política pública que não dá conta de sua demanda, tendo em face que a pobreza é estrutural. Mas, está “suavizando” essa situação de que forma? Indo na contramão do que preconiza essa política?

Qual o papel do extensionista nessas comunidades: está levando o aluno para olhar a pobreza para que, sensibilizado, construa-se um cidadão? Mas até que ponto está transformando a pobreza em objeto, descolando dela os sujeitos ali implicados em seu processo diário de luta pela sobrevivência? Não basta levar o aluno por um determinado tempo a observar a pobreza, é preciso que haja ações continuadas, de caráter efetivo, que realmente cumpram com o papel da Universidade perante a sociedade e frente ao estudante.

Oportuno, citar Nogueira (2000):

Assim, tem-se hoje como princípio que para a formação do profissional cidadão, é imprescindível sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente e/ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá que enfrentar.

Nesse sentido, por meio das ações extensionistas a Universidade materializa sua relação com a sociedade, com os movimentos sociais, com as organizações governamentais e não governamentais, com as agências estatais, enfim com a sociedade civil organizada, contribuindo para o fortalecimento e a elaboração das políticas públicas.

A ação da Extensão Universitária possibilita a percepção de como o processo de emancipação humana ocorre, simultaneamente, de forma criativa, complexa e histórica. Nesse acontecem diversos conflitos no âmbito dos valores, sentimentos, conhecimentos formais e informais, da cultura, política e dos interesses presentes. Vai-se construindo a ideia da responsabilidade social, no sentido de formar uma educação que previna a crueldade, desenvolva a solidariedade, defenda os direitos humanos, reconheça como sujeitos de direitos todos os atores dos diversos grupos sociais, enfim, que fortaleça os princípios do respeito e da dignidade humana.

No contexto social contemporâneo, considera-se que as ações extensionistas a Universidade contribuem para a formação cidadã, uma vez que, através da Extensão Universitária, a universidade estabelece um diálogo com a sociedade, afirmando sua condição de instituição de caráter público. Nessa direção, a Universidade se aproxima dos movimentos sociais, faz contato com as escolas, com as comunidades urbanas e rurais, hospitais e presídios, manifestando sua efetiva atuação social.

Com essa concepção, considera-se que, por meio da extensão, o ensino pode ser direcionado ao contexto social, oferecendo respostas concretas às problemáticas da sociedade, contribuindo para a construção de uma ética societária onde os sujeitos sejam cidadãos ativos. Através da extensão, a pesquisa pode subsidiar a leitura da realidade e a necessidade da intervenção social, qualificando em sua totalidade a atuação da Universidade e a sua função social. Assim sendo, entende-se que é através da Extensão Universitária que a Universidade concretiza as suas diversas interlocuções com o setor público e com a sociedade civil, prestando significativa contribuição social e acadêmica. Na contemporaneidade, essa realidade ainda é muito pouco visualizada.

Os discursos sobre a passividade da Universidade no que concerne às resoluções das demandas sociais geralmente são atribuídos àqueles que não conhecem as ações extensionistas, pois, há mais de uma década que a extensão em muito ultrapassa os muros da universidade, promovendo ações em nível regional, estadual, nacional e internacional,

existindo hoje uma grande rede da Extensão Universitária. No entanto, cabe destacar que muito ainda deve ser feito para efetivação dessa nova concepção de Universidade.

4.4 A NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO ENSINO SUPERIOR

Conforme já ressaltado, as atividades-fins da Universidade compreendem três pilares básicos: o ensino, a pesquisa e a extensão, que apesar das diferenças em suas funções, são indissociáveis e visam ao alcance de um objetivo comum. Essa tríplice diferenciação, apesar de ser apenas uma divisão operacional, tem em comum a responsabilidade de responder de maneira adequada às demandas da sociedade no que diz respeito à formação dos seus cidadãos e à contínua produção científica, cultural, artística e tecnológica. Uma universidade que atenda a esses anseios será, com certeza, uma universidade comprometida socialmente.

Na prática, tem-se observado no âmbito acadêmico a sobreposição da pesquisa em detrimento do ensino e, mais ainda, da extensão. Deve-se a isso a atual cultura universitária, que atribui somente à pesquisa o desenvolvimento acadêmico e social, através da produção do conhecimento especializado, deixando em segundo plano a função de garantir uma formação básica de qualidade e sólida, bem como a de realizar o diálogo e a troca de experiências entre o saber científico e o saber popular por meio da extensão.

No sentido de superar esses obstáculos, é necessário que a Universidade assuma suas funções de modo a reafirmar seu comprometimento com as demandas sociais. Para tanto, é preciso oferecer uma formação que permita a realização de processos educativos coletivos, participativos e democráticos. No contexto de uma dinâmica de interação dialógica, com base em princípios éticos, no sentido do reconhecimento do outro, da inclusão e da igualdade, respeitando e valorizando as diferenças, contribuindo, dessa forma, para uma educação em direitos humanos.

Articular direitos humanos e educação é formar para a cidadania, é criar novas práticas sociais, é identificar novos desafios. Aqui, o sentido da formação acadêmica extrapola o âmbito formal para alcançar todo e qualquer espaço de socialização, de inclusão social e de manifestação da realização democrática, de forma que articule o ensino, a pesquisa e a extensão. A relação entre processos sociais e educativos e direitos humanos na Universidade constitui uma ampla área de investigação, discussão e construção de proposições, uma vez que suas ações emanam da sociedade e nela se refletem, mantendo uma relação de reciprocidade.

Uma educação em direitos humanos exige que a lei exista para promover a igualdade entre todos e respeitar a diversidade e a liberdade como condições da cidadania. Trata-se de uma educação para o respeito à dignidade de todo e qualquer cidadão. No âmbito do ensino superior é imprescindível compreender que para transformar a realidade é necessário trabalhar o cotidiano em toda a sua complexidade, com o objetivo de formar cidadãos (ãs) empenhados (a) na superação das desigualdades sociais existentes. Em se tratando da relação transformadora entre Universidade e Comunidade, esses instrumentos são construídos mediante práticas educativas escolares e não escolares.

Para Zenaide (2006, p. 404):

As ações de extensão em direitos humanos visam, no seu conjunto, fortalecer os princípios do respeito à tolerância, da liberdade e da dignidade, o processo de aprendizagem social, de as pessoas aprenderem a considerar os outros com as suas diferenças, a diversidade cultural, o reconhecimento do outro como sujeito e agente da sua própria história, a participação ativa dos sujeitos na gestão pública, a construção de uma cultura democrática no interior das instituições e da sociedade.

Efetivando-se no cotidiano da dinâmica universitária, a educação em direitos humanos, torna-se inviável uma padronização dos processos educativos, uma vez que a sua prática se constitui num conhecimento e vivência contextualizados, em coerência com o princípio do respeito à diversidade. Além disso, para que se possa responder a essa problemática, faz-se imprescindível a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade nas concepções e práticas educacionais da instituição e dos seus agentes, passando a educação em direitos humanos ser um exercício prático contínuo do ensino superior.

Assim, a educação em direitos humanos pode ser inserida de diversas formas na educação. No ensino de graduação, pelas modalidades presenciais e a distância, através dos projetos pedagógicos dos cursos, disciplinas, entre outros. Na pesquisa, por meio da criação de linhas e grupos de pesquisa e incentivo à produção do conhecimento na área de direitos humanos. Na extensão, por meio de projetos e ações extensionistas, de forma que o aluno possa vivenciar experiências no contexto social em que está inserido. Essa prática social possibilita uma formação cidadã, criando um novo perfil para os futuros profissionais, capaz de atuar e oferecer respostas coerentes com as problemáticas sociais.

Dessa forma, entende-se que a Universidade precisa assumir uma prática acadêmica em defesa, promoção e reparação dos direitos humanos, respondendo ao atual

cenário de exclusão e desigualdade social, não apenas com a sua capacidade crítica, mas também com uma postura democratizante e emancipadora da sociedade. O mundo acadêmico não é exclusivo à denúncia, sendo também espaço de busca de novas formas de refletir, agir e dialogar interna, externa e coletivamente.

5 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFRN: uma análise das práticas extensionistas na área temática direitos humanos e justiça

Foto 8 - Projeto de Extensão Universitária Trilhas Urbanas - UFRN/2005, em Mãe Luiza - Natal/RN. Oficina de Desenho em nanquim com Adolescentes



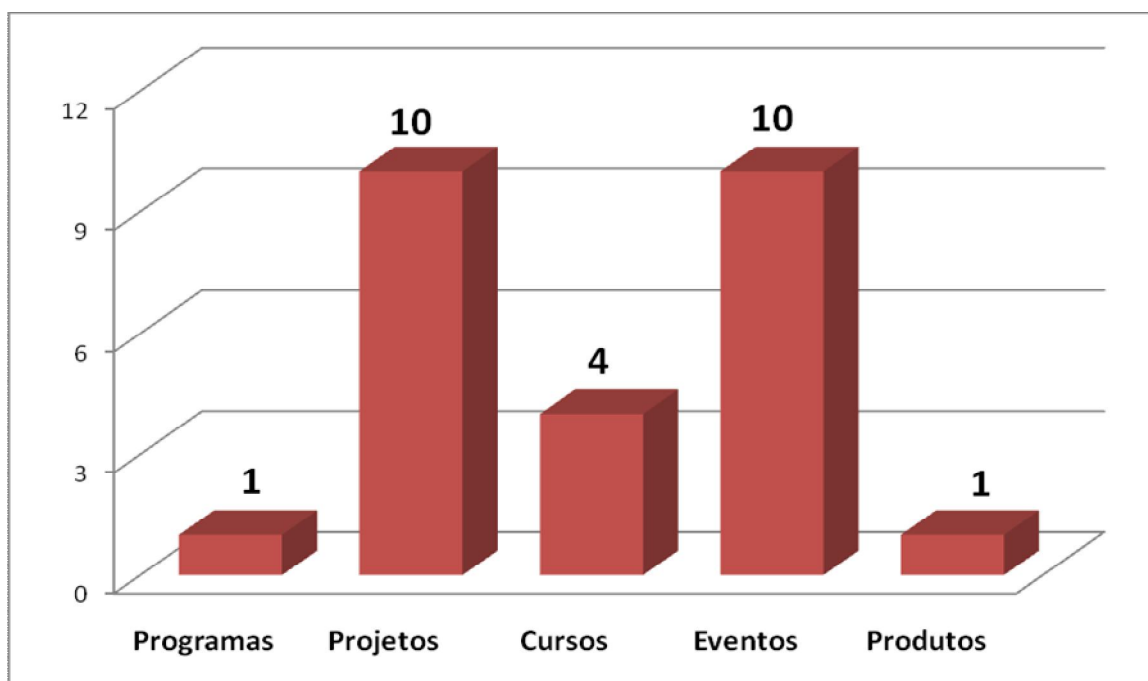
Fonte: Acervo PROEX/UFRN

5.1 CARACTERIZANDO AS AÇÕES DE EXTENSÃO NO PERÍODO DE 2008, 2009 E 2010

Nesta Seção, serão apresentadas as ações de Extensão Universitária desenvolvidas pela UFRN nas modalidades de Programa, Projeto, Curso, Evento e Produto, referentes à área temática da extensão Direitos Humanos e Justiça, durante o período delimitado para esta pesquisa, para que se possa visualizar os tipos de ações realizadas.

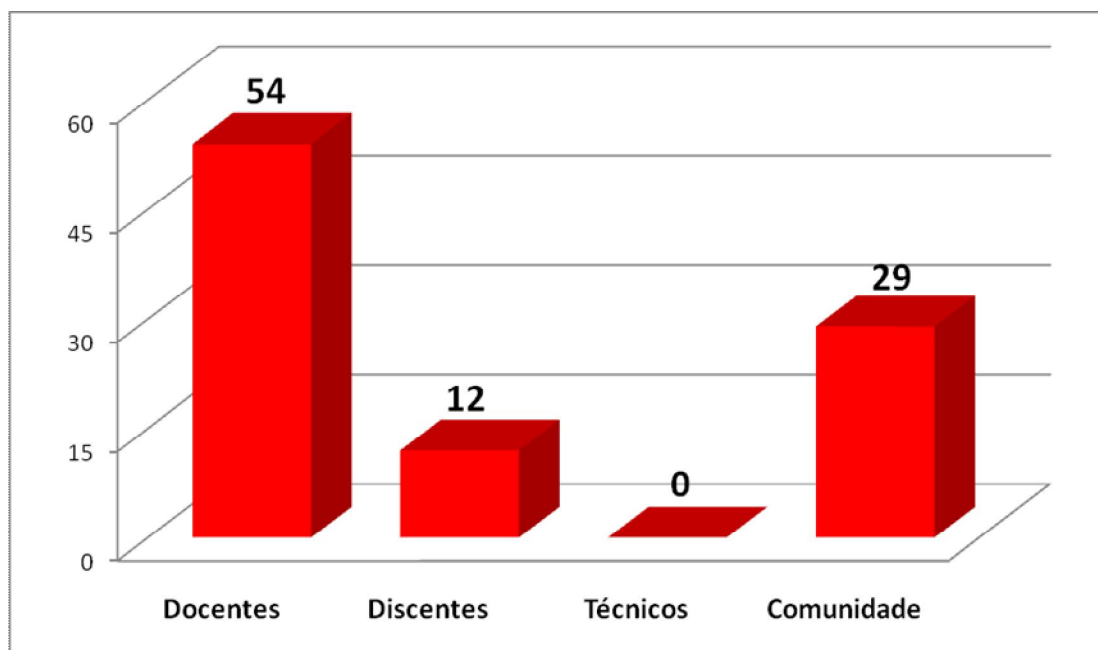
No ano de 2008 foram desenvolvidas as seguintes ações de Extensão Universitária na temática Direitos Humanos e Justiça: 1 (um) Programa, 10 (dez) Projetos, 4 (quatro) Cursos, 10 (dez) Eventos e 1 (um) Produto, totalizando 26 (vinte e seis) ações extensionistas. Para tanto, contou-se com o envolvimento de 54 (cinquenta e quatro) docentes, 12 (doze) discentes e 29 (vinte e nove) pessoas da comunidade na equipe de execução, conforme dados extraídos do SIGAA*.

Gráfico 1 - Ações de Extensão – 2008



Fonte: SIGAA, 2010 – Elaboração própria

* Disponível em: <<http://www.sigaa.ufrn.br>>. Acesso em: 27 maio 2010.

Gráfico 2 – Equipe Responsável – 2008

Fonte: SIGAA, 2010 – Elaboração própria

Para um melhor conhecimento dessas ações, listamos abaixo os títulos e as unidades universitárias responsáveis pelas mesmas:

PROGRAMA

1 – Programa de Direito internacional e Relações Internacionais

PROJETOS

1 – Habitação e direito à Moradia: assessoria técnica a grupos e organizações sociais – ARQ/CT;

2 – Lições de cidadania – DPU/CCSA;

3 – IV e V Simulações de Tribunais Constitucionais – DPU/CCSA;

4 – Estudo e formação sobre Medidas Alternativas – DPU/CCSA;

5 – Escola que Protege: fortalecendo a rede de garantia dos direitos da criança e do adolescente no RN – PSIC/CCHLA;

6 – Chama da Vida – DEDFIS/CCS;

7 – Grupo de estudo e pesquisa em ética no Turismo – CTUR/CCSA;

- 8 – Cine Legis – DPU/CCSA;
- 9 – Pensando direito – DPU/CCSA;
- 10 – Simulação de Organizações Internacionais para o Ensino Médio – DPU/CCSA.

CURSOS

- 1 – Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos – DPU/CCSA;
- 2 – Desenvolvimento urbano, habitação e informalidade. O que o Estatuto da Cidade tem a dizer? – GEO/CCHLA;
- 3 – Noções introdutórias sobre Bioética – DBEZ/CB;
- 4 – Musicalização para bebês: sonorizando experiências na primeira infância – EMUFRN.

EVENTOS

- 1 – A formação do Direito na ordem jurídica internacional – DPU/CCSA;
- 2 – Ciclo “Cinema e Ditadura na América Latina” – CISO/CCHLA;
- 3 – Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: o desafio do enfrentamento, de sua prevenção e combate – PSIC/CCHLA;
- 4 – Semana “18 de maio” – Prevenir para Proteger – Aprimorando a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente – PSIC/CCHLA;
- 5 – Colóquio sobre Desenvolvimento, Direito e Políticas Públicas – DPU/CCSA;
- 6 – Lançamento da XXV edição da Revista Jurídica *In Verbis* – DPR/CCSA;
- 7 – Lançamento da Revista Jurídica *In Verbis* – DPR/CCSA;
- 8 – VIII Seminário Jurídico do CERES: Jus et Justitia – 20 anos da Constituição Federal – DESE/CERES;
- 9 – Teoria das Organizações Internacionais – DPU/CCSA;
- 10 – II Colóquio Habitat e Cidadania: habitação social de interesse social cidade e campo – ARQ/CT/.

PRODUTO

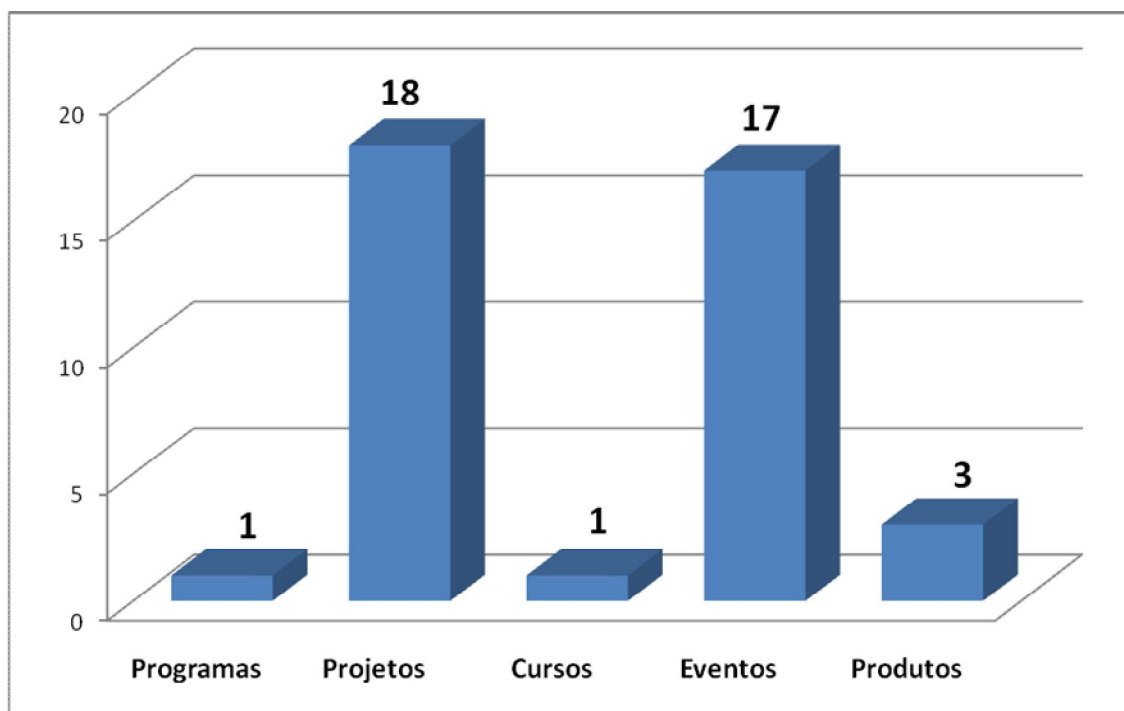
- 1 – XXV Revista Jurídica *In Verbis* – DPR/ccsa

Em relação às ações realizadas no exercício 2009, encontramos os seguintes registros no SIGAA*. Programa – 1(um), Projetos – 18(dezoito), Curso – 1 (um), Eventos – 17 (dezesete) e Produtos – 3 (três), totalizando 40 ações de extensão na temática Direitos

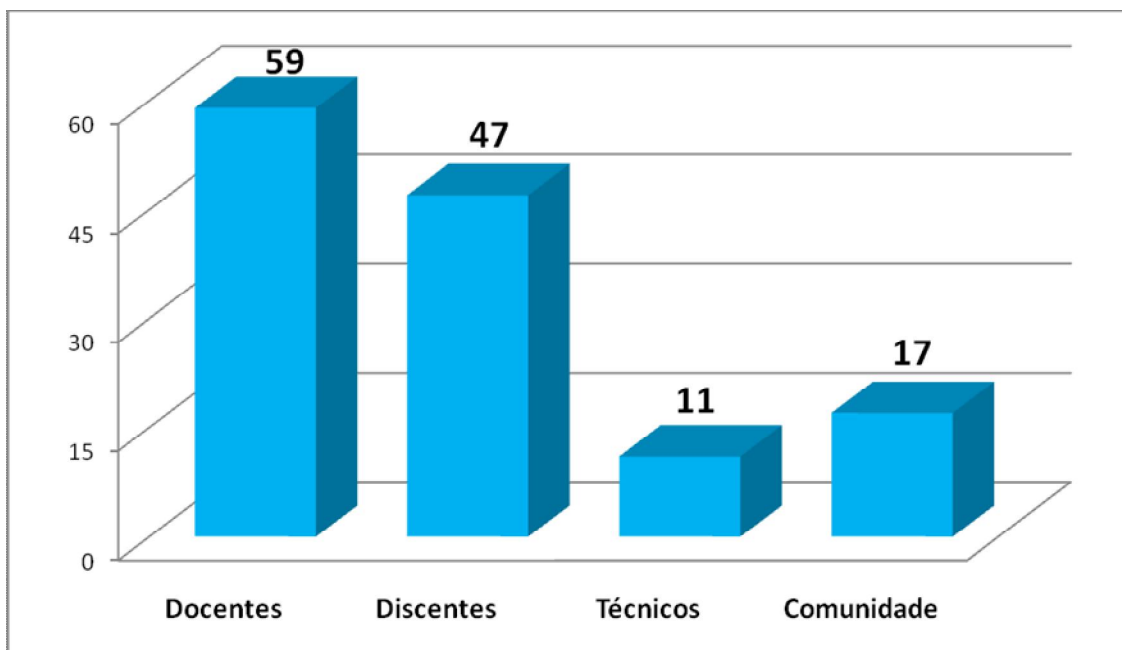
* Disponível em: <<http://www.sigaa.ufrn.br>>. Acesso em: 27 maio 2010.

Humanos e Justiça. Contou com o envolvimento de 59 (cinquenta e nove) docentes, 47 (quarenta e sete) discentes, 11 (onze) técnico-administrativos e 17 (dezesete) pessoas da comunidade externa na equipe de execução.

Gráfico 3 – Ações de Extensão – 2009



Fonte: SIGAA, 2010 - Elaboração própria

Gráfico 4 – Equipe Responsável – 2009

Fonte: SIGAA, 2010 - Elaboração própria

A seguir, o título e as Unidades responsáveis por essas ações:

PROGRAMA

1 – Lições de Cidadania: Promoção e Defesa dos Direitos Humanos no Rio Grande do Norte – DPU/CCSA.

PROJETOS

- 1 – I Mostra de Profissões – Direito – DPU/CCSA;
- 2 – VI Simulação de Tribunais Constitucionais (STC) – DPU/CCSA;
- 3 – Publicização de Direitos e Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes junto a Comunidade Escolar – DESSO/CCSA;
- 4 – Simulação de Organizações Internacionais – DPU/CCSA;
- 5 – Simulação de Organizações Internacionais para o Ensino Médio – DPU/CCSA;
- 6 – A formação política como estratégia de prevenção ao comportamento de risco juvenil – PSIC/CCHLA;
- 7 – DUAS VIDAS: assistência jurídica a presos no RN – DPU/CCSA;
- 8 – Futebol e Cidadania na UFRN – FC UFRN – DPU/CCSA;
- 9 – Estudo e formação sobre medidas alternativas – DPU/CCSA;

- 10 – Futebol comunitário – DEDFIS/CCS;
- 11 – Adolescentes abrigados: construindo possibilidades de resgate da cidadania na perspectiva do desligamento – DESSO/CCSA;
- 12 – Cine Legis – DPU/CCSA;
- 13 – Lições de Cidadania em Assentamentos Rurais – DPU/CCSA;
- 14 – Habitação e Direitos à Moradia: assistência técnica a grupos e organizações sociais – ARQ/CT;
- 15 – Políticas Sociais, Direitos Humanos e Diversidade: fundamentos da economia política para análise crítica da sociedade contemporânea – DESSO/CCSA;
- 16 – Lições de Cidadania em Comunidades Urbanas – DPU/CCSA;
- 17 – Lições de Cidadania em Ambiente Penitenciário – DPU/CCSA;
- 18 – Projeto de Extensão para a Educação Jurídica Popular Infantil (EJUPIn) – DPU/CCSA.

CURSOS

- 1 – Capacitação – A Gestão Social das Políticas Públicas: os conselhos gestores – DPP;

EVENTOS

- 1 – I Seminário em Direitos Humanos na UFRN: – PROEX;
- 2 – Lançamento da XXVI Revista Jurídica *In Verbis* – DPU/CCSA;
- 3 – Panorama de Direito Eleitoral: novos casos de inelegibilidade – DPU/CCSA;
- 4 – A regulação da exploração de petróleo e gás natural na camada Pré-Sal brasileira – DPU/CCSA;
- 5 – Exposição fotográfica: “Direito à memória e à verdade – a ditadura no Brasil: 1964 a 1985” – PROEX;
- 6 – Minicurso sobre controle de constitucionalidade – DPU/CCSA;
- 7 – Seminário sobre Gestão Pública – PPGCC/CCSA;
- 8 – A Violência no Município de Santa Cruz: desafios e perspectivas – FACISA;
- 9 – Direitos Fundamentais na Realidade do Rio Grande do Norte – DPU/CCSA;
- 10 – I Fórum de Humanização do HOSPED – HOSPED;
- 11 – I Oficina de Valorização do Servidor HOSPED – HOSPED;
- 12 – Capacitação dos participantes do Projeto Duas Vidas – DPU/CCSA;
- 13 – 30 Anos da Lei da Anistia: o direito pela memória – HIST/CCHLA;
- 14 – Mostra de experiências profissionais em Serviço Social – DESSO/CCSA;
- 15 – I Seminário Internacional de Direito Tributário – DPU/CCSA;

16 – “IX Jus et Justitia” – “Direito: corrupção e desenvolvimento” – DPU/CCSA;

17 – Exibição do filme “Boa noite, boa tarde”, seguido de debate – DPU/CCSA.

PRODUTOS

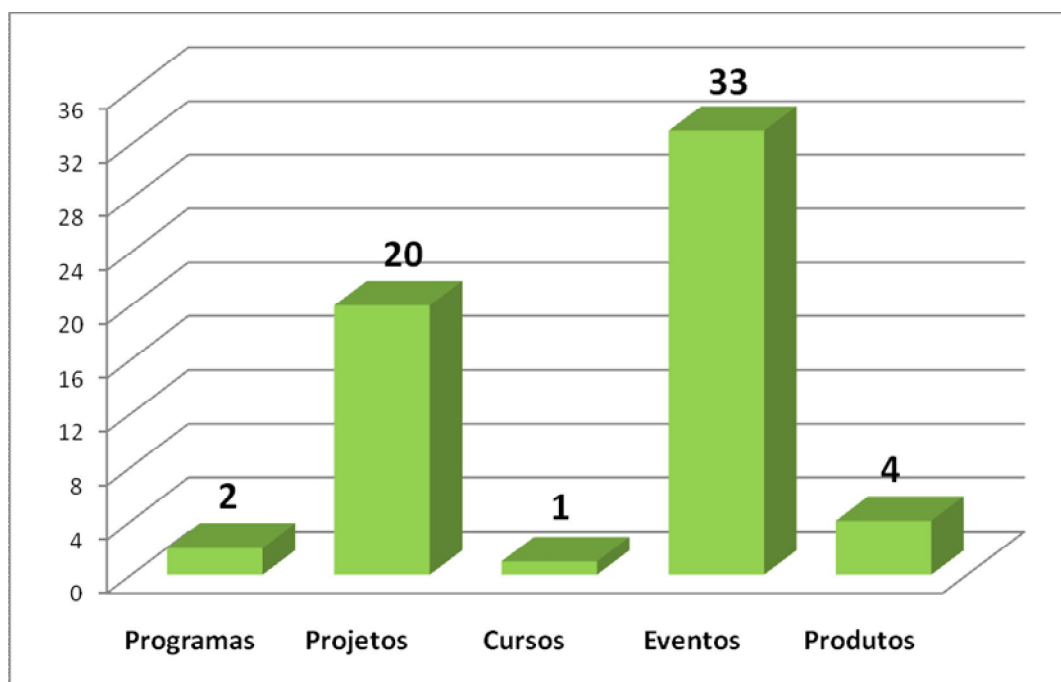
1 – XXVI Revista Jurídica *In Verbis* – DPR/CCSA;

2 – Livro Lições de Cidadania: Direitos Humanos de Grupos Vulneráveis – DPU/CCSA;

3 – Capacitação.

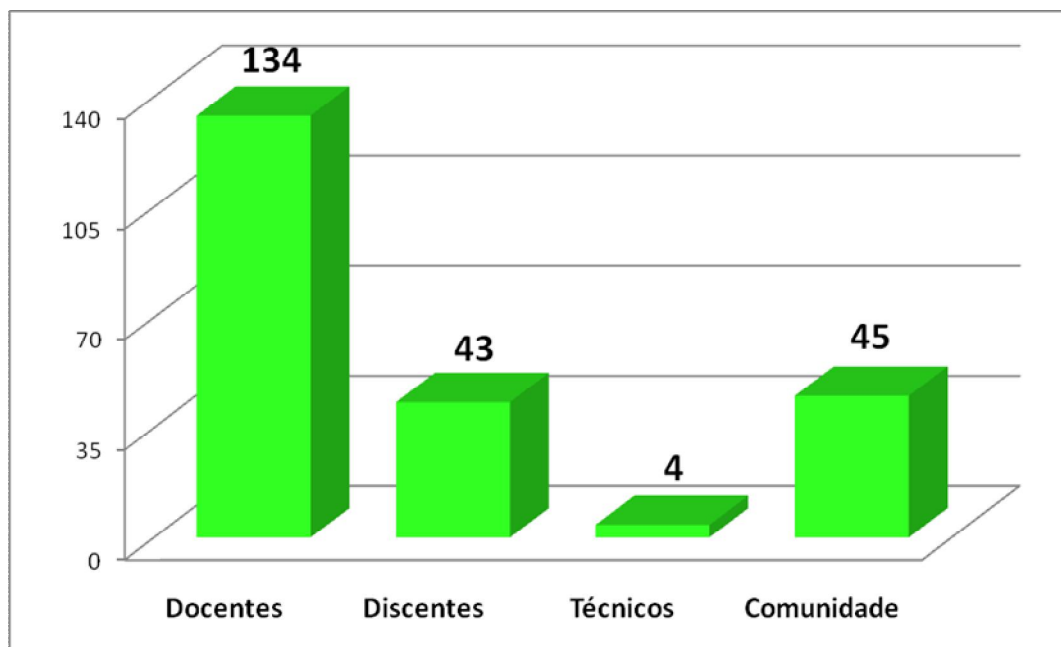
Quanto às ações de extensão registradas em 2010, têm-se os seguintes dados extraídos do SIGAA*: 2 (dois) Programas, 20 (vinte) Projetos, 1 (um) Curso, 33 (trinta e três) Eventos e 4 (quatro) Produtos, totalizando 60 (sessenta) ações extensionistas na supracitada área temática da Extensão Universitária, com o envolvimento de 134 (cento e trinta e quatro) docentes, 43 (quarenta e três) discentes, 04 (quatro) técnico-administrativos e 45 (quarenta e cinco) pessoas da comunidade externa, na equipe de execução.

Gráfico 5 - Ações de Extensão – 2011



Fonte: SIGAA, 2011 - Elaboração própria

* Em fevereiro de 2011.

Gráfico 6 – Equipe Responsável – 2011

Fonte: SIGAA, 2011 - Elaboração própria

As ações registradas têm os seguintes títulos e unidades universitárias responsáveis:

PROGRAMA

1 – Programa de Promoção e Defesa de Direitos Humanos no RN: lições de cidadania – DPU/CCSA.

PROJETOS

1 – A Violência na Sociedade Contemporânea: estratégias de formação de sujeitos críticos e reflexivos em busca da cidadania – DESSO/CCSA;

2 – Projeto de Resolução Alternativa de Conflitos – RAC – PPGD/CCSA;

3 – Cidadania, Direitos Sociais e Judicialização: a questão do acidente do trabalho na esfera da justiça trabalhista – CCSA;

4 – Os anos de chumbo na universidade: memória histórica da repressão e da resistência na UFRN durante a ditadura militar (1964-1985) – HIST/CCHLA;

5 – Advocacia voluntária – Núcleo de Prática Jurídica e a valorização do cidadão – CCSA;

6 – Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade – *FIDES* – DPU/CCSA;

7 – Justiça para todos: o Núcleo de Prática como viabilizador do acesso ao judiciário – CCSA;

- 8 – Projeto “Consolidação Democrática e Direito” (DDD) – DPR/CCSA;
- 9 – Projeto de Extensão Universitária Paz no Lar – CCSA;
- 10 – Publicização de Direitos e Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes junto à Comunidade Escolar – DESSO/CCSA;
- 11 – Lições de Cidadania: Ensino Jurídico Popular Infantil – EJUPIN – DPU/CCSA;
- 12 – Lições de Cidadania: comunidades urbanas e movimentos sociais – DPU/CCSA;
- 13 – Lições de Cidadania: assentamentos rurais e movimentos sociais da reforma agrária – DPU/CCSA;
- 14 – Lições de Cidadania em Ambiente Penitenciário – DPU/CCSA;
- 15 – Fortalecimento dos Centros de Referência da Assistência Social como base de apoio sociofamiliar – PSIC/CCHLA;
- 16 – Educadores e adolescentes: o pensar e o agir do grupo durante o abrigo e na construção de possibilidades na perspectiva do desligamento – DESSO/CCSA.

EVENTOS

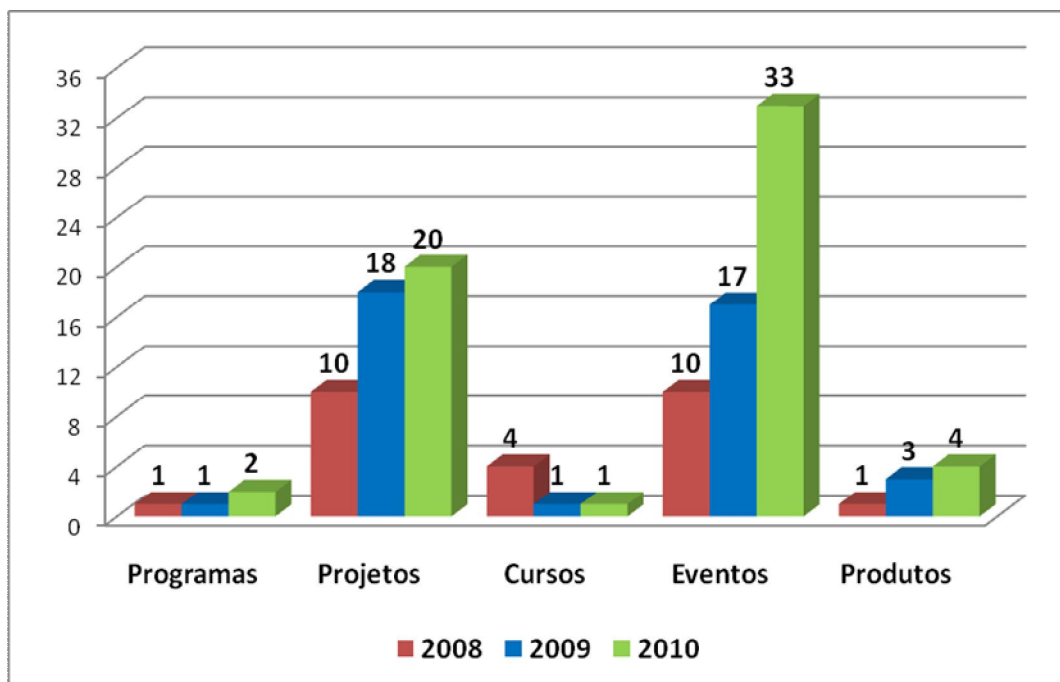
- 1 – III Seminário de Seguridade Social e Trabalho – DPR/CCSA;
- 2 – II Congresso Jurídico Eleitoral do Seridó: Seridó Debate Eleições – DPU/CCSA;
- 3 – (In)Justiça Penal: virtudes e vicissitudes do modelo de ressocialização – DPU/CCSA;
- 4 – II Seminário em Direitos Humanos da UFRN: direitos na dinâmica da sociedade – PROEX;
- 5 – Crianças, adolescentes e políticas públicas: a experiência do Conselho Tutelar no município de Currais Novos/RN – DCSH/CERES;
- 6 – Justiça na Praça – DPR/CCSA;
- 7 – Políticas Públicas na Teoria e na Prática – DPP/CCHLA;
- 8 – Viagem de Campo ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região – DPR/CCSA;
- 9 – I Seminário “Constituição e garantia de direitos”: economia e direitos humanos – DPU/CCSA;
- 10 – O sentido político da liberdade e a liberdade como o sentido da política – DFIL/CCHLA.

PRODUTO

- 1 – Lições de Cidadania: educação em direitos humanos e pacificação social – DPU/CCSA.

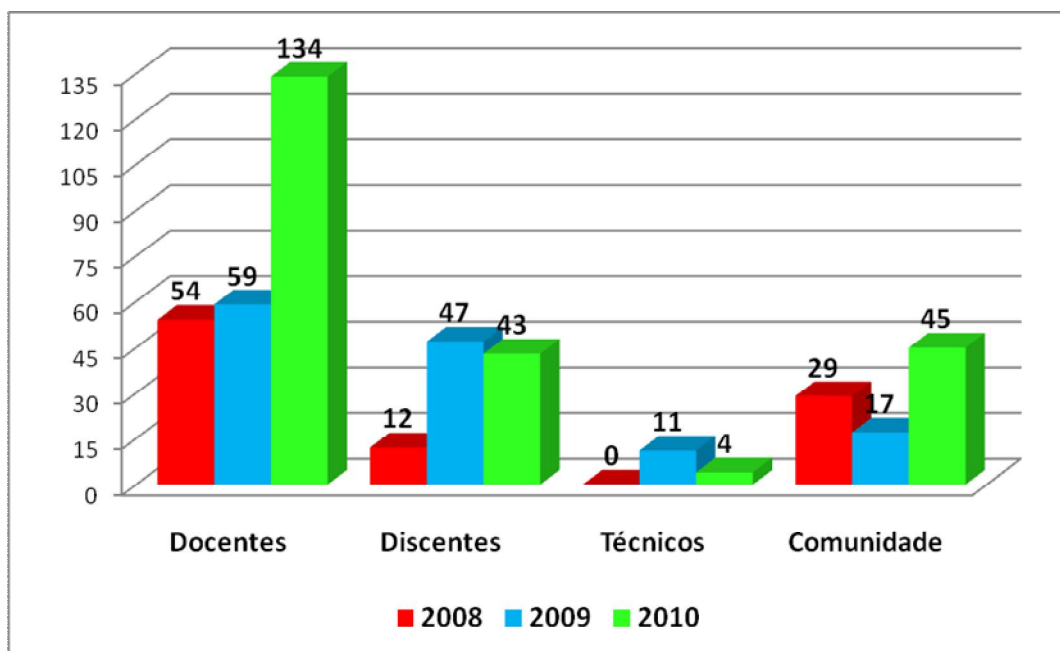
Para melhor visualização das informações constantes nos Gráficos anteriores, apresenta-se, abaixo, os Gráficos 7 e 8 com os dados em conjunto para observações e identificação das tendências.

Gráfico 7 – Ações de Extensão – 2008, 2009 e 2010



Fonte: SIGAA, 2010 - Elaboração própria

Frente às informações expressas no Gráfico 7, observa-se que durante o período de investigação da pesquisa apenas uma das modalidades – Cursos – de ações de Extensão Universitária na temática Direitos Humanos e Justiça, se mantiveram no mesmo patamar. As demais modalidades, ou seja, programas, projetos, eventos e produtos obtiveram uma maior efetivação de ações. Isto posto, considera-se que durante os anos de 2008, 2009 e 2010 foram desenvolvidas pela UFRN uma maior quantidade de ações de Extensão Universitária em sua totalidade, demonstrando, assim uma tendência para uma maior participação e realização dessas ações, o que pode significar uma maior aproximação da universidade com a sociedade, bem como uma efetiva preocupação com a formação acadêmica cidadã dos alunos.

Gráfico 8 – Equipe Responsável – 2008, 2009 e 2010

Fonte: SIGAA, 2010 – Elaboração própria

Seguindo o mesmo raciocínio das observações e tendências do Gráfico anterior, verifica-se no contexto geral das informações do Gráfico 8 que houve, ao longo do período pesquisados, um maior envolvimento dos três segmentos da universidade e também da comunidade com a realização de ações extensionistas, expressando, como já exposto no Gráfico 7, uma maior aproximação com a realidade social, bem como o compromisso com uma formação cidadã.

5.2 A VISÃO DOS COORDENADORES DAS AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E GESTORES

Com o objetivo de apreender a visão dos professores e gestores sobre a Extensão Universitária, as entrevistas se iniciaram com o seguinte questionamento: Existem alternativas presentes para a universidade pública brasileira, frente à sua crise de legitimidade? Quais? Os Entrevistados manifestaram as seguintes opiniões:

— Alternativas para crise de legitimidade da universidade pública em diálogo com os docentes

De acordo com o entendimento do Docente F (entrevista 6), há alternativas para universidade ao afirmar:

[...] essa crise de legitimidade da universidade, ela passa por um projeto político, ela passa por decisões políticas, passa por concepções, de que essa universidade pretende ser e é dentro dessa fluidez desses projetos políticos que a gente vai ter uma universidade que possa garantir realmente o seu verdadeiro papel na sociedade [...] (DOCENTE F, entrevista 6).

Esse posicionamento é observado pelo Docente G (entrevista 7), quando se refere a política educacional em geral, dizendo:

[...] uma alternativa, a gente sabe que isso é função da política de educação como um todo, de qualificar o ensino público, pra dar igual condição pra um aluno acessar a universidade e ela cumprir a sua função de poder tá formando de dar oportunidade a todos aqueles que vêm de diferentes classes sociais (DOCENTE G, entrevista 7).

E acrescenta:

[...] eu diria que se existe uma crise de legitimidade, por outro lado a sociedade reconhece o crescimento significativo desta universidade nos últimos tempos, da sua expansão qualitativa, em todos os sentidos, dos seus laboratórios, isso acaba repercutindo, obviamente, na interação com a sociedade [...] (DOCENTE G, entrevista 7).

Faz-se necessário também trazer para reflexão o entendimento do Docente R (entrevista 18), ao afirmar que:

[...] Embora exista um certo discurso sobre a crise da legitimidade da universidade brasileira, eu, ainda acredito que a universidade pública brasileira, ela, é a grande referência, não só na formação de pessoas capacitadas pra um determinado ingresso no mercado de trabalho, mas também como um centro que agrega e discute questões que são extremamente atuais e que dizem respeito em última instância há uma certa dinâmica societária vigente [...] como polo que discute essas questões, que propõe coisas novas eu acho que a universidade, ela, serve não só para formação profissional, mas eu acho que, ela, tem uma utilidade pública e social muito grande, essa é uma questão (DOCENTE R, entrevista 18).

E complementa:

A outra questão eu acho que tem a ver com a instituição, eu estou na universidade há catorze anos e eu tenho visto nos últimos anos uma preocupação muito grande da universidade em diminuir aquela chamada separação que existe entre a academia e a realidade e o mundo prático das coisas [...] a universidade tem se preocupado nos últimos anos em direcionar mais o seu conhecimento para o atendimento de determinadas questões, demandas que são muito concretas da vida das pessoas [...]. Eu acho que tem mudado nos últimos anos, que tem havido um certo direcionamento, um privilegiamento, na tentativa de equiparar esse terceiro pilar da universidade junto com a pesquisa, junto com o ensino. Então, eu acho que é uma solução pra essa chamada crise de legitimidade, que eu questiono de alguma forma, essa história dessa crise (DOCENTE R, entrevista 18).

Outra opinião acerca dessa questão é mencionada pelo Docente P (entrevista 16), ao afirmar que:

Existe uma crise, eu percebo claramente, que existe uma crise da universidade, aí, em várias facetas, a crise da universidade, as ações afirmativas, a discussão do papel da universidade e tal, mas eu fico mais limitado, como eu estou mais próximo da graduação, ensinando [...]. Eu já tinha essa concepção de crise do ensino, falência do sistema, do método de ensino e das técnicas pedagógicas, como o aluno também encara, o próprio aluno, também, ele, passa por uma crise de identidade [...] (DOCENTE P, entrevista 16).

Sobre a mesma questão, o Docente H (entrevista 8), se pronuncia contrariamente considerando que:

[...] Não há crise de legitimidade. A universidade, ela, tem como propósito de fomentar o conhecimento e ela funciona a partir do sistema de seleção na população brasileira e quem passou deve poder ter o direito de estudar e de se qualificar. Então, eu não vejo qual é o problema de legitimidade [...] (DOCENTE H, entrevista 8).

Podemos, ainda, destacar a concepção do Docente T (entrevista 20), ao abordar que:

A Crise de legitimidade, infelizmente, abrange o serviço público em geral. As universidades, para reverter o quadro, precisam participar mais ativamente na sociedade quanto às grandes questões nacionais,

especialmente com a problematização, apresentação de estudos e soluções para os problemas sociais (DOCENTE T, entrevista 20).

Em torno da discussão sobre a crise de legitimidade da universidade pública, observa-se que dos professores e gestores entrevistados, uns acreditam que existe essa crise e outros questionam se de fato ela ocorre. Observamos, assim, posicionamentos distintos acerca da problemática então abordada.

Com base no entendimento dos professores sobre a crise de legitimidade da universidade brasileira e possíveis alternativas para sua superação, identificamos diferentes posições a respeito dessa questão, dos cinco entrevistados supracitados, três expressam perceber a existência, na atualidade, de uma crise de legitimidade nas instituições públicas de ensino superior, um que acredita mas questiona de fato a sua ocorrência e um professor que se manifesta contrário à presença dessa crise. Esse fato reflete a realidade do universo institucional acadêmico de respeito à diversidade e pluralidade de pensamentos.

As concepções que se fazem presentes nas falas dos docentes nos levam a estabelecer relações com as análises de Almeida Filho (2008), quando este aborda que:

Superar a crise da universidade brasileira, velha e debilitada, mediante uma reforma universitária que de fato implique profunda reestruturação das instituições, visando torná-las instrumentos de emancipação de sujeitos e promotoras de equidade, é condição necessária para a construção de um projeto viável de nação. Todavia, constato, na comunidade acadêmica – alunos, técnicos e docentes – e na sociedade, enorme desinformação sobre o processo histórico de constituição das instituições de conhecimento, sobre os modelos de universidade vigentes no mundo [...]. A profusão de questões, a desinformação obscurantista, o oportunismo político, a inconsistência de ponto de vista e o debate acalorado infelizmente parecem pouco ter contribuído para a geração de propostas consequentes, justificadas e factíveis (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 107).

Diante dessas reflexões, no nosso entendimento, a universidade pública brasileira, apesar de algumas iniciativas de resistência encontra-se mergulhada numa verdadeira crise, que, de acordo com Santos (2008, p. 13):

A crise de hegemonia consequência das contradições entre as funções tradicionais da universidade e as atribuições que ao longo do século XX lhe vinham sendo atribuídas. Por um lado, a produção de alta cultura, pensamento crítico e conhecimentos exemplares, científicos e humanísticos, necessários à formação das elites de que a universidade se tinha vindo a ocupar desde a Idade Média europeia. Do outro, a produção de padrões

culturais médios e de conhecimentos instrumentais, úteis na formação de mão de obra qualificada exigida pelo desenvolvimento capitalista. A incapacidade da universidade para desempenhar cabalmente funções contraditórias levou o Estado e os agentes financeiros a procurar fora da universidade os meios alternativos de alcançar esses objetivos. Ao deixar de ser a única instituição no domínio do ensino superior e na produção de pesquisa, a universidade entrou numa crise de hegemonia. A crise de legitimidade provocada, por um lado, pelo fato da universidade ter deixado de ser uma instituição consensual em face da contradição entre a hierarquização dos saberes especializados através das restrições do acesso e do credenciamento das competências e por outro pelas exigências sociais e políticas da democratização e da reivindicação da igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares. E a crise institucional, por último, resultado da contradição entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e objetivos da universidade e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social.

Frente às opiniões de estudiosos e dos professores entrevistados nesta pesquisa, constatou-se que, de modo geral, há o entendimento de que a universidade contemporânea de fato está mergulhada numa crise, a qual em muito compromete a sua finalidade. Porém, no universo do ambiente universitário, como se observa em alguns depoimentos de professores, há alternativas para essa crise, como se pode identificar na fala do Pró-Reitor de Extensão Universitária da UFRN, gestão 2007-2011, o professor Dr. Cipriano Maia de Vasconcelos:

Eu creio que se a gente tomar o referencial de Boaventura sobre a crise de legitimidade as alternativas pra a universidade pública, no caso especificamente a brasileira passa pela sua capacidade de responder de forma mais adequada às demandas da sociedade, tanto no que diz respeito à produção do conhecimento, mas principalmente um conhecimento implicado que contribua pra melhorar a qualidade de vida da população, que contribua para a inclusão social que é um desafio da sociedade brasileira, ou seja, que essa ação universitária esteja vinculada ao projeto de nação. Eu acredito que, nos últimos anos, isso vem de certa forma sendo trilhado, com a expansão do ensino superior público que possibilitou uma inclusão bem mais intensa dos estudantes de escola pública, o aumento da produção das atividades de pesquisa e extensão envolvendo um maior número de protagonistas tanto alunos como professores fortalecendo os vínculos com a comunidade (PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO DA UFRN, 2010).

Na fala do Pró-Reitor, observa-se que alguns passos já foram dados, no intuito de melhorar a legitimidade da Universidade na sociedade. Porém, isso não quer dizer que esse esforço esteja superado, uma vez que existe uma cultura, muito significativa, de desolamento e de distanciamento, embora essas iniciativas caminhem na direção de ampliar a legitimidade, mas há muito ainda a se caminhar nesse sentido, já que a tradição histórica é de pouca

vinculação, é de pouca resposta a essas demandas da sociedade. O que se verifica é que ainda existe muita pesquisa alienada da realidade social, como bem chamou Botomé (in Faria, 2001, p. 160).

Para que haja a superação dessa crise, é necessário também que ocorra a superação do ensino alienante que, ainda, na contemporaneidade, é em certa medida uma marca, ficando a extensão nessa interface entre a pesquisa e o ensino. Portanto, entende-se, que a superação em termos das atividades de extensão, de modo a fortalecer o vínculo com a sociedade, implica na universalização da extensão, envolvendo a totalidade dos alunos, o que possibilitará maior presença, maior vínculo, maior interação com a comunidade e a partir desse vínculo, dessa maior interação, ter os problemas sociais, os problemas da comunidade como fonte, como parte da agenda de pesquisa da universidade.

— A Extensão Universitária como espaço de compromisso social da universidade pública na sociedade em diálogo com docentes e gestores

Pela complexidade que envolve a reflexão sobre o lugar da extensão como espaço de compromisso social da universidade, serão tomadas como referência as abordagens do Professor Pedro Demo, em seu texto “Lugar da Extensão” (in FARIA, 2001) e as opiniões dos docentes e gestores acima abordadas.

Ao fazermos uma análise contextualizada sobre a Extensão Universitária, é importante relembrar duas características da extensão, a primeira é que parte de suas ações tem um forte conteúdo assistencialista, enquanto a segunda não consegue efetivar as atividades extensionistas dentro das propostas pedagógicas dos currículos na universalidade. Essa realidade faz com que a extensão continue sendo considerada como uma atividade isolada e voluntária, um complemento, “quando deveria ser a alma do currículo dos cursos da universidade” e o exercício da prática social da atividade extensionista devia “fazer parte do currículo de formação e pesquisa de todos os cursos, ou seja, fazer parte do trajeto formativo de todo estudante e todo professor” (DEMO in FARIA 2001, p. 142).

Longe de se querer condenar o trabalho social que a universidade presta a sociedade, muito pelo contrário, o que se pretende é fazer uma alerta para que essas atividades não caiam num vazio, pelo fato de serem extracurricular e não institucionalizadas, porque assim sendo “é função mais específica da política social pública” (Ibid.).

Diante dessa percepção, não podemos deixar de considerar as dificuldades pelas quais passam as universidades públicas na contemporaneidade para enfrentar a barbárie que

impõe o sistema neoliberal à política educacional brasileira, que a leva a abandonar o seu compromisso com a educação para curvar-se às exigências do mercado. “Na verdade, esta evolução do capitalismo já fora prevista por Marx, quando definia a mais-valia relativa como aquela proporcionada pela ciência e pela tecnologia, ou seja, em vez de explorar apenas a força física do trabalho, passaria a explorar sobretudo sua inteligência” (DEMO in FARIA 2001, p. 143).

Neste século, é preocupante os rumos que a educação no Brasil em geral e, particularmente, o ensino superior, vem tomando, como identificamos nas opiniões dos professores entrevistados, quando se queixam da sobrecarga de trabalho que lhes é imposta no cotidiano na atividade docente, comprometendo muitas vezes a qualidade das suas atribuições. Por isso, faz-se necessária, com urgência, a construção de uma nova política educacional brasileira, em especial para o ensino público superior. Demo (apud FARIA 2001, p. 146) sugere que:

[...] Se crie típico ambiente acadêmico marcado pela capacidade sistemática de reconstruir conhecimento. Figura central é o professor. Para começar, será mister mudar sua definição: professor não é quem dá aula, mas quem se compromete a fazer o aluno aprender. Para tanto, precisa, primeiro, de saber aprender [...] o professor precisa de condições adequadas de trabalho, sobretudo de dedicação maior. Não pode consumir-se em aulas [...] o que faz o professor não é o título, mas seu compromisso com a aprendizagem do aluno. Cuidar – todo o dia – que o aluno aprenda é sua função máxima, sua razão de ser [...] o docente precisa de aceitar que, sem Pesquisa e Elaboração própria, não existe condição de ser professor. Não é o título que decide, mas a própria capacidade de reconstrução do conhecimento [...]. A rigor uma universidade que apenas reproduz conhecimento é dispensável, porque esta função está migrando para as instrumentações eletrônicas, com a vantagem de serem ao vivo e a cores, e com efeitos especiais. INFORMAR é questão eletrônica, cada vez mais. FORMAR é coisa de professor. Nisto é indispensável.

Além da preocupação com a reconstrução do conhecimento de que trata Demo (in FARIA, 2001), outro aspecto também relevante para a aprendizagem diz respeito ao fenômeno político que aponta Demo (in FARIA, 2001, p. 149) “para a capacidade de intervir na história e na realidade social, de tal sorte que delas se possa ser sujeito [...]. Acresce a face política: saber aprender, argumentar, contestar, pensar não significa apenas exercício lógico, mas exercício de autonomia, habilidade de intervenção alternativa, capacidade de mudar a história e realidade [...]. O importante é o aspecto educativo emancipatório”.

Na opinião da maioria dos professores, a Extensão Universitária ainda é considerada uma atividade secundária, sendo pouco explorada no âmbito institucional. Por outro lado, no caso da UFRN, no período desta pesquisa, a Extensão Universitária ampliou suas ações e conseqüentemente sua visibilidade, conforme os dados apresentados nos Gráficos de 1 a 8.

O fato de se apresentar como atividade secundária, ou seja, pela falta da institucionalização das ações extensionistas, pela não implantação da atividade de extensão nos currículos dos cursos, o que faz a extensão permanecer como secundária e complementar. Portanto, “será, pois, imprescindível conjugar a questão social com a curricular, para que tenha sentido na Universidade” (DEMO apud FARIA 2001, p. 152).

Importante ressaltar que devemos evitar e repudiar as práticas que se dizem extensionistas mas que trazem em seu bojo o viés do mero assistencialismo; que são independentes das unidades acadêmicas e especializadas da instituição; que são atividades sociais públicas de responsabilidade das esferas municipal ou estadual, totalmente descontextualizadas da academia, sem considerar os aspectos educativos e científicos; atividades exclusivamente voluntárias, bem como aquelas que servem de entrada para a privatização de instituições públicas e outras nessa direção.

Corroborando, mais uma vez com Demo (apud FARIA, 2001, p. 155),

A universidade precisa por constituição e vocação histórica, de estar inserida na problemática social, porque faz parte da usina do futuro de qualquer sociedade. A falta de compromisso social seria um escárnio. Mas precisa de saber colocar o social dentro de seus mandatos essenciais, que são reconstruir conhecimento e educar novas gerações. Não pode inventar à-toa atividades que, a título de extensão, são espúrias ao ambiente acadêmico e de aprendizagem. Este cabide onde tudo pode ser pendurado apenas traz a concepção inadequada de Universidade.

Entendendo a extensão como parte do tripé que constitui a essência da Universidade, uma atividade acadêmica inerente ao ensino e à pesquisa, podemos imaginar que não precisamos mais dela, não porque não se faça e sim porque conseguimos colocá-la no seu devido lugar, já que as atividades de ensino e de pesquisa são desenvolvidas com base nas necessidades e demandas da sociedade, conjuntamente com a sua Extensão Universitária, efetivando o seu compromisso social. Olhar para a universidade e pensar na realização das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão de formas intrínsecas é alimentar uma esperança na transformação do que está posto na contemporaneidade para as instituições

públicas de ensino superior. O que mais se deseja é que a universidade pública alcance a sua finalidade, seja capaz de dar respostas adequadas às problemáticas sociais e, particularmente, que a UFRN que alcance a sua missão.

No diálogo com os docentes, e com um gestor, sobre a Extensão Universitária como espaço de compromisso social da Universidade na sociedade, em seus posicionamentos ou concepções, consideraram de fundamental importância essa aproximação para a formação acadêmica cidadã do aluno, como também para o professor.

A prática extensionista permite à comunidade universitária vivenciar o cotidiano das comunidades, especialmente as populares, proporcionando o contato com as problemáticas sociais e oferecendo subsídios para o exercício profissional e a efetiva busca de alternativas para os problemas sociais vigentes.

Como se observa na fala do Docente B (entrevista 2):

O papel da extensão é aproximar o estudante, não só o estudante, mas o professor também da realidade que ele se imagina está trabalhando no campo profissional e do campo científico [...]. Porque, por vezes, o professor, tem esse distanciamento e desenha uma realidade distinta, diferente da que o aluno ao se formar constata. Então, ele vivenciando aquelas especificidades locais, já não apenas o aluno, mas o professor também é beneficiado. Nesse sentido, o papel é de integração da universidade com a comunidade [...] mas, eu vejo que é um terreno ainda pouco explorado. Porque, poucos professores têm esse engajamento na ação de extensão, talvez por achar que não há importância, não há utilidade no desenvolvimento dessas ações, não existe também a cultura de se realizarem ações de extensão. O curso da sua maneira tradicional, o que tanto espera, ele se limitava ao professor catedrático, dava aula e o aluno recebia, era só isso, o aluno era um receptor de conhecimento. A gente, ainda está trabalhando o estudante e mesmo o professor como um produtor de conhecimento, e isto a extensão universitária aqui na UFRN é capaz de comentar, como eu tenho percebido em relação aos meus alunos (DOCENTE B, entrevista 2).

Na mesma direção, segue o entendimento do Docente P (entrevista 16), a seguir:

[...] O aluno, ele, entra já um pouco distanciado, ele entra com muito pouca visão de pesquisa e de extensão, nenhuma [...] o ensino, por parte do professor, em boa parte, aí é uma reflexão que eu faço, é um ensino bancário, naquela perspectiva de Paulo Freire, que o professor vai lá e deposita aqueles valores e no final do período correspondente faz um saque, com poucos estudos de caso, com poucas reflexões, com pouco conhecimento da realidade é um estudo que se distancia, cada vez mais da realidade social [...] o desafio nosso, tem que ser esse, não fracassar o ensino frente a realidade [...]. E a extensão universitária vem, justamente, para abrir uma perspectiva para que o aluno tenha conhecimento da realidade [...] estamos numa universidade que deve prestar um serviço a comunidade,

especialmente, a comunidade do Rio Grande do Norte, e sem a extensão universitária a universidade não vai poder contribuir para a construção desse ambiente [...]. Agora, a extensão universitária é um trabalho muito lento, as discussões que existem, são discussões que precisam de amadurecimento [...] (DOCENTE, entrevista 16).

Com uma análise mais voltada para a questão da interação comunidade x sociedade, observa-se o posicionamento do Docente D (entrevista 4):

Quando eu trago este diálogo entre comunidade e universidade, é uma realidade, se a universidade não chegar até lá, ela fica lá [...]. Dificilmente, a gente tem o contrário [...] a extensão, Ana, tem um papel fundamental, eu sempre estou reforçando, que alguns professores pela própria carga horária não conseguem fazer, pela própria condição objetiva que a gente vive, mas que é algo extremamente rico e tem um ponto fundamental, a relação entre civis e a relação teórico-prático [...] hoje, a extensão passa por um momento, não é o acabado, ela tá num processo de construção, mas que tem uma visibilidade muito maior. Uma intervenção e até um discernimento um pouco maior que depende dos nossos professores em sala de aula junto aos alunos, do que é a extensão, esse exercício, que além de tá articulando esses dois mundos, estão implementando, tendo a capacidade de implementar as minhas competências, as minhas atribuições, o meu perfil como profissional. Então, ela propicia isso. Acredito que ainda temos muito a galgar, ela ainda é um pouco secundarizada, posta de lado. Entre uma pesquisa e uma extensão, a carga horária, eu prefiro qual? Geralmente a pesquisa. A extensão ela acaba vindo, como uma parte, se eu por acaso tiver um tempo, se sobrar, eu ainda venho. [...] mas a extensão, ela, dar essa capacidade muito grande de contato, de vivência, de enriquecimento físico, material. Acho até grande, Ana, esse laboratório vivo de construção e resgate da dignidade humana, tão pervertido, tão negligenciado e tão deteriorado, hoje. Eu acho que pra UFRN tem que ser algo que deve ser cavado e cada vez mais cavado pra que a gente possa ter a visibilidade ainda maior (DOCENTE D, entrevista 4).

Outro aspecto relevante diz respeito à aproximação da Universidade com as organizações e as instituições da sociedade civil, para contribuir na elaboração de políticas públicas, enfatizada na opinião do Docente G (entrevista 7):

A extensão é o espaço por excelência, o espaço privilegiado para que nós possamos levar esse conhecimento que trabalhamos junto à pesquisa, obviamente, para que elas tenham uma incidência sobre políticas públicas, sobre a caminhada das comunidades, no processo de democratização da gestão pública, então, nós temos modalidades de atuação e de formulação e implementação de políticas públicas que envolvem um misto de atores, um conjunto de atores [...] a gente precisa ter sistemática de trabalho. O trabalho social é um trabalho lento, eu estou me referindo aqui à extensão voltada às comunidades, porque também tem as empresas que nós atuamos muito pouco, pela minha experiência, eu atuo basicamente com o poder público e

com as comunidades, grupos e organizações sociais [...]. Temos que avançar mais na política de extensão com a aproximação com as organizações sociais, uma reflexão de que precisamos aglutinar mais, ter mais visibilidade, fortalecer mais a atuação de todos os docentes e discentes que atuam no campo da extensão em comunidades [...] houveram avanços na extensão [...]. Ainda não é como a gente entende que a pesquisa é que tem essa discussão histórica [...] mas, já temos um critério de avaliação da CAPES, que leva em consideração o impacto social das pesquisas, os trabalhos técnicos, tudo isto passou a contar e eu considero que são mudanças muito importantes, de reconhecer que nós não podemos ficar em quatro paredes, trabalhando só no campo da pesquisa fundamental, mas de tornar efetivo aquilo que está colocado como princípio no nosso plano de desenvolvimento institucional da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão (DOCENTE G, entrevista 7).

Outro docente destaca que:

A extensão universitária tem esse papel de fortalecer os vínculos com as instituições públicas, as organizações da sociedade, os movimentos sociais, promovendo essa interação, fazendo com que essas demandas, sejam dos governos, seja da sociedade, sejam incorporadas na agenda da universidade, sem evidentemente substituir o papel de cada um desses entes, mas é a extensão universitária entrando como um espaço de produção de conhecimento de formação dos alunos que estão nos diversos cursos e principalmente contribuindo para que essa formação se faça em base cidadã, eu acho, que é um pouco, por aí, que ela vai cumprindo o seu papel social (DOCENTE N, entrevista 14).

Sobre a mesma questão, o Docente T (entrevista 20) enfatiza a importância da Extensão Universitária para os alunos quando se pronuncia que:

Propicia aos alunos uma visão crítica e ampla das políticas públicas, com indagações filosóficas e sociológicas, proporciona o contato com a realidade, através do desenvolvimento de ações perante a sociedade no sentido de dar a sua contribuição prática para as questões sociais fundamentais (DOCENTE T, entrevista 20).

Refletindo ainda sobre a questão em tela, registraremos o posicionamento dos Docentes F e H que enfatizaram a importância da Extensão Universitária como espaço de compromisso social da universidade na sociedade, expressando as seguintes opiniões:

Eu acho que, a extensão universitária, ela vai contribuir demasiadamente pra inserção da comunidade dentro da universidade, que é um papel fundamental, dela, hoje, porque a universidade, não pode ficar entre quatro

paredes, não pode ficar isolada do que está ocorrendo lá fora. Então, eu acho que trazer a comunidade pra dentro da universidade, fazer esta interação é de extrema importância [...] mas falta muita coisa ainda a ser percorrida. Até pra acabar com essa cultura que a universidade é algo que tá lá e que ninguém pode mexer, que nós somos intelectuais e esses intelectuais estão dentro da universidade para produzir conhecimento dentro da universidade e acabou e a gente esquece que essa produção do conhecimento, precisa de uma interação com o público, precisa de uma interação com a comunidade, tem muito mais valor a construção do conhecimento, quando você pega outros sujeitos e você faz essa interlocução (DOCENTE F, entrevista 6).

O outro docente destaca que:

O papel da extensão na universidade é um papel relevante, porque ela vai permitir a abertura das fronteiras da universidade permitindo que pessoas que estão fora da universidade possam entrar no sistema educacional da universidade e da mesma forma a universidade vai poder sair do seu centro para se relacionar ou pra se confrontar as realidades mais práticas das suas diversas áreas. Então, eu considero que a extensão é um papel fundamental da universidade na forma de contribuir para o desenvolvimento de determinada sociedade (DOCENTE H, entrevista 8).

Nesta direção o Docente R (entrevista 18), pronuncia-se:

A universidade tem se dirigido muito fortemente pra a sociedade e mais particularmente para determinadas áreas. Áreas que tem muita relação com as consequências desse modo de produção capitalista que a gente vive que são: a pobreza, o desvirtuamento de valores, a marginalidade, a periculosidade que está instaurada em determinadas áreas urbano-periféricas e rurais, enfim certas questões que são específicas desses meios [...] eu vejo a extensão como uma sequência numa etapa que você une ensino e pesquisa [...] a extensão é uma resposta pra isso, pra fechar, esse tripé da universidade como ensino, pesquisa e extensão em coisas complementares e que ao mesmo tempo elas devem ter o mesmo nível de importância, porque, do que é que adianta você produzir conhecimento por meio de pesquisa, se você não torna aquele conhecimento útil para sociedade, não é útil pra mim, que sou pesquisadora. Eu sempre digo aos meus alunos, a pesquisa não faz sentido se não tiver utilidade social. E essa utilidade social precisa ser implementada de alguma forma. Eu vejo a extensão, nesse sentido, tanto de se dar um retorno pra essa sociedade, que é de onde a gente tira nossas questões, que é de onde a gente tira o nosso conhecimento de ensino, como também, produzir um conhecimento que reverbere numa profissionalização dos nossos alunos que de fato se coadune com as necessidades da população que está lá fora, dessa sociedade, é assim que eu vejo o papel da extensão [...] eu via a extensão, até de uma certa forma como um campo de menor visibilidade, por parte, dos professores, dos alunos, das pessoas de fora da universidade, enfim, como uma área, um setor que não recebia os mesmos investimentos que o ensino e a pesquisa recebiam. Hoje em dia, eu vejo a extensão, como uma grande força dentro da universidade ao lado do ensino e da pesquisa. Eu vejo que

tem havido um esforço da UFRN, mas penso que isso vem de uma política nacional para as instituições federais de ensino superior, que a extensão seja um campo que, deve ser contemplado da mesma forma que os outros dois. A universidade se antes lutava pra o desenvolvimento das pesquisas, investimentos e tal [...] já chegou num patamar bastante interessante, a nossa universidade, em particular, é uma. E eu acho que a gente está caminhando, ainda não chegou lá, mas está caminhando pra consolidar a extensão como área tão importante como as outras, que merece ser cuidada, que merece ser investida, que merece ser mais bem reconhecida como parte das atividades dos docentes e dos alunos, assim, coisas dessa ordem (DOCENTE R, entrevista 18).

Podemos considerar, com base nos resultados das entrevistas dos docentes, que a extensão é o espaço de compromisso social da Universidade com a sociedade, uma vez que, através dela se materializam as relações com as comunidades, movimentos sociais, organizações governamentais e não governamentais e empresas privadas, por meio das suas diversas ações.

— Concepções de Extensão Universitária presentes nas práticas extensionistas na UFRN em entrevista com docentes e gestores

Nesse diálogo com os docentes e gestores sobre as concepções de extensão, percebemos que a Extensão Universitária no século XXI apresenta-se com duas concepções, quais sejam: uma que fortalece as práticas com caráter assistencialista e outra que acredita na possibilidade de aproximação com as comunidades populares no intuito de apreender as problemáticas sociais para implementação das necessárias transformações na sociedade.

No entanto, uma reflexão sobre as concepções de Extensão Universitária exige um olhar mais atento para o processo histórico da universidade e do contexto socioeconômico no qual se insere. Várias foram as conjunturas, conforme variavam as determinações políticas dominantes.

Não é possível refletir sobre a Universidade sem fazer referência à década de 1960, período em que houve significativas mudanças no país, afetando sobremaneira a Universidade pública em sua autonomia e liberdade de ação. Naquele período (1964 a 1985), predominava no país o regime ditatorial e, conseqüentemente, havia muita perseguição às ideias sociais e democráticas. No entanto, apesar dessa realidade, existiam na Universidade grupos de professores e alunos preocupados em criar canais de comunicação com a sociedade,

como o Movimento Estudantil, que foi bastante atuante nesse período. Segundo Nogueira (apud FARIA, 2001, p. 62),

A Extensão praticada pelos estudantes universitários, no início da década de 60, é o primeiro aceno de mudança na sua concepção. É quando se veem ações concretas na direção do compromisso com as classes populares, não de forma assistencial, mas com a intencionalidade de conscientizar sobre seus direitos. Há ainda a preocupação de integração com órgãos governamentais, sobretudo no interior dos Estados, a percepção quanto à necessidade da interdisciplinaridade ao recomendar a atuação conjunta de estudantes de diferentes áreas; e a visão quanto às possibilidades do trabalho extensionista poder ser computado como estágio curricular, executado em período de férias.

No entanto, as práticas de Extensão Universitária realizadas nessa conjuntura social carregavam a marca do autoritarismo e do assistencialismo, como por exemplo, o CRUTAC, que apesar da sua capacidade de inserção nas comunidades do interior, nessa época, precisamente no ano de 1966, atendia, em parte, aos interesses dos grupos dominantes que buscavam se perpetuar no poder e consolidar a sua hegemonia.

Nesse contexto, a Extensão Universitária, de acordo com a Lei nº 5.540/68, em seus artigos 20 e 40, ficou determinada a oferecer cursos e prestar serviços à comunidade, numa lógica que impossibilitava desenvolver uma prática de extensão que valorizasse o diálogo entre o saber científico e o saber popular. O termo popular aqui utilizado tem como referência a elaboração de Bezerra (apud NETO, 2006), onde o autor desenvolve “um conceito atrelado às práticas direcionadas para o exercício da cidadania, no sentido de que as maiorias possam assumir o seu papel sociopolítico naquela conjuntura”.

Ao nos determos nas falas dos docentes e gestores sobre as concepções de Extensão Universitária presentes nas atuais práticas extensionistas, apreendemos que os mesmos identificam na contemporaneidade ações com enfoque assistencialista, e a extensão emerge como mera prestadora de serviços, embora acreditem numa nova concepção, ainda, em construção na universidade, como relata o Docente N (entrevista 14):

Eu diria que no presente a concepção de extensão tem que ser atualizada, porque o que nós vemos trabalhando hoje na universidade é a ideia de superação de uma visão meramente assistencialista ou disfuncionista, para uma visão mais dialógica, onde, a universidade, mesmo ao fazer algum tipo de atuação, de intervenção, de prestação de serviços na comunidade, sempre incorpore essa dimensão educativa do aluno. Com a dimensão dialógica de troca de saberes com as comunidades, sem aquela ideia de levar e difundir

um saber pronto. E com isso a gente também aprender na interação com a comunidade e fazer com que esse vínculo realmente, aconteça, contribua para inclusão da comunidade nesse diálogo com a universidade, facilite as vias de acesso à universidade, por parte dos movimentos sociais, das organizações da sociedade, numa interação mais profícua, mais produtiva, para ambos, para a universidade que qualifica sua agenda de pesquisa, qualifica seu ensino, suas ações de extensão e pra comunidade também que deve ter um aprendizado e uma qualificação desse processo. Agora, nós já temos experiências que contemplam essa perspectiva, mas também temos uma diversidade de experiências que, ainda seguem, um pouco, o modelo tradicional de extensão, muito presa ainda a difusão ou prestação de serviço (DOCENTE N, entrevista 14).

Observa-se também essa ideia no posicionamento do Docente R (entrevista 18), quando diz:

Eu não posso dizer que a extensão universitária não é assistencialista, eu acho que pode ter algumas coisas que sejam. Mas, eu não acho que é a marca. Eu acho que a marca da extensão universitária, é uma marca de levar pra fora da universidade o que tem sido produzido de mais novo, de transformador, de democrático e direcionado pra minimizar essa situação que é avaliada por nós professores nas bases de pesquisas junto com técnicos e com alunos, como área que precisa de algum investimento, investimento não só financeiros, mas investimento de pessoal qualificado, investimento de novas tecnologias que possam mudar um pouco essa situação do país, é assim que eu vejo (DOCENTE R, entrevista 18).

Corroborando com o entendimento dos docentes, faz-se urgente a superação do assistencialismo e da mera prestação de serviços nas práticas extensionistas, pois essas, ao contrário de promover uma aproximação com as comunidades, gera uma relação desigual, por tratar as pessoas como objeto de interesses individuais, indo na contramão do que se tenta construir, uma extensão emancipatória.

Esse posicionamento é observado pelo Docente D (entrevista 4):

[...] Há uma preocupação de se resgatar esse sujeito histórico, há essa preocupação de adentrar nas questões objetivas, materializadas, de tentar trazer o resgate da autonomia, de crescimento, da conscientização crítica do papel do sujeito, vejo que a universidade vem nessa perspectiva. Há, pelo menos, nos projetos que eu já acompanhei, já participei a tônica assistencialista, tem alguns que entram exatamente por essa questão de chegar lá prestar o serviço e sair, ainda passam por algumas ideias dessa natureza. Mas, a luta dela (extensão) não vai nessa direção, vai para ampliar essa capacidade, ampliar essa percepção e se fazer realmente a construção desse sujeito histórico, de se descobrir a si e descobrir o outro também. Porque não adianta eu me descobrir se eu não percebo quem está do meu

lado. Eu tenho que ter essa sensibilidade de chegar lá, se eu não tiver essa sensibilidade o trabalho vai ficar truncado (DOCENTE D, entrevista 4).

Nessa perspectiva, registra-se, a opinião do Docente G (entrevista 7), que amplia essa reflexão:

[...] A percepção que eu tenho do nosso trabalho é que você não vai levar uma receita, você vai está inovando em metodologias. Então, eu vejo na pesquisa ou no projeto de extensão um crescimento muito grande, exatamente, porque também temos políticas públicas, como eu disse: de 2003 pra cá, é inegável que o governo Lula deu um impulso em todas as políticas sociais que a universidade pública é identificada, ou seja, todas as áreas: saúde, educação, desenvolvimento social, habitação, desenvolvimento urbano, todas tiveram um impulso muito grande. Nas empresas, tem área de muita visibilidade, como na área do petróleo, nas áreas do meio ambiente em todas as esferas tem uma inserção muito grande, a universidade tem projetos muito significativos (DOCENTE G, entrevista 7).

Analizando, ainda, as concepções de extensão presentes nas práticas sociais da Universidade, com base no posicionamento dos entrevistados, observa-se que apesar dos avanços alcançados pelas atividades de extensão, tanto no âmbito acadêmico como também junto à realidade social, ainda existe um distanciamento muito grande da Universidade em relação à sociedade. É preciso, portanto, incorporar a nova concepção de extensão que supera a Lei nº 5.540/68, já citada anteriormente, que restringia a extensão à mera realização de cursos e prestação de serviços como formas de estender à comunidade o ensino e o resultado da pesquisa produzidos na academia. Pressupõe-se assumir uma leitura contextualizada da extensão, na contemporaneidade desvinculada das experiências individualistas, constituindo-se um elemento capaz de efetivar a relação teoria-prática.

Apesar de persistir o caráter assistencialista em determinadas ações extensionistas, já se vislumbra na Universidade uma mudança de concepção que deve ser materializada numa nova práxis que articula teoria e prática, compreendendo a realidade como manifestação de interesses antagônicos e contraditórios, numa perspectiva de transformação de saberes e fazeres de diversos sujeitos sociais. Essa nova postura deve pautar-se no princípio educativo entendido por Gramsci (1989, p. 130) como relação teórico-prática, proporcionando um novo pensar e fazer capaz de desenvolver uma concepção histórica de sujeito e sociedade, caminhando na direção de uma extensão de fato emancipatória.

— A contribuição da Extensão Universitária para a formação cidadã em diálogo com docentes e gestores

Ao fazermos uma reflexão sobre a contribuição da Extensão Universitária para a formação cidadã dos alunos, tomamos como referência o próprio Plano Nacional de Extensão Universitária 2000/2001, que a respeito dessa questão, afirma:

Tem-se hoje como princípio que, para formação do profissional cidadão, é imprescindível sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente e; ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá de enfrentar (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2000/2001).

E ainda,

A extensão, entendida como prática acadêmica que interliga a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, possibilita essa formação do profissional cidadão e se credencia cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2000/2001).

Para discorrer sobre a contribuição da Extensão Universitária no processo de formação cidadã dos alunos, far-se-á uma reflexão, utilizando-se uma visão ampla do conceito de cidadania, uma vez que a prática extensionista é realizada com temáticas de interesse das comunidades em acordo com suas demandas e por isso deve ser abarcada dentro do conceito de cidadania como exercício dos direitos humanos.

Apesar da discussão sobre cidadania ser bastante antiga, ainda permanece inacabada, assumindo um caráter contemporâneo, uma vez que se luta constantemente pela manutenção de direitos adquiridos e pela garantia de novos direitos. No Brasil, a Constituição de 1988 instituiu a dignidade da pessoa humana como princípio fundamental (art. 1º, III), definindo um novo valor que abrange a todo o sistema judicial e que deve ser considerado para interpretação de qualquer dispositivo constante do ordenamento jurídico brasileiro.

Nessa reflexão não se pretendeu aprofundar o conceito de cidadania e a aproximação entre cidadania e direitos humanos, porém, buscamos tecer algumas considerações que deram suporte à análise dos resultados desta pesquisa.

Segundo Manzini-Crove (1991, p. 9), ser cidadão é ter direitos e deveres. Essa definição encontra-se descrita pela Organização das Nações Unidas - ONU desde 1948, na Carta de Direitos, indicando que:

Todos os homens são iguais ainda que perante a lei, sem discriminação de raça, credo ou cor. E ainda: a todos cabem o domínio sobre o seu corpo e a sua vida, o acesso a um salário condizente para promover a própria vida, o direito à educação, à saúde, à habitação, ao lazer, o direito de poder se expressar livremente, militar em partidos políticos e sindicatos, fomentar movimentos sociais, lutar por seus valores. Enfim o direito de uma vida digna de ser homem (ONU – 1948).

Ao situarmos a relevância do que é proposto pela Organização das Nações Unidas, podemos acrescentar que Manzini-Crove (1991) também destaca que o cidadão deve ter deveres:

Ser o próprio fomentador da existência dos direitos a todos, ter responsabilidade em conjunto pela coletividade, cumprir as normas e propostas elaboradas e decididas coletivamente, fazer parte do governo, direta ou indiretamente, ao votar, ao pressionar através dos movimentos sociais, ao participar de assembleias – no bairro, sindicato, partido ou escola (MANZINI-CROVE, 1991, p. 9).

Ressalta-se que o conteúdo do conceito de cidadania só se efetivará se houver a prática da reivindicação, ela deve contribuir estrategicamente para a construção de uma sociedade melhor, composta por sujeitos ativos e criativos. As próprias pessoas devem ser os agentes da existência desses direitos (MANZINI-CROVE, 1991, p. 9). O caminho que visualizamos para que as pessoas se transformem nesses agentes desses direitos é a educação emancipatória, a qual promove a conscientização e provoca a mobilização social.

Para Andrade (1993, p. 129), a conjuntura atual da sociedade brasileira evidencia que, para além de uma cidadania individual, existem demandas por construções de uma cidadania coletiva ao mesmo tempo em que, para além da representação política, a cidadania aponta para a participação em sentido amplo através da evidente politização. O horizonte de possibilidades da cidadania brasileira ultrapassa os limites da cidadania liberal, desafiando seus próprios pressupostos.

Portanto, um cidadão só será considerado como tal se possuir o exercício dos seus direitos humanos, constitucional e legalmente garantidos. Cidadão não é apenas aquele que

vota, mas que tem conhecimento dos seus direitos, instrumentos para efetivá-los e para participar da construção da sociedade.

Nesta pesquisa, as entrevistas com os docentes e gestores mostraram que a Extensão Universitária é a atividade acadêmica que realiza o encontro dos alunos com a realidade social, qualificando a formação profissional pelas experiências concretas vivenciadas no contexto social, como bem relata o Docente G (entrevista 7):

[...] Eu não tenho dúvida o quanto esses espaços têm proporcionado essa formação cidadã. Como eu disse, porque você poder envolver os alunos, nós já temos um tempo que dá pra avaliar isso, 20 anos já dá pra gente avaliar porque nós já temos as gerações formadas atuando, e a gente vê nos projetos, na relação com o trabalho profissional nesses espaços mesmo, quer dizer tem muitos alunos nossos que já atuam independente do nosso trabalho que, atuam nas comunidades, porque são referências e as pessoas chamam “fulano”, porque teve atuação em tal comunidade, que já vem de experiências feitas, então, muito credenciado, exatamente por essa visão, que é um requisito, não é só competência técnica, hoje, que leva a contratação dos profissionais, a exigência desde os editais, editais de concurso, para quem tem experiências e atuação em comunidades, em saber realizar oficinas em interação com grupos (DOCENTE G, entrevista 7).

Sobre a mesma questão, o Docente R (entrevista 18) afirma:

[...] O meu grande objetivo é esse [...] seja nos projetos que eu tenho ou de outras pessoas o que eu tenho visto é que há uma grande preocupação, não só de colocar esses meninos para enxergar um pouco melhor o espaço de trabalho que eles podem ter, mas também de fazer algo por aquela comunidade, dele não só usar aquela comunidade como espaço de aprendizado, mas que esse aprendizado também sirva pra ela mesma. Então, pra mim, o meu grande objetivo é esse. Então, a gente sabe que as condições efetivas da gente aplicar os projetos e tal, elas mudam muito, elas não acontecem da forma como a gente idealiza, mas, eu acho que mesmo, assim, a gente tem brigado por isso. E eu acho que isso, em alguma medida, isso tem acontecido. Acho que pode acontecer mais, mas eu acho que não é um movimento que depende só da universidade, acho que é um movimento que é mais contextual mais amplo (DOCENTE R, entrevista 18).

Um aspecto relevante dessa questão diz respeito à institucionalização das atividades de extensão através da sua inclusão nos projetos pedagógicos dos cursos, isto é, a sua implantação nos currículos de todos os cursos, atingindo a universalidade dos discentes, como se identifica na fala do Docente N (entrevista 14):

[...] para que a extensão tenha essa contribuição na formação da cidadania, é preciso que seja universalizada, ou seja, que o conjunto dos estudantes tenha acesso às ações de extensão desenvolvidas no âmbito da comunidade, das instituições sociais, porque não podemos ver a extensão somente como uma atividade daqueles que já se interessam ou que têm alguma vocação ou alguma motivação social e ideológica, ela tem que ser uma atividade acadêmica oportunizada ao conjunto dos alunos, para isso o conjunto dos docentes e também a participação dos servidores é fundamental, como também a ideia de curricularizar, ou seja, ter uma inserção qualificada dessas ações de extensão no currículo [...] o modelo padrão do conjunto das universidades brasileiras de reconhecimento, como atividade complementar, o que nós consideramos completamente inadequado e insuficiente, porque não contribui, inclusive, pra valorizar a extensão e para reconhecer o seu potencial formativo.

Informa, ainda, que:

[...] O CNPq e a CAPES, que criaram toda uma política de incentivo, de avaliação, de apoio, que viabilizaram o sistema de ciência e tecnologia no Brasil que hoje é reconhecido internacionalmente, o sistema de pós-graduação e a extensão nunca teve nem uma instância do MEC que gerenciasse essa política, já teve até em período do regime militar, mas depois se esvaziou, que era em uma outra lógica e que a gente não quer voltar atrás, mas a necessidade de ter uma instância de interlocução e de gestão no âmbito do MEC e uma agência de fomento que viabilize o apoio as ações de extensão. Nós, já tivemos avanços na luta no fórum de Pró-Reitores de Extensão, nos editais que saem dos vários Ministérios para apoiar ações de extensão, algumas fundações de apoio à pesquisa têm lançado projeto de apoio a projetos de pesquisa e extensão, que viabiliza a aplicação do conhecimento produzido na pesquisa. Mas, são iniciativas que precisam se universalizar e se expandir e mais do que isso ter uma legalidade porque, a toda hora, nós estamos tendo dificuldade de executar, mesmo projetos que são ganhos em editais, porque tem uma restrição, que não pode gastar isso, que não pode pagar bolsa para professor, que não pode fazer isso, que não pode fazer aquilo. Então, esse óbice burocrático legal, hoje, é um dos grandes entraves à expansão e à qualificação das ações de extensão no conjunto das universidades brasileiras. Ações continuadas e permanentes, independente de editais, que viabilizasse você ter mais de milhões de estudantes universitários brasileiros, presentes e atuando em ações de extensão nas instituições públicas, nas escolas, nos serviços de saúde, nas comunidades, nos assentamentos, porque isso iria efetivamente contribuir de forma decisiva pra uma formação diferenciada, cidadã e também pra um aprendizado mútuo na interação com as comunidades que demandam essa presença crítica de busca do conhecimento e de apoio e interação com os movimentos e as comunidades, isso nas várias áreas de atuação da extensão da cultura até a tecnologia que muitas comunidades demandam, mas a gente tem muito, muito ainda, o que avançar nessa área (DOCENTE N, entrevista 14).

Diante dessa reflexão, observa-se que, na análise e concepções dos docentes e gestores sobre a questão em tela, eles reconhecem a importância da Extensão Universitária para formação acadêmica cidadã dos alunos, enfatizando a necessidade da instituição garantir para a universalidade dos discentes a atividade de extensão, assegurando sua institucionalização nos projetos pedagógicos dos cursos, ou seja, com exigência curricular como as demais disciplinas obrigatórias e não apenas como atividade complementar, afastando a ideia da extensão como atividade secundária ou terceiro pilar.

Assim sendo, a universidade como uma instituição pública através da Extensão Universitária e das demais atividades de forma coerente, busca oferecer uma formação acadêmica cidadã aos seus alunos, exercendo o seu compromisso e a sua função social, no que diz respeito à sua contribuição para a emancipação na universalidade dos sujeitos sociais e o pleno exercício da cidadania na coletividade da sociedade brasileira.

5.3 A VISÃO DOS ALUNOS ENVOLVIDOS NAS AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DA COMUNIDADE EXTERNA

Com o objetivo de descobrir o entendimento dos discentes sobre aspectos da Extensão Universitária na contemporaneidade, analisa-se, a partir de agora, seguindo os mesmos procedimentos adotados junto aos docentes, qual a visão dos alunos e das comunidades onde são desenvolvidas as ações de extensão sobre a mesma temática.

Assim, foram questionados sobre alternativas para a universidade pública brasileira, frente à sua crise de legitimidade. Quais seriam essas alternativas? Os Entrevistados manifestaram suas opiniões com base nas suas vivências:

— Alternativas para a crise de legitimidade da universidade pública em diálogo com discentes e comunidade

Em torno da discussão sobre a crise de legitimidade da universidade pública junto aos discentes e pessoas da comunidade, identificamos que na totalidade dos entrevistados, eles acreditam na existência dessa crise, diferente do segmento docente, em que observamos divergências de opiniões nessa questão.

Analisando as opiniões dos alunos a respeito da presente crise de legitimidade das universidades públicas brasileiras, consideramos pertinentes, uma vez que em seus questionamentos abordam a realidade do distanciamento das universidades públicas com as

problemáticas sociais e consequentemente a sua dificuldade em responder efetivamente às demandas oriundas, principalmente, das classes populares.

Para Santos (2008), as crises de legitimidade, de hegemonia e institucional, enfrentadas pela universidade pública brasileira, encontram-se intimamente ligadas, só podendo ser enfrentadas em conjunto, estando suas determinações diretamente relacionadas com o desenvolvimento do processo industrial do século XX.

Acrescenta, ainda, Santos (2008, p. 16) que:

No momento, porém, em que o Estado [...] decidiu reduzir o seu compromisso político com as universidades e com a educação em geral, convertendo esta num bem que, sendo público, não tem que ser exclusivamente assegurado pelo Estado, a universidade pública entrou automaticamente em crise institucional. Se essa existia antes, aprofundou-se. Pode dizer-se que nos últimos trinta anos, a crise institucional da universidade na grande maioria dos países foi provocada ou induzida pela perda de prioridade do bem público universitário nas políticas públicas e pela consequente secagem financeira e descapitalização das universidades públicas [...].

Diante dessa realidade, é preocupante a situação das universidades brasileiras no século XXI, pois, “O Estado, ao colocar a educação no campo de serviços, deixa de considerá-la um direito dos cidadãos e passa a tratá-la como qualquer outro serviço público, que pode ser terceirizado ou privatizado” (CHAUI, 2001).

Em vista disso, a universidade pública brasileira vem enfrentando nos últimos anos sucessivas crises, fazendo-se urgente e necessária a elaboração de um novo modelo de universidade pública, em particular para “recuperação da sofrida universidade brasileira” (SANTOS, 2008).

Apreendemos das ideias desse autor, com a pertinência de sua análise, o fragmento que segue

Por tudo o que vale, compartilhamos o projeto político do sábio geógrafo baiano: o novo não pode ser um fim em si mesmo, a novidade tem que ter sentido social e histórico, para transformar esse mundo tão desigual. Por isso, nosso projeto de mudança quer, sem preconceitos e com imaginação, como Milton Santos certamente sonhou tornar a universidade brasileira uma instituição radicalmente pública, de fato popular. Eis a questão crucial, desafio maior para a universidade nova: como popularizar sem vulgarizar, como pagar a dívida social da educação brasileira sem destruir o sonho de uma universidade responsável, competente e criativa (SANTOS, 2008, p. 256)

Dialogando com os discentes sobre a crise de legitimidade pela qual passa a universidade pública, cita-se o pronunciamento do Discente L (entrevista 12), ao abordar que:

[...] Vários autores citam três crises, mas considero que a principal delas e a mais debatida aqui no Brasil é a crise de legitimidade frente à sociedade. O pessoal olha para a universidade, e diz: o que é que o pessoal está fazendo, principalmente na universidade pública? A pergunta é referente ao que é que estão fazendo com o dinheiro que a população paga, está estudando com o dinheiro público e, estão fazendo o quê? É uma crise severa, é uma crise forte, eu concordo que falta legitimidade neste aspecto e alternativas para ela seriam várias [...] a melhor forma de resolver essa crise era mostrar resultados. Que a pesquisa no Brasil, que o ensino no Brasil fosse suficiente, fosse efetivo, resolvesse os problemas que lhe são propostos, porque teoricamente quem está aqui na universidade pública brasileira deveria está pensando no Brasil e no mundo e no local, problemas que se apresentam de uma forma geral e a gente não está dando está contra-resposta e está passando os anos na universidade e depois vai embora, mais ou menos resolve a própria vida de cada um ou nem chega a resolver, isso, e não resolve os problemas da sociedade, seja, de Natal, do Rio Grande do Norte, do Brasil ou um problema conjuntural. Então, eu acho que essa é a principal crise que existe e a solução seria meter a cara nos livros? (DISCENTE L, entrevista 12).

Na análise das falas dos discentes acerca da questão em tela, identificou-se, também, uma preocupação em contextualizar a temática da crise na universidade brasileira com a conjuntura social vigente na qual está inserida a instituição de ensino superior pública, como destaca inicialmente o Discente A (entrevista 1), ao afirmar:

[...] A crise de legitimidade da Universidade Pública está muito relacionada à política de Estado, à política de governo, às políticas neoliberais que não fortalecem a Universidade Pública, não fortalece a política estudantil, então é o resultado realmente do neoliberalismo, do individualismo mesmo, de cada um buscar o seu e não haver essa preocupação de fazer com que as pessoas, elas possam estar inseridas no contexto da universidade, mas pensando na coletividade, e não cada um buscando o que é do seu interesse [...] Vejo também que dentro da universidade há alguns debates, mas eles não chegam a todos os cursos, existem, nos cursos que trabalham com as questões humanas e sociais, outras áreas não participam destes debates, não são de seus interesses [...] Então, a universidade, precisa fazer com que este debate atinja todas as áreas, acho que vai neste sentido [...] (DISCENTE A, entrevista 1).

Nessa mesma visão é observada a opinião do Discente J (entrevista 10), quando diz:

É uma crise que não é só da universidade, é uma crise da democracia brasileira como um todo, [...] se a universidade é pública quem é que participa hoje da universidade? Quem são os estudantes que estão dentro da universidade? São representantes do povo, de todos? Não, a gente sabe que não, é uma fração de uma elite. Uma elite que consegue entrar, que é um método meritocrático de entrar na universidade, com todos os problemas que tem esse método. Então, a universidade, enfrenta uma crise de legitimidade partindo dessa perspectiva. Com certeza, têm soluções, já têm projetos de leis, das questões das cotas, eu acredito numa cota que dê uma inclusão maior para quem vem das escolas públicas, que é necessária [...] uma das mudanças que vem ocorrendo é justamente a Extensão Universitária, como enfrentar uma extensão universitária, que possa realmente está devolvendo isso ao povo, não só no sentido desse povo poder entrar na universidade, ter acesso à universidade, que tem uma função social [...] mas porque a educação é meio para conhecer e instrumentalizar esse conhecimento em uma prática social (DISCENTE J, entrevista 10).

E, ainda, sobre a mesma questão, traz-se o posicionamento do Discente C (entrevista 3), que afirma:

[...] a universidade [...] ela tem esse papel de formação, não só de formação educacional, mas também social, política, de visão crítica. E eu acredito que os estudantes não vêm com essa concepção de se aperfeiçoar, para se formar, muitas vezes você acha que está aqui para cumprir exigências do mercado, que você tem que ter curso superior, que você vem para a universidade para ganhar mais teoricamente [...] a instituição, ela sofre também por uma conjuntura que é bem maior, ela tá dentro de uma conjuntura, que é como eu falei, tem esta questão do mercado, tem essas exigências todas que chegam também pra ela. Eu espero que dentro da proposta que a universidade tem pelo ensino, a pesquisa e a extensão, ela proporcione outras perspectivas [...] (DISCENTE C, entrevista 3).

Refletindo, ainda, sobre essa questão, destacam-se as opiniões dos Discentes K, E e O, que se expressam vislumbrando alternativas de saída para essa crise da universidade pública. Um dos membros de uma das comunidades onde se realizam ações extensionistas, o Comunitário M, enfatiza a importância da aproximação da universidade com a comunidade como alternativa, como se vê em seu posicionamento:

[...] A universidade por muito tempo esteve fechada, é um lugar de se aprender e de se adquirir conhecimentos, mas esses conhecimentos têm que estar à disposição da comunidade, do público [...] há algum tempo a universidade tem saído das suas quatro paredes e se voltado mais para a comunidade através dos cursos de extensão, isso é um caminho [...] que

ainda tem muito a ser feito, por exemplo, poucos cursos, ainda, realizam essa atividade [...] contribuem com a comunidade fora da universidade [...] outro ponto é buscar identificar problemáticas, onde é que a universidade poderá está intervindo na comunidade diante de uma demanda que, muitas vezes, a comunidade sozinha não dá conta. A comunidade tem um conhecimento, mais às vezes precisa da universidade, precisa de um órgão maior onde é produzido o conhecimento para poder fazer essa aplicabilidade e essa resolução do problema (COMUNITÁRIO M, entrevista 13).

O Discente K enfatiza o envolvimento de discentes e docentes nas comunidades com o seguinte pronunciamento:

[...] Desde que eu entrei as coisas progrediram muito, tanto na questão de infraestrutura como do acesso, dos alunos de escola pública [...] tem muitos professores e alunos envolvidos com as questões sociais, no sentido de que a universidade retorne para sociedade aquilo de quem ela está recebendo e é público (DISCENTE K, entrevista 11).

Na opinião do Discente E, o Governo Federal tem contribuído com a universidade para superação dessa crise, conforme relata:

A gente já vive uma nova forma de pensar a universidade atualmente, principalmente, nos últimos anos, não é nem puxando para o governo Lula, mas realmente o governo do PT, o Governo Federal tem injetado muitos recursos nas Universidades e tem se pensado a universidade de uma forma diferente, não só pela ampliação das universidades como o projeto REUNI, que tá permitindo que a revolução ocorra dentro da universidade, que é fazer a função social do conhecimento acontecer, quando permite que todas as camadas da população tenham acesso e não só as mais elitizadas como era o que realmente vinha ocorrendo, mas que a universidade seja realmente representativa, do que essa população é e que permita essa oxigenação de ideias [...]. Você garantir apoio técnico, recursos, pra alunos que vêm de escola pública, que realmente precisam de grana para se manter [...] não só de entrada, mas também de garantir a permanência [...] essas são as mudanças necessárias que, em certa medida, já estão vindo (DISCENTE E, entrevista 5).

E, pela complexidade dessa questão, destaca-se, ainda, a manifestação a seguir:

[...] levar o ensino a um maior número de pessoas, você conseguir fazer pesquisa de boa qualidade e se você conseguir ter esse contato maior com a comunidade através dos projetos de extensão, eu acho que essa é a forma que a universidade tem de se legitimar e de fazer bem o seu papel perante a sociedade, porque isso aqui é dinheiro público, então de certa forma a gente tem que prestar contas do que acontece aqui dentro, de como é o nosso

ensino, do que a gente aprende, para sociedade que é quem contribui para que a gente esteja aqui. Então, ações voltadas para comunidade, pesquisas de qualidade e o ensino de qualidade isso é a forma (DISCENTE O, entrevista 15).

À medida que aprofundamos a análise, com base nas falas dos discentes, pudemos apreender que os mesmos não se restringiram às reflexões sobre a temática, além das expectativas, eles trouxeram para este estudo contribuições a partir do seu entendimento sobre a crise de legitimidade da universidade, como o Discente Q (entrevista 17), que também sugere medidas para superação dessa crise de legitimidade:

[...] Para que a universidade consiga superar essa crise de legitimidade, eu creio que a universidade tenha que buscar desenvolver mais a própria comunidade, o próprio conhecimento, desenvolver o próprio Rio grande do Norte, no caso da Universidade Federal do Rio Grande do Norte [...] para que ela tenha legitimidade, precisa está mais próximo de um conhecimento comprometido com a instituição povo, com os problemas do povo e superar esses problemas. Não o academicismo, por exemplo, ser mais um problema. Eu creio que a universidade está aí pra juntar o conhecimento popular e o conhecimento científico de forma que supere essa crise de legitimidade (DISCENTE Q, entrevista 17).

Diante dessas reflexões, identificamos que, na totalidade dos entrevistados, eles concebem a crise de legitimidade da universidade e sugerem como alternativa uma maior aproximação da universidade com a sociedade, principalmente com as comunidades populares, numa relação dialógica, capaz de encontrar soluções para os problemas da coletividade.

— A Extensão Universitária como espaço de compromisso social da universidade pública na sociedade em diálogo com discentes e comunidade

O diálogo com os discentes e pessoas da comunidade, envolvidos em atividades de Extensão Universitária sobre a questão em tela, implica em compreender a Extensão Universitária como um espaço privilegiado do encontro entre o conhecimento científico e o conhecimento popular para a produção de novos saberes, um caminho para a pesquisa e para o ensino vinculado à realidade social, como bem expressa o Comunitário M (entrevista 13), a seguir:

[...] Inserir-se na comunidade. Conviver com as realidades existentes, a gente sabe que isso é um papel que vai ser feito por ambas as partes, universidade e comunidade, tem que haver uma interação, uma vivência e convivência, para que isto seja possível. E eu acredito que nessa saída da universidade, *ou melhor, do* entrar da universidade no meio do povo, da comunidade, vai ser muito bom para a universidade porque vai atrelar a prática à teoria, a prática desde o seu início e não vai ter um choque, por exemplo, quando você adquirir o seu diploma ou concluir o seu curso, ser jogado lá ou de repente se deparar com um problema que você, muitas vezes, ouviu falar pelos teóricos nos livros, estudou nos livros, mas você não vivenciou aquilo na prática. Então, essa interação da universidade com a comunidade é de suma importância (COMUNITÁRIO M, entrevista 13).

Observamos que tanto os discentes quanto o comunitário entrevistados identificam a Extensão Universitária como uma atividade que proporciona a relação da Universidade com a sociedade, criando um canal de diálogo e interação da mesma com as comunidades, imprescindível para formação acadêmica, como se ver no entendimento do Discente Q (entrevista 17), quando este aborda:

A extensão universitária é exatamente essa aproximação da universidade com a comunidade e uma forma de se desenvolver, é o braço da universidade na comunidade. Então, a extensão universitária tem um grande papel, a pesquisa também tem seu papel, a pesquisa que sirva à comunidade [...] algo que legitime a ação da universidade, a construção do conhecimento da universidade, um conhecimento que sirva mesmo a sociedade. A extensão universitária deve fazer essa ação e o conhecimento a serviço das pessoas e não algo para dentro dos muros [...] os profissionais vão ter que dar uma resposta para sociedade e muitas vezes, esses profissionais não sabem dos problemas, não sabem o que a comunidade pensa, não sabem o que a dinâmica social está construindo e acaba se fechando para dentro dos muros e quando saem da universidade, sai um profissional defasado por não ter uma extensão universitária inserida na sua formação [...] A universidade tem que buscar meios de desenvolver o seu conhecimento não só nas salas de aula, não só nos seus laboratórios, mas na dinâmica social [...] (DISCENTE Q, entrevista 17).

Ao longo da nossa pesquisa, foi possível destacar que existe um posicionamento crítico sobre a universidade pública. De um lado, docentes e gestores preocupados com a crise de legitimidade da universidade, ou com as crises que perpassam o seu cotidiano, isto sem perder de vista, as possíveis alternativas de superação. De outro, não em oposição, mas somando-se a esses, os discentes e comunitários com uma visão crítica mais contundente em

relação à existência da crise de legitimidade da universidade, na qual está imersa a Extensão Universitária, foco de nosso estudo.

É importante, assim, trazer à tona o entendimento do Discente O (entrevista 15), quando sublinha a relevância da Extensão Universitária, ou seja, da universidade atuando extramuros, dialogando com as comunidades, fazendo valer sua missão. O Discente O (entrevista 15) se expressa como segue:

Eu acho que tem um papel super importante a extensão, porque é o canal que liga a universidade às comunidades e a gente aprende muita coisa no tempo da universidade, não somente na sala de aula [...] levar esse conhecimento que a gente vem aprendendo durante os nossos cursos e fazer circular pra as comunidades, para a sociedade de forma geral, isso é, o papel da extensão. E eu acho que isto não é bem aproveitado, de uma forma geral pela universidade, não se dar tanto crédito como se dá à pesquisa, por exemplo [...]. Além da questão da visibilidade da universidade, porque você acaba saindo dos muros da UFRN, a população acaba de certa forma tendo a oportunidade de conhecer um pouco como é a universidade [...] torna-se conhecida pelas pessoas que, muitas vezes, não têm oportunidade de ter acesso [...]. Quando você vai trabalhar em comunidades carentes ou em bairros periféricos da cidade, as informações que eles têm são muito poucas, assim, você acaba sendo um elo de ligação entre a comunidade e a universidade [...] (DISCENTE O, entrevista 15).

Ao tomarem a palavra, os discentes não só relatam como analisam que, através das práticas extensionistas ampliam seus conhecimentos e contribuem para a conquista da cidadania, buscando estabelecer com as comunidades uma relação de respeito e troca de saberes.

Os discentes têm clareza da importância da relação teoria/prática para sua formação e consideram a extensão como o lugar adequado para o encontro dessas duas dimensões. Ressaltam que a produção do conhecimento tem que considerar a dinâmica social e, para tanto, deve ser elaborado também fora das salas de aulas e dos laboratórios, considerando o conhecimento popular com vistas à construção de um novo conhecimento.

Consideram, ainda, que dos três pilares (ensino, pesquisa e extensão) da universidade, a extensão é a menos reconhecida, não há apoio institucional suficiente para a sua realização, apesar do aumento da participação de alunos e articulação de professores. Insistem que é preciso que se olhe com mais atenção para a extensão, apesar do trabalho que esta possa apresentar e que faz parte da formação acadêmica integrada e cidadã.

Em sua fala, o Discente A (entrevista 1) relata que a Extensão Universitária tem, aumentado o número de ações, como também o envolvimento de discentes e docentes,

assumindo o compromisso social da universidade junto à sociedade, no entanto, percebe uma deficiência no quadro de docentes, pelas razões apontadas em sua fala, transcrita abaixo:

[...] A universidade prepara os alunos, não só no âmbito acadêmico, ela prepara para o mercado de trabalho [...] aí quando a universidade proporciona ao aluno essa atividade de extensão [...] a universidade cresce, porque o aluno vai trazer o que ele está vivenciando na realidade fora da universidade, então, há essa via de mão dupla, você permite, dar subsídios para o aluno ir para atividade de extensão e você recebe o que o aluno traz de lá, assim a universidade também recebe conhecimento na atividade de extensão. Se for só o ensino, é aquele papel do professor e o aluno, então é só do professor para o aluno. Quando o aluno tem a possibilidade de ir, ele traz esse conhecimento que foi produzido fora dela. Algo que eu acho preocupante é que eu não percebo a universidade dando possibilidade ao professor de trabalhar com mais tranquilidade, porque o professor em qualquer departamento é cheio de atividades, tem disciplina, tem acompanhamento e orientação de monografia, pesquisa, então, é cobrado desse professor tanto, a ponto dele não poder se comprometer com mais orientação de projeto de extensão. Eu vejo que a extensão é super importante para a universidade, como instituição, para o aluno e o professor e para sociedade, mas eu não vejo o apoio [...]. Há mais oferta, mais desenvolvimento de projetos de extensão, mas não aumenta o número de professores, não há muitos concursos, então os poucos professores que tem não podem dar conta da demanda. Então, a universidade, poderia investir mais na inserção de novos professores, mais concursos e possibilitar que os professores tivessem mais experiências (DOCENTE A, entrevista 1).

Ficam evidentes as limitações da política educacional do ensino superior na atual conjuntura neoliberal, que exige do professor uma certa quantidade de atividades, mas não se preocupa com a qualidade, e nem tão pouco com o exercício da função social da universidade. Essa política em relação à Extensão Universitária, que consideramos ser o caminho para que a universidade cumpra sua função, não oferece sequer as condições necessárias para que se possa realizá-la efetivamente com qualidade, onde se tenha assegurado todos os meios adequados, como: recursos financeiros, pessoal qualificado, estrutura física, equipamentos, transportes, entre outros.

— As concepções de Extensão Universitária presentes nas práticas extensionistas na UFRN em diálogo com discentes e comunidade

Na visão dos entrevistados discentes e da comunidade externa sobre quais concepções de Extensão Universitária estão presentes nas práticas extensionistas desenvolvidas no período de 2008 a 2010, pela UFRN na temática direitos humanos e justiça,

como já foi abordado no diálogo com os docentes e gestores, pôde-se identificar, através das opiniões expressas pelos entrevistados, que a extensão é perpassada por duas concepções presentes nas atuais práticas extensionistas: uma em construção, voltada para as problemáticas da realidade social e outra que mantém e reforça em sua atividade o aspecto assistencialista, não firmando um compromisso social com a comunidade, mas usando-a como objeto para depósito de seus conhecimentos e de suas intervenções, sem nenhuma preocupação com os seus resultados na comunidade, nem tão pouco com a sua continuidade, como se pode ver no relato da Discente O (entrevista 15) a seguir:

Hoje em dia existem ainda esses dois blocos um de cunho mais assistencialista e outro que está realmente preocupado com as comunidades. É muito difícil, às vezes, porque, mesmo, você não querendo, os trabalhos terminam sendo pontuais, sendo isolados, não tendo continuidade [...] é uma preocupação que eu tenho também, porque, depois que você termina aquele trabalho na comunidade e depois, como é que fica? Você não tem uma avaliação de como aquilo afetou a população ou se você pode voltar depois para continuar o trabalho [...] às vezes, pode ter esse caráter assistencialista, mas, não é sinal que não estejam preocupados com as problemáticas da comunidade, tem os limites, a gente tenta superá-los, às vezes consegue, outras não consegue [...] algumas atividades de extensão da UFRN são realmente pontuais e têm esse objetivo de intervir de forma imediata naquela problemática, naquela comunidade e pronto. Outros têm uma preocupação maior, já a estrutura um trabalho a longo prazo, com uma avaliação e a intervenção, acaba tendo um efeito mais positivo, porque você consegue realizar um trabalho mais efetivo com a comunidade, então, eu acho que ainda tem esses dois tipos de atividades na UFRN (DISCENTE O, entrevista 15).

Essa postura representa para nós uma extensão ultrapassada, carente de mudanças em seu fazer, o que em FREIRE (1977, p. 26) apreendemos:

Na medida em que, no termo extensão, está implícita a ação de levar, de transferir, de entregar, de depositar algo em alguém, ressalta, nele, uma conotação indiscutivelmente mecanicista. Mas, como este algo que está sendo levado, transmitido, transferido (para ser, em última instância, depositado em alguém – que são [...]) é um conjunto de procedimentos técnicos, que implicam em conhecimento. Que são conhecimentos? Se impõem as perguntas: será o ato de conhecer aquele através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe pacientemente um conteúdo de outro? Pode este conteúdo, que é conhecimento de ser “tratado” como se fosse algo estático? Estará ou não submetendo o conhecimento a condicionamentos histórico-sociológicos? Se a pura tomada de consciência das coisas não constitui ainda um saber “saber cabal”, já que pertence à esfera da mera opinião [...], como enfrentar a superação desta esfera por aquela em que as coisas são desveladas e se atinge a *razão* das mesmas?

Nesse sentido, observou-se essa mesma preocupação no relato do Discente L (entrevista 12), que diz:

[...] É muito disseminado, é muito desestruturado, é muito descoordenado, porque você vai ver algumas experiências de extensão universitária aqui na UFRN que dão muito certo, *mas em âmbito restrito*. Então, a UFRN realiza alguma extensão de verdade? Que faz essa troca, que faz essa comunicação, para além da comunicação, Paulo Freire, com a sociedade, tem! Tem essas propostas, mas elas são completamente desarticuladas com outras e a UFRN perde muito nisso. Então, ela faz extensão de verdade? Faz. Mas não é ainda o que eu acho que deveria ser uma extensão ideal (DISCENTE L, entrevista 12).

No universo dos discentes foram identificados entendimentos de negação à existência das práticas extensionistas com o enfoque assistencialista, como se pode observar no posicionamento da Discente C (entrevista 3):

[...] Eu não enxergo como sendo assistencialista, [...] enquanto bolsista de extensão eu procuro não direcionar para esta forma [...] são ações voltadas para a questão de publicização de direitos, para esclarecimentos de direitos, para levar informações para essas pessoas, e não somente está ali porque elas estão de certa forma à margem ou elas estão numa situação, que eu vou usar e vestir a roupa da universidade, pra fazer assistencialismo, eu estou ali enquanto futura profissional, com valores éticos e políticos que eu tenho que o curso me proporciona isso, então não vejo como assistencialista ou mera prestação de serviço, não! Eu vejo isto como uma forma de estender a formação da universidade para a sociedade, procurando sempre garantir direitos pra essas pessoas. Não somente fazer ações pontuais e emergenciais (DISCENTE C, entrevista 3).

Portanto, diante do que nos é apresentado por Paulo Freire, e nas concepções dos entrevistados que participaram deste estudo, é que se corrobora que a prática extensionista com enfoque assistencialista e mecanicista deve ser superada.

A outra concepção identificada nas práticas de extensão se apresenta de modo contrário, uma vez que prioriza a dimensão dialógica, valorizando a troca de saberes com as comunidades, rejeitando a ideia de “depositar” um conhecimento pronto, incorporando a ideia de aprender nessa interação com a comunidade, desvendando a realidade social, possibilitando que, juntas, construam novos caminhos na direção da resolução das problemáticas sociais existentes, bem como contribuindo para o pleno exercício da cidadania

de todos, identificada nas contribuições da comunidade. Nessa direção, a Comunitária M assim se pronuncia:

Eu vou falar pela minha comunidade. Eu acredito que aqui em Mãe Luiza a universidade, ela, não presta um serviço, digamos assim, assistencialista, não! Ela, de fato entra na vida da comunidade, entra na luta da comunidade e faz a coisa acontecer junta. Então, a participação da comunidade é muito importante nesse sentido e também da universidade, porque esse enfoque teórico, muitas vezes, nos falta esse caminho, apontar as soluções e a comunidade dar a sua fala, expressa a problemática e a universidade, ela, vem junto com a comunidade e entra se insere na luta e provoca uma mudança, uma ação que muitas vezes tem resultado satisfatório (COMUNITÁRIA M, entrevista 13).

Outro discente, sobre a mesma questão, destaca que:

[...] Projetos que têm esse sentido realmente de mexer com a realidade, de fazer com que esse conhecimento que se adquire e que circula na universidade sirva para outras coisas e para outras pessoas e não só para os indivíduos subirem de vida, ou enfim, ter uma profissionalização, trabalhar, mas que sirva também à população, que ultrapasse estes muros, que democratize. Que outras pessoas também se envolvam, que tenham acesso a toda essa informação, que fica tão fechada. Cada extensão tem sua finalidade e surge para suprir uma coisa que se acha interessante [...] a gente tenta trabalhar nessa tentativa, de dar acesso a esse conhecimento, como forma de permitir que as pessoas se emancipem [...] dar espaço à extensão, e não a qualquer extensão, mas a nossa forma de fazer extensão, a extensão popular. Cada projeto tem seu objetivo e sua finalidade e a sua forma de pensar sobre o próprio projeto (DISCENTE E, entrevista 5).

Observamos que em distintas falas o entendimento de extensão se fez presente numa perspectiva participativa, conforme expressa o Discente K (entrevista 11):

A extensão que eu conheço da UFRN, ela é super participativa. Eu sei pelo projeto que eu participei em Mãe Luiza, que é um projeto muito responsável e importante, tanto quanto a universidade participa, vendo as prioridades junto como a comunidade, ela dá assessoria não é assistencialista. A gente vê que as pessoas que têm contato com o projeto, elas têm uma formação diferente no nível de participação, por exemplo, quando ia para a votação de uma questão de Natal, a gente percebia que a comunidade que tinha assessoria tinha muito mais apropriação do tema e tinha muito mais visão do político (DISCENTE K, entrevista 11).

No processo de desvelamento do real não foi possível precisar exatamente o percentual das ações de extensão desenvolvidas na lógica assistencialista e na dialógica na

UFRN, mas podemos destacar que, no atual momento histórico visualiza-se ainda a presença dessas duas lógicas nas práticas extensionistas. Também é verdade que há um movimento de reconhecimento e valorização da atividade de Extensão Universitária no âmbito das universidades como sendo essencial para formação acadêmica cidadã e uma preocupação com a reconstrução e atualização do seu conceito pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX.

Corroboramos, mais uma vez, neste trabalho com o pensamento de Faria (2001, p. 7),

É preciso repensar o extensionismo universitário em uma dimensão em que os discentes e a população sejam atores mais ativos e que o objetivo maior seja a construção de uma sociedade de paz, mais justa, mais humana e mais feliz. Certamente essa é a grande revolução de que se necessita hoje.

Nas entrevistas com os discentes e com as pessoas da comunidade envolvidas com atividades de Extensão Universitária, observamos que todos consideram a Extensão Universitária como uma atividade estreita a relação da universidade com a sociedade.

Afirmaram os entrevistados que as práticas extensionistas ampliam os seus conhecimentos e contribuem para a formação pessoal e acadêmica cidadã, permitindo estabelecer com as comunidades uma relação de respeito e troca de saberes. Percebem a importância da relação teoria/prática para sua formação e consideram a extensão como lugar privilegiado de encontro dessas duas dimensões. Ressaltam que a produção do conhecimento tem que considerar a dinâmica social e, para tanto, deve ser elaborado também fora das salas de aulas e dos laboratórios, valorizando o conhecimento popular com vistas à construção de um novo conhecimento, como bem se constata nas preocupações do Discente Q (entrevista 17), a seguir:

O que eu vejo na UFRN, é que tem um campo da extensão bem difusa. A pessoa pode [...] fazer uma simulação e sai com um certificado de extensão universitária como pode ir para comunidade, fazer um trabalho de retorno realmente, que eu enxergo que esse que é o retorno à sociedade [...] o nosso estatuto, diz: que a extensão universitária é esse elo da universidade com a comunidade pautada por práticas transformadoras [...] Tem espaço para extensão mais popular, tem um espaço para o saber popular. Tem muitas iniciativas, como o Conexões de Saberes [...] Saúde e Cidadania e também tem cinema nas comunidades, assim, tem a construção do conhecimento popular e científico e essa resposta à sociedade. Agora, a universidade permite, também, um grande leque de extensão universitária, bem difusa, bem diversa na UFRN (DISCENTE Q, entrevista 17).

Os discentes consideram que, entre as atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), a extensão é a menos reconhecida, não havendo, na opinião deles, apoio institucional suficiente para a sua realização, apesar do aumento da participação de alunos e da articulação de professores. Insistem que é preciso se olhar com mais atenção para a Extensão Universitária e ressaltam a importância dessas atividades, que fazem parte da formação acadêmica integrada e cidadã. A seguir, temos as falas dos Discentes A e J, que ilustram bem tal discussão:

Uma crítica que eu faço é que esses projetos, eles possam proporcionar não só no momento do desenvolvimento do projeto, um retorno pra sociedade, como depois, por exemplo, no Trilhas, o Programa é excelente, pela interdisciplinaridade, pela forma como as coisas são conduzidas, pela orientação que a gente tem, liberdade de fazer atividade, mas depois a universidade, ela não garante que o aluno possa voltar para aquele município para vê os resultados daquela ação inicial. Então, eu vejo que a extensão ela tem que ter um tempo maior, porque quando se trabalha com ser humano, você não pode esperar resultados, como quando você trabalha com coisas mais técnicas, com a matemática, com a física, com a química, que você faz e já vê um resultado. Quando você trabalha com ser humano, tem a questão da subjetividade, das dificuldades que se encontra ali naquele processo, naquele percurso. Então, a ação de extensão teria que ser num tempo maior. É como se ele plantasse uma semente que talvez ele não vá ver aquela semente desenvolver. Uma crítica que eu faço é que esta extensão, ela, pudesse acontecer por mais tempo, não fosse um tempo, assim, tão pequeno (DISCENTE A, entrevista 1).

Diz ainda o Discente J (entrevista 10):

Hoje, o que eu vejo, assim, como estudante é que a extensão, muitas vezes é feita pelos alunos. Os alunos procuram os professores, porque os alunos sentem essa necessidade de conhecer outras realidades, de tá saindo de uma realidade micro para uma realidade macro e muitas vezes os alunos vão por cima de pau e pedra pra poder estar realizando uma extensão universitária. Então, o que é que eu vejo, eu vejo a universidade, como um instrumento dos estudantes, que deveria ser o contrário (DISCENTE J, entrevista 10).

— A contribuição da Extensão Universitária para formação cidadã em diálogo com discentes e comunidade

De acordo com a análise dessas falas, observamos que a opinião dos discentes e da comunidade sobre a importância da Extensão Universitária para formação cidadã segue na

mesma direção das reflexões dos docentes e dos gestores, ou seja, consideraram como atividade imprescindível para qualificação profissional, já que proporciona a relação teoria/prática e, sobretudo, o contato com a realidade social e com o espaço de atuação profissional.

Segundo Toscano (2006, p. 106),

A extensão universitária no Brasil, a partir dos anos de 1990, tem se apresentado como uma das possibilidades de abertura da universidade à comunidade, buscando dialogar com os diferentes saberes externos ao campo acadêmico. Isto retrata um novo fazer universitário, pautado numa proposta de formação cidadã, pois as práticas extensionistas identificam os espaços externos à academia como locais de aprendizagem permanente e inovadores.

Esse entendimento é observado no posicionamento do Discente Q (entrevista 17):

Com certeza, hoje em dia, eu enxergo a extensão como a única forma de construir essa formação cidadã. Infelizmente, hoje o nosso ensino e na nossa pesquisa jurídica, eu falo da pesquisa jurídica, nesse sentido, há um distanciamento gigantesco de uma formação cidadã, porque eu enxergo que a formação cidadã é uma formação exclusiva, é uma formação que as pessoas possam exercer os seus direitos e conhecer. Então, a formação cidadã na universidade e na comunidade acontece a partir da extensão [...] (DISCENTE Q, entrevista 17).

Todos esses posicionamentos nos fazem entender que a cidadania representa uma condição humana historicamente definida e que sofre variações de acordo com o contexto sociopolítico e econômico. Por exemplo, ser cidadão no Brasil é bem diferente de ser cidadão na Alemanha ou nos Estados Unidos, devido às especificidades dos sistemas jurídicos de cada lugar. No entanto, pode-se pensar que a cidadania, na sua máxima dimensão, deveria assegurar o pleno exercício da democracia.

Para Carvalho (2005, p. 11), “[...] a própria cidadania é um fenômeno histórico”. Ele revela ainda que nos lugares onde a cidadania se desenvolveu mais rapidamente foi implantada a educação popular, demonstrando a fundamental importância da educação para a formação do cidadão.

Foi a partir das Revoluções, Inglesa, Americana e Francesa que foram criados os fundamentos da cidadania, que tinham como objetivo garantir os direitos individuais, políticos e sociais, conquistados nos séculos XVIII, XIX e XX, respectivamente.

Assim sendo, o termo cidadania não traduz apenas a conquista de direitos legais, mas significa também respeito, solidariedade, apoio ao próximo, acesso à informação, liberdade de pensamento e expressão. Como se observa no entendimento do Discente A (entrevista 1):

Uma universidade que se volta para o aluno e para o professor, por exemplo, contribui muito para nossa formação tanto acadêmica, quanto pessoal, aí, a gente pensa em relação à cidadania. O que é? É você saber que tem direito. É você usufruir daquele direito. É você pensar não só – porque quando se fala em cidadania, talvez, as pessoas pensem logo – em comida, alimento, em fome, moradia. Mas, eu vejo outras questões também, mais subjetivas do seu ser social, Quem é você? Onde você está? O que você está fazendo? O que você pode fazer? E eu acho que as ações contribuem para que a gente possa pensar nesta perspectiva de uma cidadania ampla, de uma cidadania que não tem somente a questão do direito em debate, mas as pessoas exercendo esse direito, de participar, de crescer, de se desenvolver. Isso com certeza, quando você chega com uma ação, no local onde você está desenvolvendo uma atividade, onde as pessoas ao verem aquilo e elas trabalham juntas, elas também devem pensar sobre isto. Elas estão exercendo a cidadania delas, ter direito a participar, ter direito a opinar, ter direito a não concordar e ter direito até a não participar, de dizer não quero participar, hoje não é interessante para mim. E outra vez, você vai de novo e ela participa, então, ela está exercendo a liberdade, isto é cidadania também [...] O viés da educação está muito ligado ao direcionamento político, à educação política, então, se os estudantes não têm aí uma educação voltada para emancipação humana, para a dignidade, ele vai muito mais pelo viés econômico. Você se forma para você ter o seu trabalho e você não se preocupa com outras questões. Então, vem o individualismo, que também vem de uma raiz neoliberal. A educação tem que ter o viés da emancipação, da cidadania, o que muitas vezes a gente não vê isto (DISCENTE A, entrevista 1).

Faz-se necessário trazer para reflexão o entendimento do Discente O (entrevista 15), quando este aborda a importância da Extensão Universitária para formação cidadã:

[...] Esse tipo de atividade contribui muito para que a gente tenha uma formação cidadã, uma formação preocupada com as questões e problemáticas da comunidade, que amplia o seu olhar e lhe dar outra perspectiva de mundo, porque você entra em contato com várias realidades, você não fica mais indiferente às questões da vulnerabilidade social, da pobreza, que são questões que estão presentes nessas comunidades que a gente realiza as atividades de extensão. Então, contribui muito para essa formação, embora existam pessoas que não se envolvem como deveriam se envolver (DISCENTE O, entrevista 15).

Sobre a mesma questão, de forma bastante espontânea, opina o Discente L (entrevista 12):

Com certeza. Se já é difícil para um universitário formar essa consciência cidadã, participando de um projeto de extensão, sem participar eu não vislumbro essa possibilidade, só se o espírito santo baixar naquela pessoa (DISCENTE L, entrevista 12).

Sobre essa questão, o Discente I (entrevista 9) afirma que:

Não é um aluno mecânico que a universidade quer formar. Mas, sim um profissional comprometido, um cidadão comprometido com os problemas da sociedade (DISCENTE I, entrevista 9).

Diante das abordagens sobre a questão em tela, considera-se que a Extensão Universitária definida no Plano nacional de Extensão Universitária como um processo acadêmico, é fundamental para a formação acadêmica cidadã dos alunos. Sendo uma atividade acadêmica que efetiva a relação teoria e prática, possibilita ao aluno construir uma visão crítica do seu contexto social, valorizando-o como sujeito social e histórico.

Neste capítulo, após análise acurada das falas dos entrevistados (docentes, gestores, discentes e comunitários), expusemos, sob uma abordagem quanti-qualitativa, como se configura e se revela a Extensão Universitária na UFRN, analisando, como se caracterizou e se caracterizaram as ações de extensão ao longo do período pesquisado (2008 a 2010).

Buscou-se, com base nas reflexões dos sujeitos da pesquisa, dar uma visão ampla à importância da Extensão Universitária sob distintos ângulos de análise, situando-a desde a crise de legitimidade da universidade brasileira à necessidade da educação em direitos humanos, centrada na construção da cidadania e no processo de formação do profissional que a universidade tem como finalidade formar com base no tripé indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foto 9 - Projeto de Extensão Universitária Trilhas Urbanas - UFRN/2005, em Mãe Luiza - Natal/RN. Participante do Projeto Expondo Atividade



Fonte: Acervo PROEX/UFRN

Foto 10 - Projeto de Extensão Universitária Trilhas Urbanas - UFRN/2005, em Mãe Luiza - Natal/RN. Registro das Crianças e Adolescentes no Projeto



Fonte: Acervo PROEX/UFRN

Foto 11 - Projeto de Extensão Universitária Trilhas Urbanas - UFRN/2005, em Mãe Luiza - Natal/RN. Atividade de Dança HIP-HOP com Crianças e Adolescentes



Fonte: Acervo PROEX/UFRN

Ao fazer a análise dos resultados obtidos mediante à realização das entrevistas com docentes, discentes, gestores e pessoas da comunidade externa, tematizamos e questionamos sobre qual seria a saída para a crise de legitimidade da universidade pública; quais seriam as perspectivas da extensão como espaço de compromisso social da universidade na sociedade, bem como suas concepções e contribuições para formação cidadã, considerando os esforços individuais e coletivos que estão sendo empreendidos nessa perspectiva.

Em relação à problemática atual da universidade pública, especialmente sua crise de legitimidade, observou-se que os docentes, os discentes, os gestores e as pessoas da comunidade, em sua grande maioria, a entendem como reflexo da conjuntura social neoliberal em que a sociedade brasileira está inserida, a qual com suas mazelas contamina a política educacional brasileira em todos os seus níveis, particularmente, o ensino superior público.

Observamos que as opiniões dos entrevistados se assemelham e identificamos apenas um entendimento na direção contrária, que considera que não há crise de legitimidade na universidade, e que esta tem como propósito fomentar o conhecimento e funciona a partir do sistema de seleção na população e aquela pessoa que passou no exame vestibular deve ter o direito de estudar e de se qualificar.

Essa postura reflete uma ausência de contextualização, uma vez que não considera as condições efetivas do universo dos candidatos que participam do atual processo de acesso ao ensino superior público, pois observa-se que, apesar das políticas afirmativas, a maioria dos alunos que ingressam na universidade são oriundos de escolas privadas, representantes de uma elite social, ou seja, das classes com maior status socioeconômico.

Todavia, o entendimento predominante dos entrevistados sobre essa crise, como já referido anteriormente, segue no sentido de que a universidade deve ser capaz de responder de forma mais adequada às demandas da sociedade, com as suas ações vinculadas diretamente ao projeto de nação.

Quanto ao desempenho da extensão como espaço de compromisso social da universidade, verificou-se a percepção unânime de que a extensão representa uma atividade diferenciada, de produzir conhecimentos, pois os constrói na interação do saber acadêmico com o saber popular sem necessariamente obedecer a tecnocracias.

Para tanto, urge que, em âmbito dos órgãos do Ministério da Educação e Cultura – MEC decida-se por uma política para o ensino superior que contemple as atividades de extensão da mesma forma que o ensino e a pesquisa.

Outro aspecto fundamental, e que requer resposta urgência, é o envolvimento da Extensão Universitária como atividade comprometida com o processo ensino/aprendizagem.

Para isso, deve constar no currículo de todos os cursos da universidade, possibilitando ao aluno uma formação profissional cidadã, bem como a efetivação de uma contrapartida para sociedade pelo ensino gratuitamente recebido.

Para que sejam efetivadas essas mudanças, é preciso pensar um novo projeto de nação e de universidade, onde de fato a universidade contribua com as transformações sociais e a extensão seja considerada como espaço de compromisso social da universidade, uma vez que proporcionará a relação sociedade x universidade numa interação dialógica, operando as transformações sociais desejadas pela maioria da coletividade.

Durante o período de desenvolvimento da nossa pesquisa (2008 a 2010), observamos que a extensão, no âmbito da conjuntura neoliberal, assume uma posição da cidadania, democracia, justiça social etc., sendo que, em alguns discursos da instituição, esses são considerados assistencialistas, tecnocratas, como também idealistas e até utópicos.

Nos depoimentos dos entrevistados ficou claro o entendimento sobre as três atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), sendo que o ensino é a mais valorizada e normatizado e exige mais tempo; a pesquisa é obrigatória, não exige tanto tempo quanto produção, e os docentes e discentes são valorizados, escolhidos, nomeados e ascendem a posições em função da pesquisa; da extensão não se exige tempo, nem do aluno nem do professor, não se exige que eles façam extensão. Nessa lógica, a pesquisa se sobrepõe a todas as outras atividades.

A extensão fica, na verdade, relegada, como terceira função. Sabe-se que nos estágios probatórios nas universidades, especialmente as públicas, não se exigem práticas de extensão, nem nos contratos de docentes se estipula tempo para extensão, assim como nas bancas de concursos, não conta ponto. Esse é o panorama que se apresenta, principalmente no que se refere à visão dos discentes, sobre o tratamento dispensado às atividades acadêmicas na universidade.

Por isso, os entrevistados almejam que seja criada uma nova universidade (SANTOS, 2008), onde exista maior integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, que não fique só no “papel”, e que assim, a atividade de Extensão Universitária seja reconhecida como parte inerente da vida acadêmica. Os entrevistados não sabem como essa integração (ensino, pesquisa e extensão) se tornará possível, se não se chegar a um acordo entre os que fazem essas atividades.

Em relação às reflexões sobre as concepções presentes nas atividades de extensão realizadas pela UFRN no período delimitado pela pesquisa, identifica-se nos depoimentos dos entrevistados a presença em duas dimensões: uma com o enfoque assistencialista e prestadora

de serviços e outra em construção, voltada para as problemáticas sociais, numa relação dialógica com as comunidades, especialmente, as populares. Há, no entanto, o pressuposto de que essa interação de saberes acadêmico e popular, através das ações extensionistas, contribua efetivamente para melhoria das condições de vida da população em geral.

Ainda, a respeito dessas concepções de extensão, destaca-se, em depoimentos dos entrevistados, que algumas atividades de extensão da UFRN são realmente pontuais e têm esse objetivo de serem pontuais, ir à comunidade fazer uma atividade com o objetivo de intervir de forma imediata na problemática. Outras já têm uma preocupação maior, admitindo na sua estrutura um prazo mais longo, com a definição de uma avaliação da ação, obtendo assim a intervenção um efeito mais positivo porque se consegue realizar um trabalho mais efetivo com a comunidade. Porém, ainda existem esses dois tipos de concepções na UFRN.

No tocante à importância da Extensão Universitária para formação cidadã, foi considerada pelos entrevistados como ferramenta para qualificar o envolvimento, principalmente, dos discentes nas ações, bem como promover a articulação da universidade com as comunidades, buscando através da interação dialógica, da troca de saberes, da convivência acadêmica e popular, informar, apoiar e assessorar na perspectiva das transformações sociais. Nesse enfoque, a dimensão cidadã da extensão acontece na formação do aluno e na ação refletida na comunidade e também nas parcerias com os movimentos sociais e órgãos governamentais, tanto quanto com a população.

Outras questões a respeito da Extensão Universitária levantadas no diálogo com os entrevistados se referem às suas dificuldades, quase sejam: a falta de sistematização, monitoramento e avaliação, pouca divulgação dentro e fora da instituição, escassez de recursos, para o devido custeio das suas ações; enfim, de ser considerada atividade complementar e secundária e da falta de compreensão pelos segmentos da universidade de forma mais ampla sobre a mesma. Isso remete a questões já discutidas, como: a extensão não se insere devidamente na política acadêmica da universidade e, muito menos, nas políticas públicas para o setor, embora todos entendam que a universidade tem um compromisso social e que deverá ser efetivado pela extensão.

Embora se tenha consciência dos efetivos avanços da Extensão Universitária na academia, ainda há muito a ser feito pela existência de uma extensão emancipatória.

Em síntese, considerando as dificuldades enfrentadas pela extensão, é nela mesma que se concentram os maiores esforços na defesa da universidade pública e democrática. A rigor, a extensão é resultado do contexto da sociedade neoliberal, a qual determina que a universidade esteja a serviço de um mercado, dos interesses de uma classe, ao invés de estar a

serviço dos interesses universais, da democracia, da justiça social e da cidadania, exercendo seu compromisso social.

Feitas essas reflexões, consideramos ter atingido os objetivos propostos neste estudo: analisar as ações de Extensão Universitária desenvolvidas na UFRN no período de 2008 a 2010 sob temática direitos humanos e justiça, observando o entendimento dos sujeitos envolvidos com a Extensão Universitária como um dos espaços de compromisso da universidade com a sociedade, identificando quais as concepções de extensão dos entrevistados e sua contribuição para formação acadêmica cidadã. Procuramos saber qual a importância dada pelos segmentos da universidade à Extensão Universitária, bem como o seu papel no fortalecimento da cidadania e justiça social.

Nosso estudo foi motivado levando em conta que a extensão se constitui em uma realidade nas universidades, fundamentada em instrumentos normativos institucionais e estrutura específica, embora sua historicidade não seja valorizada no mesmo patamar das atividades do ensino e da pesquisa. Considerada, ainda, por significativa parcela da academia, como atividade complementar, não atende ao que se propõe. Na maioria das vezes, as ações são realizadas de forma assistencialista e imediatista, marcadas por iniciativas individuais.

Assistimos, ainda, nas universidades, a um discurso a favor do ensino e da pesquisa como atividades prioritárias enquanto a extensão, conforme apontamos neste trabalho, é relegada como atividade complementar.

O histórico da universidade indica que a Extensão Universitária não é uma atividade acadêmica distinta do ensino e da pesquisa. A extensão está implícita no ensino e na pesquisa se a universidade mudou seus objetivos e criou uma terceira função para corrigir falhas na sua relação com a sociedade. Assim, a extensão aparece como recurso para a universidade se aproximar da sociedade com o intuito de responder às demandas provocadas pela complexidade do contexto social vigente. Porém, observamos que na primeira década do século XXI, a Extensão Universitária apresenta um novo viés, haja vista que é incluída nas discussões sobre a reforma do ensino superior e na formulação de políticas públicas.

Estudos anteriores mostram que a concepção de extensão e sua função na universidade brasileira apresentam três formas básicas, já apresentadas ao longo desta pesquisa: a primeira se encontra na lei e nas políticas específicas, predominantemente, considerada como assistencialista e prestadora de serviços; a segunda, com base no pensamento de alguns intelectuais, que deveria ser uma função complementar ao ensino e à pesquisa; e a terceira, como lugar de produção do conhecimento, capaz de contribuir para a solução das problemáticas sociais, constituindo-se como base para o ensino e a pesquisa.

No âmbito das universidades existem reconhecimentos e valorização da extensão no sentido de se criar uma nova política acadêmica comprometida com os próprios fins da universidade. Porém, as dificuldades em mudar a cultura estabelecida há anos tornam os bastantes lentos os avanços na construção de uma nova prática universitária.

Diante dessas reflexões, pode-se dizer que apesar de todas as iniciativas e avanços obtidos na universidade a respeito da importância da Extensão Universitária como atividade imprescindível à formação cidadã e como espaço privilegiado de compromisso social da universidade na sociedade, muito ainda temos que caminhar para concretizar uma Extensão Universitária que responda às demandas sociais com resultados e impactos favoráveis.

Outro aspecto da extensão, ao qual não podemos deixar de fazer referência, diz respeito à falta de instrumentos, inclusive em âmbito nacional, que permitam o monitoramento e a avaliação das suas ações de acordo com a realidade de sua execução. Embora existam em algumas universidades experiências nesse sentido, ainda são muito frágeis os dados apresentados em termos quantitativos e qualitativos sobre os seus resultados e impactos, enfim, a medição do seu alcance tanto para universidade quanto para sociedade.

Procedendo a um balanço geral deste estudo, podemos reafirmar que, apesar de não ser reconhecida e valorizada como o ensino e a pesquisa, a extensão é uma realidade nas universidades. Este trabalho nos proporcionou refletir, dialogar e estudar as concepções de extensão no Brasil, bem como as ações de Extensão Universitária na UFRN com vistas à necessidade de criar uma nova cultura de solidariedade, respeito à diversidade, à justiça social; cultura de inclusão, de cidadania, de transformação social. Por isso, confiamos que este trabalho contribua e amplie um campo de pesquisa capaz de aprofundar os conhecimentos sobre a Extensão Universitária na contemporaneidade, ao mesmo tempo em que permita pensar e refletir sobre a relação universidade e sociedade numa dimensão dialógica.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Cidadania: do direito aos direitos humanos*. São Paulo: Acadêmica, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 9. ed. São Paulo. Hicitec, 1999.

BEHRING, Elaine e BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo, Editora Cortez, 2007.

BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir & ENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. 5. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

BOTOMÉ, Paulo Silvio. *Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária*. Petrópolis: Editora Vozes, EDUCS, EDUFSCAR, 1996.

BUENO, Wilson da Costa. *Universidade e responsabilidade social*. Disponível em: <<http://www.metodista.br/maiscidadania/artigos/universidade-e-responsabilidade-social/>>. Acesso em: 15 jul. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comitê de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos* (PNEDH). Brasília, 2003.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. *Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931*. Estabelece o Estatuto das Universidades Brasileiras.

_____. *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 29 nov.1968.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Universitários. *Plano de Trabalho de Extensão Universitária*. Brasília, 1975, p. 10.

_____. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC. *Plano Nacional de Extensão Universitária – versão atualizada, Brasil - 2000/2001*.

_____. Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras: estudo comparativo 1993/2004 / FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Comissão Permanente de Avaliação da

Extensão Universitária – 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; Belo Horizonte: Coopmed, 2007, 90 p. (Coleção Extensão Universitária; 5).

CARNEIRO, Maria Aparecida Barbosa; SOUZA, Maria Lindaci Gomes de. A extensão universitária a partir da proposta do neoliberalismo: uma prática acadêmica a ser repensada. In: *Extensão universitária: espaço de inclusão, formação e socialização do conhecimento*. CARNEIRO, Maria Aparecida Barbosa; SOUZA, Maria Lindaci Gomes de; FRANÇA, Inácia Sátiro Xavier de (Orgs.). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB/Realiza Editora, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Cultura e democracia*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

DEMO, Pedro. Lugar da Extensão. In: FARIA, Dóris Santos de. *Construção conceitual da extensão universitária: uma conclusão des-autor-izada*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p. 177-185.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Tradução de Margarida Garrido Esteves e outros. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores 33, 1973).

FARIA, Dóris Santos de (Org.). Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p. 185. FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Texto preliminar – maio de 2002, mimeo. 21p.

FERNANDES, Antonio Sergio Araujo. *Políticas públicas: definição evolução e o caso brasileiro na política social*. In: DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (Orgs). *Introdução à política brasileira*. São Paulo. Paulus. 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra. 28. ed. 1996. (Coleção leitura).

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1977, p. 93.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Ilhéus: Editus, 2001. p. 55 – (Coleção Extensão Universitária; v. 1).

- GARRAFA, Volney. (org.). *Extensão: a universidade construindo saber e cidadania: Relatório de Atividades: 1987/1988*. Brasília: Editora UnB, 1989.
- GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo, reforma universitária e excelência acadêmica. *Cadernos da América Latina VIII – Encarte CLACSO*. [s. d.].
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1989.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. Reforma do ensino superior e serviço social. *Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS*. Temporalis n. 1. Brasília: Valci, p. 35-79, 2000.
- IANNI, Octávio. *A sociedade global*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- JEZINE, Edineide Mesquita. Mutiversidade e extensão universitária. In: FARIA, Dóris Santos de. (Org.). *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Brasília: UnB, 2001, p. 127 – 140.
- JEZINE, Edineide Mesquita. *A crise da universidade diante da pós-modernidade*. 2004. Disponível em: < www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/.../acrisedauniversidade.pdf>.
- LEHER, Roberto. *A contra-reforma universitária de Lula da Silva*. Disponível em: < <http://www.google.com.br/search?q=roberto+leher&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a>>. Acesso em: 15 jul. 2010.
- MANACORDA, M. A. *História da educação: da Antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez. Autores associados, 1989.
- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos nº 20, 1991.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. 3. ed. São Paulo: Paulos, 1997.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- MARX, K. ENGELS, F. *A ideologia alemã* (Feuerbach). 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MELO NETO, José Francisco de. *Extensão universitária: em busca de outra hegemonia*. *Revista de Extensão*. Ano 1, n. 1, junho de 1996. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996.
- MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 157-168.

- MEKSENAS, Paulo. *Cidadania, poder e comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.
- NETO, José Francisco de Melo. *Extensão popular*. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.
- NETTO, José Paulo. Pós-Modernidade: gênese e significado histórico e traços constitutivos. In: *Pós-modernidade, teoria social e questão social*. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. PUC/SP. 2002 (atividade inaugural do ano letivo de 2002 – mimeo).
- NETTO, José Paulo. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez Editora, n. 50, p. 87 – 132, abril/1996.
- NETTO, José Paulo. Reforma do estado e impactos no ensino superior. *Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS*. Temporalis n. 1. Brasília: Valci, p. 11 – 33, 2000.
- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). *Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas*. FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS/UFMG. Belo Horizonte: 2000, p.193.
- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, Dóris Santos de (Org.). *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- OLIVA, Vagner José. Extensão e qualidade. *Cadernos de Extensão Universitária*. Espírito Santo. Ano 1 – n. 04, p. 31-36, 1995.
- PAIVA, José Maria de. Da extensão universitária. *Comunicações*. São Paulo: UNIMEP. Ano 4, n.1, p. 49-53, 1997.
- PAULA, Luciane Miranda de. *A origem da universidade na Idade média*. Disponível em: <<http://luciane11.wordpress.com/2010/07/17/a-origem-da-universidade-na-idade-media-e-sua-constituicao-universalista/>>. Acesso em: 27 jul. 2010.
- PONCE, A. *Educação e luta de classes*. 9. ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1989.
- PUCCI, Bruno. A Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. *Impulso*. São Paulo: UNIMEP. Ano 5 – n. 10, 1991. (33-42).
- RAICHELIS, Raquel. *Articulação entre os conselhos de políticas públicas: uma pauta a ser enfrentada pela sociedade civil*. Disponível em: <http://www2.abong.org.br/final/download/4_raquel.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2010.
- ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. A Construção do conceito de extensão universitária na América Latina. In: FARIA, Dóris Santos de (Org.). *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- ROSA, Maria Godoy Silveira et al. *Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Por uma concepção multicultural de direitos humanos*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura_dh.htm>. Acesso em: 17 jul. 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar. *A universidade no século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra: 2008, p. 259.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SBARDELINI, Henrique Brunini. *A responsabilidade social nas universidades públicas e privadas*. Disponível em: <www.utp.br/proppe/VIIseminariodepesquisa/esumos/Educa%E3o/aresp_soc.doc>. Acesso em: 15 jul. 2008.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. Extensão universitária: um projeto político e pedagógico em construção nas universidades públicas. *Participação*. Brasília, UnB, Ano 5, n. 10, p. 26-28, 2001.

SELINGARDI, Sérgio Cristovão. Resenha de Pragmatismo e Populismo na educação superior nos governos FHC e LULA, de João dos Reis Silva Júnior. *Práxis Educativa*, julho-dezembro, ano 2006, v. 1, n. 02, p. 155-160. Universidade Estadual de Ponta Grossa – Brasil. Disponível em: <redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/894/89410214.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2010.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. Extensão universitária: um projeto político e pedagógico em construção nas universidades públicas. *Participação*. Brasília. UnB. Ano 5, n., 10, 2001, p.26-28.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. *Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. 513 p.

SCHWAB, Sílvia Helena Soares; BEGA, Maria Tarcisa Silva. Educação em direitos humanos: uma proposta da Universidade Federal do Paraná (UFPR) à comunidade. *Revista Extensão em Foco*, n. 1 – jan./jun. 2008. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

SOUSA, Ana Luiza Lima. Extensão universitária na UFG: olhando para o passado. *Revista da UFG*, v. 7, n. 2, dezembro, 2005. Disponível em: <www.proec.ufg.br/revista_ufg/.../M-extensao.html>.

SOUSA, Ana Luiza Lima. Concepção de extensão universitária: ainda precisamos falar sobre isso? In: FARIA, Dóris Santos de. (Org.). *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Brasília: UnB, 2001.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias* n. 16, p. 20-45, junho/dezembro 2006.

- TAVARES, Maria das Graças Medeiros. *Extensão universitária: novo paradigma de universidade?* Maceió: EDUFAL, 1997. 235 p.
- TÂNIA, Maria Baibich; ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza (Orgs.). *Avaliação da extensão universitária*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996. 180p.
- TÂNIA, Maria Baibich; ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza (Orgs.). *Avaliação dos programas e projetos de extensão*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1997. 134p.
- THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. Editora: Livraria e Editora Polis, São Paulo/SP. 2. ed. 1981.
- THIOLLENT, Michel. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. I CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – João Pessoa/PB, em 10/11/2002.
- TOSCANO, Geovânia da Silva. Extensão universitária e formação Cidadã: a UFRN e a UFBA em ação. 2006. 293f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, 2006.
- ULLMANN, Reinholdo Aloysio e BOHNEN, Aloysio. *Universidade: das origens à Renascença*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.
- VALLAEYS, François. *Que significa responsabilidade social universitária?* 2006. Disponível em: <www.abmes.org.br/download/Associados/Publicações/Revista_Estudos/36/Estudos36.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2008.
- VERZA, Severino Batista. *As políticas públicas de educação no município*. Ijuí ed. UNIJUÍ, 2000.
- ZAINKO, M. A. S. *Planejamento, universidade e modernidade*. Curitiba: All Graf/AUGM Editora, 1998.
- ZAINKO, M. A. S. Políticas públicas de avaliação da educação superior: conceitos e desafios. Texto mimeo. *Jornal de Políticas Educacionais* n. 4, julho–dezembro de 2008, p. 15-23.
- ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Direitos humanos e extensão universitária: a atuação do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. In: I CONGRESSO NACIONAL DE EXTENSÃO, João Pessoa/PB, 2002.
- ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares et al. *Direitos humanos: capacitação de educadores*. v. I e II. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.
- ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; DIAS, Lúcia Lemos; TOSI, Giuseppe e MOURA, Paulo V. de (Orgs.). *A Formação em direitos humanos na universidade: ensino, pesquisa e extensão*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006. 520 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Público: docentes, discentes e comunidade externa.

Pesquisa: **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (DES) NECESSÁRIA:** um estudo das concepções de extensão para análise das suas ações na UFRN na temática direitos humanos e justiça no período de 2008 a 2010.

Entrevista nº.

Data:

Horário:

Local:

DOCENTE (Coordenador)/DISCENTE/COMUNITÁRIO:

Projeto:

1P – Existem alternativas para a universidade pública brasileira, frente à sua crise de legitimidade? Quais?

R –

2P – Qual o papel da Extensão Universitária diante dessa problemática?

R –

3P – Qual o significado da Extensão Universitária para a UFRN?

R –

4P – Qual Extensão Universitária a UFRN realiza?

R –

5P – Durante as atividades realizadas nas experiências extensionistas, quais os conhecimentos e sentimentos você apreendeu em relação à temática direitos humanos e justiça?

R –

6P – Como foi sua participação na atividade de Extensão Universitária? Sua vivência?

R –

7P – No seu entendimento houve interação e diálogo ente a universidade e a comunidade?

R –

8P – As ações realizadas contribuirão para a ideia de formação cidadã na universidade e na comunidade?

R –

9P – Em sua opinião, durante as atividades houve a compreensão entre a relação universidade e sociedade por meio da Extensão Universitária?

R –

Comentário:

Agradeço a sua valiosa colaboração.
Muito obrigada.

Entrevista encerrada:
Concluída a transcrição:

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Público: gestor.

Pesquisa: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (DES) NECESSÁRIA: um estudo das concepções de extensão para análise das suas ações na UFRN na temática direitos humanos e justiça no período de 2008 a 2010.

Entrevista nº.

Data:

Horário:

Local:

GESTOR:

1P – Existem alternativas para a universidade pública brasileira, frente à sua crise de legitimidade? Quais?

R –

2P – Qual o papel da Extensão Universitária diante dessa problemática?

R –

3P – Qual o significado da Extensão Universitária para a UFRN?

R –

4P – Qual Extensão Universitária a UFRN realiza?

R –

5P – Na sua concepção, as ações de extensão contribuirão para a ideia de formação cidadã na universidade e na comunidade?

R –

6P – Como Pró-Reitor de Extensão, o que sugere para o reconhecimento da Extensão Universitária como atividade acadêmica, ou seja, sua institucionalização e sua contribuição para a formação profissional de futuro cidadão?

R –

Comentário:

Agradeço a sua valiosa colaboração.

Muito obrigada.

Entrevista encerrada:

Concluída a transcrição:

ANEXO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP**

PARECER Nº 295/2011

Assunto	Solicitação de emenda ao projeto original.
Prot. nº	070/10 CEP/UFRN
CAAE	0078.0.051.000-10
Projeto de Pesquisa	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: concepções e ações na UFRN, sob a temática direitos humanos e justiça no período de 2008 a 2010.
Área de Conhecimento	6 - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS Grupo III 6.10- Serviço Social
Pesquisador Responsável	Ana Eugênia de Vasconcelos Villar
Instituição Onde Será Realizado	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Instituição Sediadora	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Nível de abrangência do Projeto	Dissertação de Mestrado
Período de realização	Início - jan/2009 - Término - dez/2010 Arrolamento: Início - set/2010 - Término - nov/2010
Revisão ética em	29 de julho de 2011

RELATO

1. RESUMO

O estudo sob análise objetiva de modo geral: "Analisar na dinâmica da universidade as ações de extensão universitária, na perspectiva da construção de um espaço de compromisso social da universidade com a sociedade.

Instrumentos de pesquisa como questionários e entrevistas serão utilizados numa pesquisa de campo que usará uma amostra intencionada de 85 participantes (26 homens, 19 mulheres e 40 participantes alocados em grupos vulneráveis) e, formada por pessoas envolvidas nas ações de extensão da UFRN (alunos, coordenadores e pró-reitores) e, pessoas da comunidade.

Os pesquisadores esperam que seus resultados possam fornecer "[...] um perfil dos docentes e discentes envolvidos com a extensão universitária na UFRN, suas concepções e visão sobre esta função acadêmica" e, respondam aos seguintes questionamentos:

- "Qual a importância dada pelos segmentos da universidade à extensão universitária?"
- Qual o papel da extensão universitária na formação acadêmica cidadã dos alunos?
- Qual a relevância social e os resultados alcançados pelas atividades de extensão universitária nas comunidades populares?" e
- Qual o papel da extensão universitária no combate às desigualdades sociais, fortalecimento da democracia, defesa da cidadania e pela justiça social?"

2. EMENDA

O pesquisador solicita alteração do título do estudo aprovado como: *A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO ESPAÇO DE COMPROMISSO SOCIAL DA UNIVERSIDADE COM A SOCIEDADE: ênfase na área temática direitos humanos e Justiça para EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: concepções e ações na UFRN, sob a temática direitos humanos e justiça no período de 2008 a 2010.*

A sua solicitação é justificada "como sugestão da Banca de Defesa da Dissertação e acatamento da pesquisadora orientadora."

Comitê de Ética em Pesquisa, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, Brasil - CEP 59078-970
fone/fax: (84) 3215-3135 - e-mail: cepufrn@reitoria.ufrn.br - site: <http://www.etica.ufrn.br>

Julia

Corroborando sua solicitação a pesquisadora juntou ao pedido Folha de Rosto (FR) reeditada no SISNEP (Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos) com os termos de compromisso devidamente assinados.

3. PARECER

Não havendo alterações de objetivos nem metodológicos e seguindo orientações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, este Comitê manifesta-se pela APROVAÇÃO da emenda solicitada.

Natal, 26 de agosto de 2011.


Dulce Almeida

Coordenadora do CEP-UFRN